

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Rita de Cássia Mesquita de Almeida

**Palimpsestos Urbanos: aprendizagens históricas em tramas de
memórias da cidade**

JUIZ DE FORA

2011

RITA DE CÁSSIA MESQUITA DE ALMEIDA

**Palimpsestos Urbanos: aprendizagens históricas em tramas de
memórias da cidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sonia Regina Miranda.

JUIZ DE FORA

2011

Almeida, Rita de Cássia Mesquita de.

Palimpsestos Urbanos: aprendizagens históricas em tramas de memórias da cidade / Rita de Cássia Mesquita de Almeida. – 2011.
137 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

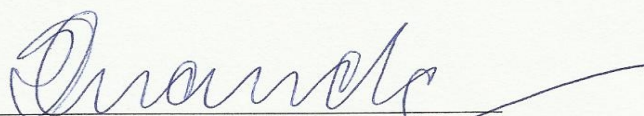
1. História – Estudo e ensino. 2. Educação. I. Título.

CDU 930.2(075.8)

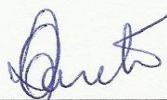
RITA DE CÁSSIA MESQUITA DE ALMEIDA

**PALIMPSESTOS URBANOS: APRENDIZAGENS HISTÓRICAS EM TRAMAS DE
MEMÓRIAS DA CIDADE**

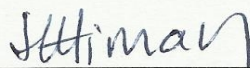
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:



Dr^a. Sonia Regina Miranda (orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF



Dr^a. Sônia Maria Clareto
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF



Dr^a. Lana Mara Castro Siman
Programa de Pós-Graduação em Educação, UEMG

Juiz de Fora, 31 de março de 2011.

A todos os praticantes ordinários, do Parque Halfeld e de tantos outros lugares de memória, que com suas ações cotidianas fazem o patrimônio da cidade vivo.

AGRADECIMENTOS

Uma travessia não se faz sozinha. Ao final desse percurso de dois anos no Programa de Pós-Graduação em Educação, tenho muito a agradecer. Durante minha trajetória acadêmica pude perceber que tudo tem um propósito. A todos do Projeto de Extensão Plano Diretor Participativo, o meu tão querido PDP, agradeço a oportunidade da conversa, das trocas e por possibilitarem a essa historiadora perceber um pouco mais as possibilidades advindas ao olhar algo tão comum, mas ao mesmo tempo tão sedutor: a cidade. Em especial, Bianca, Rafaela, Denyse, Raquel e, como prometido, abraços ao Montes!

Graças às novas experiências com a urbe, muitas inquietações surgiram. Na busca por respostas, encontrei, no meio do caminho, a professora Sonia Regina Miranda. Soninha me mostrou como é verdadeira a expressão *sensibilidade à flor da pele*. Mais do que me formar como historiadora e professora, me formou como “florzinha”, sempre atenta aos *insights* que podem aparecer durante a caminhada. À você, meu sincero agradecimento, não só pela orientação primorosa, mas por ensinar a ouvir, ver e sentir caminhos que se apresentavam a mim, antes mesmo que eu os percebesse.

A escrita de uma Dissertação de Mestrado é fruto de muito trabalho. No entanto, a pesquisa se torna muito mais rica quando pode ser compartilhada. Aos participantes do Grupo de Pesquisa *Cronos*, que acompanharam minha construção como pesquisadora, sempre carinhosamente atentos às minhas apresentações, agradeço não apenas a oportunidade de ser ouvida, mas também a chance de crescer ao presenciar o nascimento de outras questões, outras pesquisas e outros olhares diferentes ou semelhantes aos meus. Às professoras Lana Siman, Sônia Clareto e Andrea Borges de Medeiros, meu mais profundo respeito e gratidão pela leitura feita de minhas reflexões. Suas contribuições engrandeceram este trabalho, na medida em que este foi se transformando através da enriquecedora experiência da interlocução.

Durante minha travessia acadêmica, “esbarrei” com um sonho muito especial: *Um sonho de Amor para o mundo...* À família Universidades Renovadas, o meu carinho especial por estarem sempre a meu lado, me ensinando que profissão também é missão. Muitos foram os amigos que nasceram pela fé, me ajudando a

crescer espiritual e profissionalmente e, a eles, agradeço a compreensão e o companheirismo. Dentre esses muito amigos, dois participaram efetivamente dessa Dissertação: Gisele Lopes, com as correções ortográficas e Felipe Souza com as fotos do Parque Halfeld. Gisele, agradeço a leitura atenta e os comentários edificantes. Felipe, obrigada por se dispor a fotografar o Parque sob minha direção.

Nas minhas andanças mineiras, tive a graça de receber a companhia de verdadeiros anjos: Carol, Franciane, Gislene, Aline, Jhennyfer. Agradeço a vocês, meninas, pela paciência ao dividir a mesma casa comigo, e por participarem da pesquisa a cada dia em que eu voltava do Parque Halfeld com mais perguntas do que respostas. À Fabiana, agradeço a auscultação fiel a todas as minhas inquietações, acadêmicas ou não, pelas reflexões teóricas desde os primeiros momentos como orientandas da Soninha.

Não posso me esquecer daqueles que ficaram geograficamente distantes, mas sempre em meu coração. Meu pai, José Antônio, minha mãe, Iliete, e meu irmão, Vinicius. Obrigada por compreenderem a distância, pela paciência, pelo carinho! Manu, minha doce e bela miniatura, sempre a postos para uma palavra de profunda reflexão ou de intensa gargalhada... Avós, tios, primos e amigos barreenses: amo todos vocês!

Por fim, a única e verdadeira razão de tudo isso: Jesus! Meu Pai, Meu Amigo, Meu Adorado Deus, Aquele que esteve comigo em cada momento, cada entrevista, me guiando em cada percurso, observação e análise do Parque Halfeld. Um Deus de milagres, extraordinários ou cotidianos, sempre Atento às minhas necessidades e compreendendo meus defeitos. Sem Tua presença nada disso seria possível! O meu sincero agradecimento!

Nesse momento de finalização, outros caminhos se abrem como fios, que proporcionaram novas costuras e novos entrelaçamentos e, a partir disso, novas tramas de memória no grande palimpsesto da vida.

Foi o de não sair mais da memória.
Foi um caso sem comparação.

Guimarães Rosa

Palimpsesto: s.m. Manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era novamente aproveitado para a escrita de outros textos (prática usual na Idade Média). (Modernamente, a técnica tem permitido restaurar os primitivos caracteres.)

Fonte: Dicionário Aurélio

RESUMO

A proposta desta Dissertação de Mestrado está em pensar e refletir, sob o ponto de vista da Educação e, mais especificamente, do Ensino de História, sobre questões relacionadas aos diversos tipos de aprendizagem possíveis num espaço não-escolar, mas profundamente arraigado em nosso cotidiano: a cidade. Dessa maneira, *Palimpsestos Urbanos: aprendizagens históricas em tramas de memória da cidade* é um trabalho cujo o foco de olhar está em perceber como a problematização das várias camadas de tempo existentes numa cidade é necessária para se pensar em Ensino de História *com a cidade* e, assim, propiciar o desenvolvimento de competências necessárias para a aprendizagem da História.

Como eixo de questões de investigação, tem-se: De que maneira a análise da cidade e de seus lugares de memória nos permite pensar sobre novas formas de experienciar a cidade? / A discussão feita a partir da relação entre histórias de vida, pensadas a partir de um lugar de memória da cidade, e o patrimônio preservado pode ser uma ferramenta para o Ensino de História *com a cidade*? / O que a ação de pensar as relações individuais estabelecidas entre o patrimônio material (edificações, monumentos, sítios históricos, etc.) e imaterial (ofícios urbanos e outros), e as formas de orientação dos sujeitos nos espaços urbanos permite traçar novas estratégias para uma Educação Patrimonial que privilegie as diversas perspectivas presentes para um mesmo bem cultural?

A pesquisa realizou-se em um *lugar de memória* (Nora, 1993) consagrado, tanto pela população como pelo poder público, da cidade de Juiz de Fora-MG, e, a partir de observações, selecionou-se nove pessoas, definidas aqui como *praticantes ordinários* (Certeau, 1994), ou seja, aqueles que, cotidianamente (Certeau, 2009) consomem e vivem aquele lugar. Com as entrevistas, conclui-se que esses *praticantes ordinários* são portadores de racionalidade e sensibilidade (Galzerani, 2010) para refletir sobre o patrimônio da cidade. Afastando-se da Educação Patrimonial Clássica (Grunberg, 2007), que defende a ideia de um processo educativo tendo o patrimônio como foco principal, a pesquisa se propõe a discutir uma nova forma de se pensar práticas educativas na cidade, enfatizando as relações e os diferentes tipos de percepções que podem ocorrer entre *praticantes ordinários* e o bem cultural, estimulando a narrativa desses sujeitos. Pensar sobre o que representa para a Educação e o Ensino de História desvelar a dinâmica da experiência urbana e a dinâmica que se estabelece pela relação com o urbano entre **tempo**, **Memória**, **cotidiano** e **narrativas**, eixos essenciais, porque estão espontaneamente pela cidade e pautam a vida das pessoas na sua relação igualmente espontânea com processos educativos não-escolarizados. Cada sujeito, portanto, passaria a ser considerado um sujeito-narrador em potencial.

Palavras-chave: Ensino de História. Espaço Urbano. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The proposition of this Master Dissertation is of thinking and reflecting, on the point of view of Education and, more specifically, of History teaching, over issues related to the various possible types of learning in an out-of-school space but also deeply ingrained in our day-by-day: the city. Thus, *Urban palimpsests: historical learning through plots of city history* is a work of which focus is in perceiving how the questioning of several layers of time existing in a city is required to think about History Teaching *with* the city, that way promoting the development of necessary skills to the learning of History.

As axis of investigation questions, there are: In which manner the analysis of the city and its memoir locations allow us to think about new ways of experiencing the first? / Can a discussion made from the relation between life histories, thought from a memoir location of the city, and the preserved heritage, be a tool for History Teaching *with* the city? / What the action of thinking individual relationships established between the material (buildings, monuments, historic sites, etc..) and immaterial (urban crafts and others) heritage, and the forms of orientation of subjects in urban areas allows to be drawn as of new strategies for a Heritage Education that privileges the diverse perspectives for a same cultural wellness?

The research took place at a *memoir location* (Nora, 1993) set out by both, the population and the government of the city of Juiz de Fora, MG and, through observations, nine people were selected, defined here as *ordinary practitioners* (Certeau, 1994), ie, those who daily (Certeau, 2009) consume and live that place. With the interviews, it was understood that these *ordinary practitioners* are carriers of rationality and sensibility (Galzerani, 2010) to reflect over the heritage of the city. Stepping away from the Classical Heritage Education (Grunberg, 2007), which defends the idea of an educational process with the heritage as the main focus, the research puts itself into discussing a new way of thinking educational practices in the city, highlighting the relationships and different types of perceptions that may occur among *ordinary practitioners* and the cultural wellness, stimulating the narrative of these subjects. Think about what it represents for Education and History Teaching to unveil the dynamics of urban experience and the dynamics which establishes itself through the relationship with the urban within **Time, Memory, the Everyday Life and Narratives**, essential axes, as they lie spontaneously in the city and guide the lives of people in their also spontaneous relationship with non-scholar educational processes. Each subject, therefore, would be considered a potential narrator-subject.

Keywords: History Teaching, Urban Space, Heritage Education.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução: Percursos (in) visíveis de um objeto de pesquisa..... | 14 |
| Primeiras incursões no campo relativo à memória e ao urbano: criança e a cidade..... | 17 |
| Capítulo 1: Tempos Urbanos: cidade e patrimônio em reflexões educacionais... | 27 |
| Cidade e Educação..... | 27 |
| Cidade e Educação Patrimonial..... | 31 |
| Cidade: perspectivas de pesquisa e teorização..... | 38 |
| Capítulo 2: Artes do fazer: histórias de vida nas tramas da cidade..... | 67 |
| As marcas do tempo no cotidiano..... | 76 |
| Quando a violência aparece..... | 85 |
| Paulo Sérgio: <i>Maradona</i> ou <i>Estrelinha</i> ? O protagonismo de um habitante invisível..... | 90 |
| Capítulo 3: Narrativas Urbanas: Memória, Ensino de História e sentidos de Educação Patrimonial..... | 96 |
| Coração da cidade: a história do Parque Halfeld..... | 96 |
| Um coração só pulsa com sangue: histórias de um patrimônio vivo.... | 99 |
| Sentidos de Educação Patrimonial a partir de narrativas urbanas..... | 112 |
| Considerações finais | 121 |
| Referências Bibliográficas | 127 |
| Anexos | 133 |

O lugar de onde se vê...

Foto: Felipe Souza



Foi a partir desse lugar que a pesquisa foi feita. Sentada nesse banco, fiz entrevistas, conheci pessoas, presenciei ações e atividades cotidianas, pensei sobre conceitos e sobre as relações invisíveis que acontecem numa cidade.

Introdução: Percursos *(in)visíveis* de um objeto de pesquisa

Aprender uma cidade é, na verdade, uma coisa lenta. É preciso, entretanto, saber algumas coisas, e precisamos andar distraídos, bem distraídos, para reparar nessa alguma coisa.

Rubem Braga

O tema do urbano, em suas diferentes apreensões, tem sido assunto recorrente em discussões das mais variadas áreas de pesquisa. Para esse trabalho, a escolha foi pensar a cidade sob a perspectiva do Ensino de História, descortinando as possibilidades didáticas de um espaço nãoescolar pouco utilizado, posto que, grosso modo, a cidade aparece na escola apenas em datas comemorativas e suas reflexões encerram-se em poucos dias. Assim, a frase de Rubem Braga nos ajuda a perceber o quanto a aprendizagem de uma cidade é uma “coisa lenta”, como o autor propõe. A cidade está repleta de detalhes que, em nossas atitudes cotidianas de pressa e rapidez constantes, por vezes passam e não percebemos. Esses detalhes, essas marcas do tempo que se exibem diariamente na cidade podem ser elementos de grande força para a formação de competências e habilidades para a compreensão do tempo e da disciplina histórica. Dessa maneira, fui percebendo e saboreando a cidade devagar, sempre em um movimento de ação “atentamente distraído”: a atenção estava em perceber o que não era visto, o que não me era familiar e, para que isso acontecesse, uma certa dose de distração foi necessária para que elementos cotidianos se transformassem em coisas totalmente inéditas. Assim, descobri pessoas, frequentadores assíduos de um lugar de memória e, através de suas narrativas sobre o lugar e sobre suas formas de experimentar a cidade, foi possível construir essa pesquisa, que tem por objetivo analisar essas várias histórias que compõe o lugar e o patrimônio. Posso dizer, ainda, que sutilezas são percebidas com o passar do tempo e, por vezes, para que isso aconteça é necessário atenção; outras vezes, distração, mas sempre precisam de uma boa dose de sensibilidade. Na escrita dessa Dissertação de Mestrado, pude perceber o quanto é necessário distrair-se, para se desligar de conceitos, ideias, pensamentos

previamente construídos. Ao longo do curso de História, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tive a oportunidade de participar de dois projetos que me constituíram como professora e como historiadora interessada em percursos (in)visíveis, procurando sempre enxergar além do que se vê, e, mesmo que o objetivo não seja plenamente alcançado, o que vale é a tentativa e o prazer proporcionado pelo processo de caminhada. E no decorrer da criação desse texto, refiz caminhos percorridos nos quatro anos de Graduação e nesses dois anos no Curso de Mestrado em Educação, para redescobrir alguns fios que me costuram, se entrelaçam e dão origem a esta pesquisa.

Investigações envolvendo **idades** não foi, a priori, minha intenção ao iniciar a faculdade. Contudo, mesmo sem o planejamento prévio, é o tema que mais me interessa e me instiga atualmente. E tudo começou em 2006 quando, ainda no 3º período de Graduação, participei de um projeto de extensão denominado *Programa de Apoio aos Municípios da UFJF, Urbanismo em Minas Gerais: Plano Diretor Participativo das Cidades de Chácara/MG, Coronel Pacheco/MG, Mar de Espanha/MG, Rio Preto/MG, Santana do Deserto/MG e Simão Pereira/MG*, que era coordenado pelo Prof. Dr. Fábio José Martins de Lima, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. O projeto era multidisciplinar e contava com professores e pesquisadores de diversas áreas. Era também muito ousado, porque é pouco comum que alunos de graduação participem de projetos de Planejamento Urbano e, quando isso ocorre, são apenas acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo. No entanto, o Plano Diretor Participativo (PDP) contava com alunos e profissionais recém-formados das áreas de Biologia, Serviço Social, Medicina, Geografia, Turismo, entre outros. No caso da História, eu era a única bolsista e, além disso, o PDP não contava com nenhum professor dessa área. A dinâmica do trabalho envolvia visitas periódicas às cidades analisadas, nos finais de semana, e consultas à população através das Reuniões Comunitárias¹, que visavam à apreensão das

¹ A metodologia de trabalho da equipe baseava-se nas orientações do Ministério das Cidades sobre Plano Diretor Participativo. Grosso modo, pode-se resumi-la em três etapas. Num primeiro momento, fazíamos a leitura técnica, com os bolsistas de cada área de pesquisa, e a leitura comunitária, por meio de reuniões nos bairros. Com isso, obtínhamos uma visão mais que profissional da cidade, pois podíamos observar qual era a necessidade percebida pela população. Depois disso, a equipe elaborava soluções para os problemas encontrados e novamente voltávamos à comunidade para que eles pudessem ratificar aquilo que havia sido proposto. Por fim, era feita uma assembleia com toda a cidade para que o Plano Diretor fosse aprovado. Nesse contexto, era formado um Núcleo Gestor, com variadas lideranças da cidade, que ficaria responsável pela fiscalização da execução das propostas aprovadas pela Câmara Municipal.

necessidades das cidades pelas vozes de seus habitantes. Para que meu trabalho fosse feito, aos poucos fui percebendo, mais por instinto do que por academicismo, que precisava *sentir a cidade* em todas as suas fontes históricas disponíveis, e não apenas naquelas de papel corroído pelo tempo. Se, a princípio, eu teria que pesquisar a origem das cidades e tentar explicar o sentido espacial de seu crescimento, talvez por conta dessa solidão acadêmica na minha área de pesquisa, em pouco tempo no PDP já participava de quase todos os eventos nas seis cidades, na medida do possível, visto que os trabalhos eram realizados simultaneamente em todas elas: Reuniões Comunitárias e com o Núcleo Gestor, passeios turísticos e levantamento de dados de outras áreas, o que enriqueceu ainda mais minha pesquisa e deu origem ao meu atual projeto de Mestrado. De fato, em uma das reuniões comunitárias do PDP, sempre marcadas pela forte presença da população mais velha da cidade, uma frase muito me marcou. Um dos moradores da cidade de Mar de Espanha disse que não sabia o que seria da cidade dali a algum tempo, porque os jovens não se interessavam por ela; que estávamos decidindo o futuro da cidade, mas que os participantes desse futuro não estavam ali. Essas palavras coroaram uma questão já existente em mim por conta da participação nesse trabalho. Comecei a perceber que sabia mais da história desses municípios do que da cidade onde nasci e vivi por quase 20 anos, qual seja, a cidade de Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro. Os discursos dos jovens de Mar de Espanha, com relação ao pouco desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade eram os mesmos proferidos por mim e por quase toda a minha geração. Por que esse jovem não desenvolvia uma relação de pertencimento e de identificação com a história da cidade onde vivia? Por que eu não desenvolvi uma relação de pertencimento e de identificação com a história da cidade onde vivi? Os questionamentos começaram e a busca por respostas também, mas esta ainda se dava de forma muito mais intuitiva do que acadêmica. Era uma inquietude que me movia, mesmo eu não sabendo muito bem para onde.

O projeto tinha finalização prevista para outubro de 2006, mas se estendeu até o mesmo mês do ano seguinte. Contudo, em janeiro de 2007 saí do PDP para participar de outro projeto: *HISTÓRIA E HISTÓRIAS NO PRESENTE: Configurações do saber histórico escolar em um currículo em mudança*, coordenado pela Profa. Dra. Sonia Regina Miranda, que se insere no Grupo *Cronos*, da

Faculdade de Educação da UFJF. O contato com o Grupo *Cronos* e, principalmente, com a professora Sonia foram fatores essenciais para minha formação – profissional e pessoal. Nesse momento, após uma conversa informal, a já reconhecida “*sensibilidade bravia*” da minha querida orientadora me fez recuperar essa questão, que se constituía em uma “simples” inquietação. Depois de muitas leituras e “ruminações”, o que era só uma dúvida, nascida em um momento corriqueiro, deu origem ao meu Trabalho de Conclusão de Curso² e a esta Dissertação de Mestrado.

Primeiras incursões no campo relativo à Memória e ao urbano: a criança e a cidade

O projeto *HISTÓRIA E HISTÓRIAS NO PRESENTE: configurações do saber histórico escolar em um currículo em mudança* tinha por objetivo analisar uma escola de Ensino Fundamental, a Escola Municipal José Calil Ahoughi, situada em um bairro periférico da cidade de Juiz de Fora/MG. O contato com as crianças, a especificidade de circulação das mesmas em relação ao ambiente urbano e a facilidade de acesso a elas, por já estar inserida na escola, contribuíram decisivamente para que o trabalho de conclusão de curso (TCC) se concentrasse sobre as crianças daquela comunidade.

O TCC, denominado *As crianças e a cidade: laços, nós e fios narrativos*, teve por objetivo compreender de que maneira quatro crianças de Juiz de Fora/MG formavam seus laços de pertencimento e estranhamento com a cidade, e foi executado a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado e de desenhos feitos pelas crianças durante essas entrevistas. Os principais autores³ utilizados nesse trabalho foram a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, com reflexões acerca da

² ALMEIDA, Rita de Cássia M. de. (2008), *As crianças e a cidade: laços, nós e fios narrativos*. Trabalho de Conclusão do Curso de História. UFJF.

³ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora: UFS, 2007; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. **O Tempo, a Criança e o Ensino de História**. In: ZAMBONI, Ernesta (org.). *Quanto tempo o tempo tem!* Campinas, SP: Editora Alínea, 2003; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In: *Dossiês: Cidades*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007; TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983; VOGEL, Arno et alii. *Como as crianças vêem a cidade*. Rio de Janeiro: Pallas; Flasco, UNICEF, 1995.

análise historiográfica sobre a cidade, sob a perspectiva da História Cultural; o geógrafo Yi Fu Tuan, com suas diferenciações entre *espaço* e *lugar*, *vivência* e *experiência*; Rogerio Proença Leite, com tese sobre usos e contrausos do espaço público; Sandra Regina Ferreira Oliveira e as teorias sobre a construção da noção de tempo na criança; Arno Vogel, coordenador de uma pesquisa feita na década de 1980 no Rio de Janeiro sobre como as crianças veem a cidade; e Ítalo Calvino, que com seu belíssimo clássico *As Cidades Invisíveis*, contribuiu deveras para a construção de uma sensibilidade pessoal e acadêmica para as urbes que estão além do físico ou do geométrico.

As quatro crianças entrevistadas moravam no bairro Marilândia, onde também se localiza a Escola Municipal José Calil Athoughi. Durante as entrevistas, pedia às crianças que desenhassem seus lugares preferidos em sua casa, no seu bairro e na sua cidade. O objetivo inicial era partir do micro para o macro, ou seja, de espaços usados na intimidade e cotidianamente para outros maiores e de trânsito não tão recorrente. Yi Fu Tuan nos diz que o foco da criança está muito mais na ação vivenciada por ela do que em símbolos ou categorias fechadas. No livro *Infâncias na metrópole*, os autores caminham em direção a essa concepção, afirmando que “*as interpretações da inserção das crianças nos processos de relação e produção da cultura sustentam-se nas condições sociais em que elas vivem, interagem e que dão sentido ao que fazem*”. (DEBORTOLI, 2008: 20). Sem a experiência⁴ com o espaço, a formação de laços e a transformação deste em lugar torna-se quase que completamente impossibilitada. As crianças, de modo geral, possuem um conhecimento espacial restrito, seja pelo pouco tempo de vida, seja pela pouca experiência de circulação urbana, que quase sempre é mediada pelo adulto. Por isso, em muitos casos, a criança conhece poucos ambientes urbanos, levando em consideração que grande parte delas não transita sozinha pela cidade.

Mas será que é possível para a criança estabelecer laços com a cidade onde vive, mesmo tendo uma experiência mediada por um adulto? Acreditando, assim

⁴ Tuan diferencia *espaço* e *lugar*, afirmando que o primeiro conceito se aplica a ambientes de *vivência*, ou seja, *espaço* é ambiente de passagem, neutro. Ao contrário, *lugar* é o espaço transformado pela *experiência*, algo que o modifique positiva ou negativamente. “*Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. (...) Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência.*” (TUAN, 1983: 9-10).

como Vogel⁵ e Sarmento⁶, que a infância se constitui como categoria social, participando da urbe, pode-se dizer que as crianças,

(...) no contexto metropolitano, forma característica do urbano contemporâneo, podem tanto se conformar ao caráter fragmentado da vida cotidiana como também podem constituir-se como apropriação e uso do espaço, configurando práticas espaciais que não são ou estão conformadas exclusivamente às práticas próprias do espaço geométrico que é produzido e reproduzido socialmente. (DEBORTOLI, 2008: 20-21).

Por mais que a criança tenha um contato com o espaço urbano intermediado pelo adulto, ela é capaz de inventar, categorizar e eleger lugares como sendo relevantes ou não, dignos de serem guardados na memória ou de serem descartados.

Feitas essas breves considerações sobre as relações entre a criança e a cidade, voltemos aos sujeitos do trabalho de conclusão de curso e às suas respostas para a pergunta: *se a cidade fosse acabar, e você só pudesse proteger uma coisa, o que você guardaria?* Como lugares preferidos em toda a extensão da cidade, foram eleitos: uma escola coordenada por religiosas; outro bairro da cidade de Juiz de Fora; um bar/lanchonete localizado no bairro de moradia da criança; e uma papelaria de preços populares localizada no Centro da cidade. Todas as escolhas foram condizentes e coerentes com as falas e as características das crianças. No entanto, não apareceu nenhum local historicamente memorável. Quando iniciei essa pesquisa não buscava encontrar a cidade de todos, ou a cidade dos livros, ou a cidade das efemérides. Todavia, não esperava me surpreender tanto. Pode-se verificar que aquilo que elas consideraram digno de ser guardado e lembrado é perpassado por suas experiências – ainda que curtas – e por seu limitado trânsito espacial na cidade. Deve ser ressaltada, nesse ponto, uma característica peculiar de Juiz de Fora, mas comum a várias outras cidades. Sua configuração espacial urbana é marcada pela polarização e independência econômica dos bairros. Ou seja, diversas regiões da cidade possuem comércio

⁵ O autor afirma que a pesquisa “apoiou-se na dupla convicção de que infância e juventude configuravam já um ator social e de que seu discurso, portanto, era capaz de restituir, de maneira própria e pertinente, toda a questão urbana, nas suas distintas dimensões e matizes”. (VOGEL, 1995: XV).

⁶ “(...) a sociologia da infância propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objecto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada. A infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os estrangimentos da estrutura social”. (SARMENTO, 2005).

próprio e variado, o que reduz a necessidade de se visitar o centro comercial para as atividades cotidianas de subsistência. O bairro Marilândia, onde as crianças residem, possui essa característica supracitada: no bairro é possível encontrar mercados, bares, e lojas de artigos variados, como brinquedos e presentes. Mesmo que esse comércio não se apresente tão diversificado como em outras regiões da cidade, pode-se afirmar que os moradores vão pouco ao centro administrativo. Aliado a isso, está a questão da idade das crianças entrevistadas, que na época da pesquisa tinham entre 8 e 10 anos. Por serem muito novas, elas não saíam sozinhas de casa e isso reduzia sua capacidade de circulação e de experiência física do espaço urbano.

Qual é a cidade (ou as cidades) dessas crianças? A urbe delas não é apenas o espaço público conhecido e vivenciado por todos, e não há como partir da cidade de Juiz de Fora como ambiente físico, baseado em conceitos numéricos, e considerá-la como compreensível às crianças. *“Pensar o espaço como prática social significa pensar a sua apropriação, e esta não se reduz à representação do espaço. Refere-se ao sentimento de pertencimento, à compreensão do vivido para além do espaço geométrico”*. (DEBORTOLI, 2008: 39). A cidade imaginada, portanto, quando vivida, torna-se pessoal e intransferível. Ítalo Calvino diz que

as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (CALVINO, 1990: 44).

São essas cidades frutos do pensamento, que, mesmo com regras aparentemente “absurdas”, se tornam reais a seus pequenos habitantes e foram percebidas durante a pesquisa.

Portanto, o que se apresentou de maneira muito forte nessa pesquisa foi que, além de não possuírem os “totens” de Memória urbana, isto é, os marcos históricos de patrimônio de Juiz de Fora – tidos e constituídos como memoráveis em circunstâncias históricas e em virtude de forças sociais específicas –, essas crianças não apresentam uma visão da totalidade da cidade onde moram. Com isso, concluímos na pesquisa que a pouca circulação urbana, sempre mediada por um adulto, e em uma cidade com a especificidade já citada de Juiz de Fora, faz com que essas crianças tenham uma forma muito particular e individual de ver a cidade.

Contudo, todos nós construímos, para utilizar a expressão de Ítalo Calvino, cidades invisíveis. A pesquisa acima relatada nos dá uma pequena noção de como a percepção urbana se desenvolve na criança e, como já dito, esse sujeito de pesquisa possui algumas especificidades. E como ficaria, então, a construção de laços de pertencimento daqueles que possuem uma circulação maior pela cidade, mediado muitas vezes pela constituição de grupos identitários, qual seja, o jovem? Até o momento do Exame de Qualificação, realizado em Abril de 2010, era nessa perspectiva que a presente Dissertação de Mestrado se desenvolveria: se a circularidade da criança é limitada, como seria a percepção do espaço urbano, a transformação desse espaço em lugar por aqueles que já possuem uma independência maior? E de que maneira as experiências citadinas do jovem são mediadas pelos grupos identitários, sejam eles de amigos, da escola, de grupos religiosos ou políticos?

Ao conquistarem sua mobilidade na cidade e ao circularem experimentando novos espaços e lugares, os jovens têm a oportunidade de elaborar saberes e afetos sobre as diferenças. Esses saberes constituem marcos importantes que orientam o posicionamento dos sujeitos em relação a como se identificam e como gostariam de ser reconhecidos (Castro, 2004). (CASTRO, 2006: 438).

Ao mesmo tempo em que a cidade influencia ou determina a constituição desses grupos identitários, ela também educa, na medida em que os percursos norteados por esses grupos funcionam como práticas cotidianas de orientação urbana. Ainda que não claramente visível, ir a uma festa, ou a um determinado bar ou lanchonete, enfim, os pontos de encontro dentro da cidade, funcionam como elementos de desenvolvimento desses jovens e, portanto, deve-se considerar *“que as diferentes práticas sociais também se constituem como contextos urbanos de formação humana.”* (CARRANO, 2003: 12). Assim, é necessário ressaltar a

(...) importância de se compreender as relações humanas na cidade como uma esfera educacional ampliada que se processa na heterogeneidade de espaços sociais praticados. (...) As atividades desenvolvidas no tempo livre e no lazer são exemplos de práticas sociais que não são, necessariamente, vividas em contextos institucionais concebidos para educar. (CARRANO, 2003: 16).

Dessa forma, o projeto de pesquisa apresentado no Exame de Qualificação buscaria compreender de que maneira a relação do jovem com seus grupos identitários determina os trânsitos na cidade, e permite que os percursos urbanos se

tornem educativos. A seleção de quais jovens seriam os sujeitos da pesquisa dar-se-ia através da observação de um local de encontro destes, e, para o Exame de Qualificação, foram colocadas três propostas de cenários de investigação para que, com a colaboração da Banca Examinadora, pudéssemos escolher, eu e Sonia Miranda, aquele que fosse mais interessante para pesquisa. A formulação dessas propostas de investigação foram baseadas em meus percursos pela cidade, adotando a perspectiva de Certeau, que acredita que nos trânsitos urbanos “*deve excluir-se do obscuro entrelaçamento dos comportamentos do dia-a-dia e fazer-se estranho a eles*”. (CERTEAU, 1994: 171).

Optamos por fazer a pesquisa em um dos principais *lugares de memória* (NORA, 1993) de Juiz de Fora, o Parque Halfeld, usado por muitos jovens como espaço de lazer e encontros. Com isso, a análise das relações de pertencimento entre eles e com o lugar permitiria refletir sobre as diferentes camadas de tempo ali presentes e os sentidos proporcionados por estas.

Após a escolha por esse cenário de investigação foi feita uma apresentação sobre os motivos considerados para tal escolha ao Grupo *Cronos*. Em uma discussão pós-apresentação, refletíamos sobre a posição do Parque Halfeld dentro da cidade de Juiz de Fora, e percebemos que o *lugar* era muito mais forte do que apenas um determinado grupo de pessoas que o frequentava; era um ambiente que abrigava diferentes pessoas e diferentes tempos dentro da cidade. Assim, com as contribuições dos participantes do Grupo *Cronos*, que também percebem o Parque Halfeld de diferentes maneiras – uns são nascidos em Juiz de Fora, outros chegaram na cidade já adultos; outro, ainda, trabalha ao lado do Parque – chegamos à conclusão de que a pesquisa deveria se debruçar sobre as diferentes percepções do Parque Halfeld, sob o ponto de vista de pessoas que o “consomem” cotidianamente e, em que medida esse convívio com os diversos tempos que constituem a cidade poderia contribuir para a aprendizagem histórica.

Dessa forma, as inquietações que dão início a esse período de formação acadêmica, advindas dos trabalhos de Planejamento Urbano, se transformam. Se antes o que me interessava era descobrir por que jovens não constituíam relações de pertencimento com a história de suas cidades, atualmente, a discussão presente nesta Dissertação de Mestrado tem foco sobre o potencial didático apresentado nas diversas camadas de tempo, presentes em qualquer cidade, para a constituição no

indivíduo de competências necessárias ao entendimento da História. A preocupação com as relações de ensino-aprendizagem ainda estão presentes; no entanto, o olhar é outro. O fato de saber ou não dados historicamente construídos e selecionados para serem “a história”, no singular, não se configuram mais como o principal foco de investigação. Ademais, reflexões sobre as relações de grupos/tribos mediando trânsitos urbanos e discutindo como determinada categoria cronológica – as juventudes – estabelece sentidos e significados a partir da experiência na cidade foram ampliadas, após o Exame de Qualificação, e, assim, os sujeitos escolhidos passam a ser aqueles que *praticam* um *lugar de memória* (NORA, 1993) cotidianamente. O que interessa agora são “as histórias” – divergentes, particulares, secretas – que tentam representar a pluralidade que é uma cidade; interessa saber como os sujeitos entrevistados, *praticantes ordinários* (CERTEAU, 1994), representando tantos outros, se posicionam frente às suas realidades cotidianas, se localizam em um determinado tempo urbano e constroem sentidos a partir do que lhes é apresentado.

Neste trabalho, a elaboração do termo Ensino de História *com a cidade*, inspirado em Philippe Meirieu (2001), tem por objetivo propor uma metodologia na qual o processo educativo se dá em conjunto *com a cidade*, funcionando como um instrumento e não com um objeto. Além disso, esse termo é usado na presente Dissertação para uma nova proposta de Educação Patrimonial, cujo foco recairia sobre o sujeito, e não sobre o patrimônio. Ao estimular que sejam traçadas narrativas acerca de percepções pessoais de um patrimônio material, pode-se constituir noções como simultaneidade, mudança, sucessão, considerando, portanto, esse aluno como um sujeito-narrador em potencial.

Feitas essas observações, cabe destacar as questões que nortearam a pesquisa desta Dissertação de Mestrado. São elas:

- De que maneira a análise da cidade e de seus lugares de memória nos permite pensar sobre novas formas de experienciar a cidade?
- A discussão feita a partir da relação entre histórias de vida, pensadas a partir de um lugar de memória da cidade, e o patrimônio preservado pode ser uma ferramenta para o Ensino de História *com a cidade*?

- O que a ação de pensar as relações individuais estabelecidas entre o patrimônio material (edificações, monumentos, sítios históricos, etc.) e imaterial (ofícios urbanos e outros), e as formas de orientação dos sujeitos nos espaços urbanos permite traçar novas estratégias para uma Educação Patrimonial que privilegie as diversas perspectivas presentes para um mesmo bem cultural?

Por fim, posso dizer que foi com base nesses três principais pilares, construídos após a gestação de inúmeras outras inquietações, que este trabalho foi feito. Inquietações e perguntas que mudaram ao longo do tempo, e que demonstram que uma pesquisa não nasce pronta, e que o pesquisador precisa estar atento às mudanças e aos desvios de rota que vão aparecendo ao longo do caminho.

De muitas histórias e de muitos vínculos narrativos somos constituídos. O mais bonito está quando permitimos nos ressignificar constantemente. Nesse momento, apresento uma Dissertação de Mestrado que, mais do que me fornecer um título acadêmico, com certeza me transformou como pessoa. Como pessoa que mora em uma cidade, que transita em meio a tantas outras pessoas, que, assim como eu, muitas vezes não se percebem, e acabam por não perceberem o quão enriquecedor é se deixar ouvir. *Ouvir, ler, ver, sentir e buscar a ponta de tantos fios narrativos*: foi assim, em 2008 com as crianças; foi assim em 2011 com a conclusão da pesquisa. Foram amigos formados, foram medos exterminados, foram gratas surpresas, gratos abraços e sorrisos de pessoas que estavam na mesma cidade que eu, e eu não percebia. Foram também frustrações, porque sempre acreditamos que dois anos é pouco tempo e que poderíamos ter feito mais e melhor. Se antes eu apenas corria atrás de cidades invisíveis, hoje continuo interessada nelas, mas busco também descortinar as cidades visíveis, que estão mais próximas do que imaginamos, mas não queremos enxergar. Me colocar no lugar do outro, na visão de mundo do outro, na história de vida do outro e, dessa forma, visitar a cidade do outro, um pouco como o imperador Kublai Khan faz ao ouvir as descrições de Marco Polo.

A cidade ensina. Essa afirmação não se refere apenas ao Ensino de História, que de fato ela faz, e foi isso que busquei demonstrar neste texto. Mais do que isso, a cidade ensina sobre respeito, amizade, confiança. Todo o processo de pesquisa, a escrita do texto; todos os medos advindos de *será que estou no caminho certo?*, o

tempo será suficiente?; todas as inquietações, os choros, as alegrias, enfim, tudo aquilo que é proporcionado quando pesquisamos sobre **gente**. Portanto, todo o período do Curso de Mestrado em Educação me forneceu, mais do que um título, formação como **gente**. Para tentar expressar um pouco do que representou esta pesquisa para mim, as palavras de Guimarães Rosa, que aparecem como epígrafe deste texto: “*Foi o de não sair mais da memória. Foi um caso sem comparação.*” Ficará marcado para sempre, no meu próprio palimpsesto de vida. E são essas histórias sobrepostas à minha própria história que gostaria de compartilhar com os leitores dessa pesquisa.

No capítulo 1, intitulado *Tempos Urbanos: cidade e patrimônio em reflexões educacionais*, estão expostos os referenciais teóricos que fundamentaram esta pesquisa, com discussões sobre o tema urbano em diferentes tempos e em várias perspectivas e áreas de pesquisa, buscando sempre unir essas visões distintas ao campo da Educação. *Artes do fazer: histórias de vida nas tramas da cidade* foi o nome escolhido para o capítulo 2. Nele, estão presentes as primeiras discussões das entrevistas feitas, e o objetivo é traçar os modos de relação com o urbano através de um *lugar de memória* (NORA, 1993), problematizando as narrativas dos *praticantes ordinários* (CERTEAU, 1994) a partir da experiência no presente, com o fio de pensar sobre as formas de viver na cidade. O terceiro e último capítulo, *Narrativas Urbanas: Memória, Ensino de História e Sentidos de Educação Patrimonial*, busca refletir sobre a experiência do sujeito com o patrimônio, também baseada nas entrevistas feitas. Procuraram-se discutir os sentidos citadinos na relação com o patrimônio, sob o fio de como se educar com a cidade.

CAPÍTULO 1

Tempos Urbanos: Cidade e Patrimônio em reflexões educacionais

Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade.

Michel de Certeau

1.1. Cidade e Educação

Como parte do título desta Dissertação de Mestrado, foi escolhida a metáfora do palimpsesto para ser usada como uma das interpretações possíveis de cidade. Tema recorrente na contemporaneidade, o urbano perpassa toda nossa vida cotidiana: falamos sobre cidades, ouvimos sobre cidades, moramos em cidades e mais do que morar, *vivemos* em cidades. Viver, experimentar essa forma de sociabilidade que, apesar de não ser nova, atualmente é experimentada de maneira específica e diversa, devido às recentes tecnologias da informação, que alteram nossas relações com o outro e, conseqüentemente, com a cidade.

Apesar de todas essas alterações contemporâneas, a cidade continua sendo um *palimpsesto*. A palavra, que significa “*manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores*”, referia-se, durante a Idade Média, a pergaminhos que eram reaproveitados continuamente para novas escritas. Sendo assim, o texto anterior era apagado para dar lugar a um novo texto. No entanto, por vezes o texto antigo deixava suas marcas e, dessa forma, o palimpsesto continha vários textos, várias escritas, de vários tempos. E é nesse ponto que a cidade pode ser comparada ao palimpsesto: assim como o manuscrito, ela também é uma

sobreposição de escritas, de construções, de visões de mundo, de opções políticas; sobreposição de tempos diferentes, que se materializam em espaços diversos. Com isso, a cidade nos auxilia em reflexões sobre a história que, por estar presente no espaço urbano, se apresenta aos nossos olhos todos os dias.

Contudo, em nossas tarefas e atividades cotidianas, por vezes toda a riqueza contida nesse palimpsesto passa despercebida, e a cidade é observada e analisada apenas a partir de *uma* de suas camadas: em alguns momentos, o que se destaca é a modernidade do espaço urbano, em outros casos apenas o passado “histórico” é ressaltado, sem que a junção de todas essas camadas – *presente, passado*, e até mesmo perspectivas de *futuro* – sejam levadas em conta. Portanto, nesta Dissertação de Mestrado, o olhar recai sobre a reflexão de **como a problematização das várias camadas de tempo existentes em uma cidade é necessária para se pensar em Ensino de História com a cidade**.

A partir disso, coloco-me como uma historiadora interessada em *idades*, e em como os diversos tipos de relações – sensoriais, físicas, virtuais, imaginárias, sensíveis – que são estabelecidas com o urbano nos permitem pensar sobre novas possibilidades de trabalho com o Ensino de História, através das variadas espacialidades e temporalidades que se apresentam cotidianamente aos nossos olhos nas paisagens urbanas. Não gostaria de me limitar a pensar apenas na cidade onde vivemos, mas em todas as outras que nos rodeiam: no pensamento, através da mídia, em nossas perspectivas de futuro ou em nossos sonhos de passado; todas as imagens que se formam e nos orientam com relação ao que significa *urbano*. E essa orientação é sempre algo que nos envolve a partir do presente, seja por meio de uma inquietação, de um sonho, de um medo, de um desejo... Segundo Miranda, o historiador deve considerar que “*os processos de pesquisa e problematização da realidade são pertinentes às questões continuamente interpostas pelo tempo presente e com ele estabelecem vínculos epistemológicos essenciais, razão pela qual se revestem de sentido.*” (MIRANDA, 2010: 622). A História não pode ser considerada, a meu ver, como a ciência que estuda exclusivamente o passado, mas que estuda as relações de indivíduos com o passado a partir de questões do presente, que sempre se apresentam ligadas, ainda, a perspectivas de futuro. Assim, “*a história está fundada em uma experiência*

do tempo específica” (RÜSEN, 2009: 170) e a cidade, com todas as suas camadas de tempos diferentes existentes, nos auxilia a pensar em como a experiência com esses vários tempos contribui para a percepção de um dos conceitos fundamentais para a compreensão da História: a ideia de *mudança*. Nesse sentido, a experiência cotidiana com o urbano, com as edificações, as ruas, os veículos; com os ofícios urbanos, com o ritmo de vida e com as pessoas que compartilham de um mesmo ambiente (mesmo que de maneiras distintas) é um terreno extremamente fértil para que a História seja ensinada e aprendida.

Assim como para a História, a Memória também orienta nossa vida a partir do presente, permitindo que o passado tenha seu significado e que o futuro se apresente. Para Rüsen, a Memória é parte da orientação da vida no presente, e *“essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história vai além da memória, ela vai além dos limites de uma vida individual.”* (RÜSEN, 2009: 164). Para o autor, a Memória se constitui essencialmente em instâncias individuais, enquanto História é além disso. No entanto, podemos considerar que a constituição e o reconhecimento de uma Memória individual nos permite perceber o passado de maneira semelhante àquela necessária para se aprender História, pois, quando nos observamos no presente, pensamos em como éramos no passado e como gostaríamos de ser no futuro; dessa forma, nos projetamos – tanto para o passado quanto para o futuro – a partir de outros eventos simultâneos, relativos a outras histórias e a outros espaços. Com isso, aparecem categorias necessárias para a compreensão da ciência histórica: sucessão, simultaneidade, duração, sequência, mudança... Para Ricoeur, as memórias individual e dos objetos se entrelaçam. *“Ademais, a memória das 'coisas' e memória de mim mesmo coincidem: aí, encontro também a mim mesmo, lembro-me de mim, do que fiz, quando e onde o fiz e da impressão que tive ao fazê-lo.”* (RICOEUR, 2007: 110). Com isso, podemos dizer que a memória pessoal se expressa no coletivo, e o contato dos indivíduos com essas memórias na cidade proporciona relações de poder, resistência, esquecimento ou enaltecimento de um passado que viveu, ou que gostaria de ter vivido.

Para Chagas, onde há poder existe também resistência, memória e esquecimento. O autor acredita que *“o caráter seletivo da memória implica o*

reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável". (CHAGAS, 2009: 136). Essa ação de escolha daquilo considerado digno de ser lembrado e preservado *no campo do memorável*, como fora ressaltado por Chagas, ocorre por parte de órgãos públicos, e frequentemente os responsáveis por essas escolhas não são aqueles que consomem, ou praticam esses lugares. Assim, a memória acaba funcionando como um argumento para a preservação baseado apenas no passado para justificar a experiência presente e, se para ser compreendida a História deve ser pensada a partir do presente, há uma discrepância no que diz respeito ao tipo de olhar analítico lançado sobre a História e sobre aquilo considerado digno de ser preservado e guardado. Com esse tipo de atitude, os *praticantes ordinários* – em uma categoria de análise utilizada nessa pesquisa e criada por Michel de Certeau (1994) – que usam e contrausam (LEITE, 2007) esses lugares de memória (NORA, 1993) todos os dias são colocados de lado na elaboração dessas políticas. Dessa forma, movimentos de resistência ocorrem cotidianamente, mesmo que de forma velada. Necessitam apenas de um olhar mais atento, de um estranhamento àquilo que é familiar (CERTEAU, 1994) para que essas atitudes de resistência comecem a emergir.

Nossa relação com o tempo é algo construído a partir de experiências que se sucedem em nossas vidas, em conjunto com as práticas sociais a que somos expostos desde a infância (MIRANDA e OLIVEIRA, 2011). Contudo, como afirma Rüsen, a História necessita de uma forma diferente de experiência com o tempo, posto que tempo histórico se distingue do tempo pessoal. Para Ricoeur, esse é um dos maiores obstáculos para a passagem daquilo que o autor denomina *consciência íntima do tempo* e o tempo histórico.

A consciência íntima do tempo se fecha desde o início sobre si mesma. Quanto à natureza da 'apreensão' pelo espírito do fluxo de consciência e, portanto, do passado, trata-se de saber se esse tempo sentido é suscetível de ser apreendido e dito sem empréstimo ao tempo objetivo, em particular no que diz respeito à simultaneidade, à sucessão e ao sentido da distância temporal (...). (RICOEUR, 2007: 120).

As três últimas categorias destacadas por Ricoeur – simultaneidade, sucessão e distância temporal – são também ressaltadas por Rüsen ao dizer sobre as

competências necessárias ao entendimento da ciência da História. A cidade, ao ser analisada e problematizada como um palimpsesto de diferentes tempos – que coexistem e não se sobrepõem – apresenta uma grande potencialidade educativa para a constituição dessas competências nos sujeitos aprendizes. “*Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado.*” (RÜSEN, 2007: 103-104). A experiência com a mudança temporal, quando não expressa em toda a extensão urbana, ou nos trajetos percorridos no dia a dia, se exprime na constituição de lugares, e de vínculos com esses lugares.

As memórias de mim, dos objetos, dos lugares, estão presentes em nosso cotidiano. Para a definição dessa categoria, Certeau utiliza Péguy para dizer que é um “mundo memória”: “*É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares de infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres.*” (CERTEAU, 2009: 31). O conceito de cotidiano utilizado para essa pesquisa é aquilo que ele significa em si: ações diárias, que se repetem e que por se constituírem em repetição, muitas vezes passam despercebidas. Aparentemente comum, um olhar mais atento no cotidiano dirá que as atitudes, por mais que sejam rotineiras, têm sua relevância de análise, e o que diferencia o corriqueiro do que precisa ser ressaltado em uma pesquisa acadêmica é o olhar que se lança sobre o objeto. E no cotidiano da vida urbana existe a experiência com os diversos tempos presentes em uma cidade e a relação que os indivíduos estabelecem com a cidade, o presente vivido, o passado expresso nos espaços e as perspectivas pessoais de futuro constituem a experiência urbana de mudança temporal.

1.2. Cidade e Educação Patrimonial

Característico da cultura ocidental, o conceito de **monumento histórico** presente hoje tem origem em fins do século XVIII, após o término da Revolução Francesa, com a necessidade de se preservar os bens capturados da nobreza, para que não fossem destruídos. Miranda afirma que a Revolução Francesa inaugurou um padrão expansionista, que se transformou em base de referência para as ideias nacionalistas contemporâneas, e que, a partir da metade do século XIX, “o olhar

sobre o passado nacional, como principal simulacro de identidade coletiva e da base moral dos indivíduos, passa a se constituir como um valor(...)” (MIRANDA, 2007: 46-47). O instrumento usado para essa coesão foi a criação da História como conhecimento científico, fato que se relaciona aos processos de constituição de novos Estados na Europa e a necessidade do nascimento e do fortalecimento de sentimentos nacionalistas. A busca por mitos de origem desses povos funcionava como um elemento de um passado comum, que proporcionava um sentimento de pertencimento à população. Dessa forma, nesse contexto de grandes alterações políticas, sociais e ideológicas, as unidades territoriais transformam-se em Estado, e começam a ter a *nação* como uma maneira de se fortalecer frente aos demais. Com isso, a História torna-se um instrumento de legitimação para os Estados Nacionais Modernos recém-formados, que, como exemplos mais marcantes, temos os processos de unificação da Itália (1870) e da Alemanha (1871). A ciência histórica tem como objetivo, portanto, construir um discurso identitário que proporcionasse a coesão desses povos, que anteriormente tinham seus laços de pertencimento constituídos em pequenas regiões.

Com a ideia de um sentimento nacional instituído e a mobilização para a preservação de um recém-denominado *patrimônio nacional*, a França, ao longo do século XIX e início do XX, começa a esboçar critérios que baseiam toda prática preservacionista ocidental. Segundo Sant'Anna, esses critérios de autenticidade e permanência baseiam as práticas de preservação no Ocidente, “*e orientam sua lógica, conduzindo à criação de instrumentos voltados para a proteção, guarda e conservação dos bens patrimoniais, pelo tempo mais longo e da forma mais íntegra possíveis.*” (SANT'ANNA, 2009: 51). A noção de preservação integral ou parcial de um bem cultural com suas características originais é ainda mais sacralizada no Brasil, onde existe a ideia de que um monumento, para ser considerado digno de ser preservado, deverá ser puro, imaculado. No ambiente urbano, em diversas regiões do país, muitas edificações, praças, e até conjuntos arquitetônicos inteiros – denominados pelo IPHAN como *sítios históricos urbanos* – são tombados, em instâncias municipal, estadual e federal. Por vezes, esses ambientes se constituem também como espaço para ações educativas, coordenadas por diferentes órgãos, públicos ou privados, que se designam a ensinar sobre algo a alguém que, por pressuposto, nada sabe sobre aquele item da paisagem urbana. Assim, de acordo

com alguns teóricos do tema, a Educação Patrimonial “*é o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.*” (GRUNBERG, 2007). Colocar como ponto de partida o Patrimônio Cultural e não suas diferentes significações já existentes, independentemente de um processo educativo – para valorização e/ou preservação – provoca, na maioria dos casos, a desconstrução daquilo que o sujeito possuía previamente e acaba por esterilizar consideravelmente o potencial educativo presente no patrimônio. Por essa definição, podemos perceber que o foco principal desse tipo de análise de Educação Patrimonial – denominada, a partir desse momento, como *Educação Patrimonial Clássica* – está no patrimônio em si, como fonte primária e quase única de conhecimento. Com isso, esse recorte não permite que apareçam outras formas de análise, outras formas de percepção advindas de apropriações distintas e as inúmeras camadas de tempo existentes naquele patrimônio sejam problematizadas. O patrimônio é visto **apenas no passado**, no momento de sua criação, sem que os outros momentos nos quais também esteve presente na história da cidade sejam destacados e, em muitos casos, procura-se restaurar o monumento da maneira mais “original” possível, para se recuperar a riqueza existente e, assim, as modificações executadas em outros tempos e com justificativas plausíveis são excluídas do processo considerado histórico. Portanto, as ações que ainda colocam a Educação Patrimonial Clássica como forma de análise, fundam suas bases conceituais em reflexões feitas na década de 1980 por historiadores, e, por isso, aparecem desvinculadas do campo da Educação, fazendo com que o foco esteja no patrimônio, e os sujeitos envolvidos não são considerados como ponto de referência para se pensar nos processos de aprendizagem.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão que controla a preservação dos bens culturais no Brasil, define Educação Patrimonial como toda a ação educativa relacionada ao patrimônio cultural que nos cerca e que, através desse movimento, deseja que suas representações espalhadas pelo país “*funcionem como centros de **diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural.***” (IPHAN – grifo meu). Além disso, o IPHAN baseia-se em legislação nacional específica e, ainda, é orientado por outras normas, tais como cartas e

declarações nacionais e internacionais. Dentre estas, destaco a *Carta de Petrópolis*, produzida em 1987 durante o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos e que, entre outros aspectos, define *sítio histórico urbano* (SHU) como o “*espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações*” e completa que esse conceito não se limita a definir como histórico apenas uma parte da cidade, “*já que toda cidade é um organismo histórico (...) enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória. Nesse sentido, todo o espaço edificado é resultado de um processo de produção social (...).*” (IPHAN, 1995). Complementando a ideia de uso do SHU, o documento enfatiza sua polifuncionalidade, afirmando que a preservação desses espaços não deve ocorrer com base da “*exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural.*” (*idem*). Com esta última afirmação, as propostas de trabalho do IPHAN e os objetivos desta Dissertação caminham em uma mesma direção, posto que, para a presente pesquisa, a ênfase está na problematização das diferentes ações que ocorrem no cotidiano da cidade e de que maneira estas podem se tornar educativas. Com isso, o conceito de educação aqui adotado se afasta da Educação Patrimonial Clássica, que considera o foco prioritário no patrimônio, e não em suas relações já estabelecidas, e destaca como “histórico” apenas um recorte espacial, de um único e determinado tempo dentro da imensidão de possibilidades temporais contidas no ambiente urbano.

A partir dessas considerações iniciais, a pesquisa que ora se apresenta se aproxima das concepções de Maria Carolina Bovério Galzerani (2010), que propõe uma Educação Patrimonial que se afaste da posição de instruir cidadãos e colocá-los em um modelo pré-concebido de “o que amar e o que preservar” para uma ação educativa dialógica com os sujeitos – todos eles – envolvidos com o lugar de memória, com o patrimônio, seja ele material ou imaterial. Uma ação educativa na qual esses sujeitos – que poderiam ser os *praticantes ordinários* desta investigação e tantos outros, em tantas outras cidades – fossem considerados portadores da capacidade

de entrecruzar seus diferentes saberes e de pertencer ativamente à cidade. Que não apenas conservassem seus patrimônios históricos –

alargando seus significados, e apropriando-se, também, de sua dimensão cultural mais ampla –, mas que se mostrassem hábeis para recriá-los, a partir de questões mobilizadoras situadas no presente, tais como a construção da cidadania participativa, da solidariedade social, de um “novo” nível de consciência coletiva, em torno de algo em comum (sua cidade). (GALZERANI, 2010: 611-612).

A partir disso, é possível engendrar novas estratégias para a preservação do patrimônio, baseando-se nas diferentes apreensões já existentes sobre um determinado bem. Com essa nova linha educativa, adotada na pesquisa, é possível perceber que a elaboração de instrumentos legais, tais como o tombamento, não são suficientes para que um patrimônio exerça sua função de bem cultural de uma sociedade, nem mesmo para o estabelecimento de um sentido de pertencimento. Com isso, “(...) o apelo à discussão relativa aos vínculos sociais e cognitivos do indivíduo ao lugar reposiciona esse debate no plano da Educação e da compreensão dos múltiplos processos educativos que se constituem dentro e fora da escola.” (MIRANDA, 2010: 625). A título de exemplificação, destaco duas das perguntas feitas aos entrevistados e seu relativo padrão de respostas. Em uma delas, questionava-os sobre o que gostariam de guardar no Parque Halfeld caso aquele lugar fosse acabar, tornando-se, por exemplo, um grande estacionamento. Apesar de acharem a pergunta estranha – alguns chegaram a afirmar que o fim não aconteceria, pois o Parque Halfeld é um lugar tombado – todos os entrevistados escolheram uma parte do Parque para ser protegida, motivados por experiências particulares distintas. No decorrer da entrevista, outra pergunta também hipotética era feita, indagando-os sobre uma possível “reforma geral” – nos moldes de uma grande revitalização – na qual várias das características do Parque Halfeld poderiam ser alteradas, mas sem que o lugar fosse totalmente destruído. Todos os entrevistados, sem exceção, seriam a favor de uma reforma para melhorias físicas, desde que o Parque não deixasse de existir, nem de ser aberto para o uso de todos. Com essas reflexões, pode-se concluir que todos os entrevistados mostram-se envolvidos com a proteção e a preservação do Parque Halfeld como um lugar de memória da cidade de Juiz de Fora, que precisa ser mantido. No entanto, no que diz respeito aos aspectos singulares do Parque, mesmo que os entrevistados desejassem resguardar algo para que não acabasse, eles acreditam que uma

modificação estrutural não alteraria o Parque Halfeld naquilo que ele é: lugar de memória, coração da cidade, ambiente de experiências e trocas cotidianas.

Dessa forma, a pesquisa teve como base as práticas urbanas cotidianas para escolha, entrevista e análise das falas dos sujeitos investigados. A metodologia pode ser definida como *narrativa cotidiana*, seguindo as ideias propostas por Walter Benjamin (1987), para quem a narrativa deve possuir uma audiência livre e ausência de esforço, por parte do narrador, de explicar os acontecimentos narrados; essas características são fundamentais para que a narrativa atinja seu objetivo central, que é o intercâmbio de experiências (GONÇALVES, 2009). Benjamin afirma que o narrador imprime sua marca na narração assim como a mão do oleiro na argila do vaso, e que o ato de narrar envolve

a alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. (...) (Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito.) (...) Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar na matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único? (BENJAMIN, 1987: 221).

Na pesquisa, todas as entrevistas foram feitas durante as ações cotidianas dos sujeitos entrevistados no Parque Halfeld. Aqueles que usam o espaço para trabalhar foram entrevistados durante o trabalho, os que vão para o lazer, também, e assim por diante. Foi um esforço contínuo para que se sentissem à vontade para dizer sobre suas experiências, e meu objetivo, que acredito ter alcançado, foi ouvir o mais atentamente possível e aprender com todas as falas, todos os gestos; as expressões de estranhamento, de felicidade, de tristeza; enfim, pude ter a grande oportunidade de aprender não apenas sobre História, Memória, Educação, mas sobre relações de sociabilidade estabelecidas no ambiente urbano contemporâneo.

Unidas a essa concepção de narrativa proposta por Benjamin e adotada na pesquisa, estão as contribuições para o Ensino de História do teórico Jörn Rüsen. Todas as narrativas sobre cidades podem ser usadas como a base para a formação de competências necessárias ao entendimento da História, segundo Rüsen. Dentre

as diversas competências necessárias e acima citadas, destaco aquela que pode servir para orientação histórica da vida prática, a *competência narrativa*. Para o autor,

ela é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural da orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado. (RÜSEN, 2007: 103-104).

Com isso, podemos concluir que, em uma pesquisa baseada na ausculta de diferentes *praticantes ordinários* de um lugar de memória, historicamente consagrado dentro de uma cidade; em falas baseadas na experiência cotidiana de convivência com elementos do presente, do passado e com as perspectivas de futuro nos permite refletir sobre Ensino da História *com a cidade*. Nesse caso, a expressão destaque – *com a* – é uma escolha metodológica, posto que, a proposta da Dissertação não está em refletir sobre a história *da* cidade, ou de uma cidade apenas ou de *uma* história única. Ensino de História *com a cidade* se baseia na problematização das diversas camadas de tempo que constituem toda e qualquer cidade. Philippe Meirieu (2001) propõe esse aprendizado *com a cidade*, afirmando que é necessária uma articulação simultânea entre tempo e espaço para que o sujeito se posicione no mundo, em contraposição a uma separação estanque entre aprendizagem do tempo e do espaço. Portanto, acredito que a cidade pode ensinar na medida em que é composta de várias camadas de tempo, e a perspectiva da narrativa é uma competência necessária para compreender História. As entrevistas foram importantes nesse sentido, com essa ativação das narrativas por parte de quem fala e, principalmente por parte de quem ouve. Estou considerando que esses *praticantes ordinários* são portadores de sensibilidade e de racionalidade para intervir nas questões relativas à preservação patrimonial do lugar em que eles próprios vivem.

1.3. Cidade: perspectivas de pesquisa e teorização

As discussões acerca da cidade como campo de pesquisa começam nos primeiros anos do século XX. Já em 1902, podem-se destacar as reflexões sobre o tema feitas pelo sociólogo alemão Georg Simmel, que deu início ao debate sobre os impactos das mudanças geradas pela expansão urbana no âmbito das relações sociais. A cidade é analisada por ele como local onde se constitui um elevado grau de exacerbação das relações de anonimato e, dessa maneira, faz com que o indivíduo busque “*preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida*”. (SIMMEL, 1987: 11). Verifica-se, nesse ponto e segundo o autor, uma característica da vida moderna. Sua teoria urbana possui base na Psicologia, destacando as diferenças sensoriais, de estímulos exteriores e interiores provocados pela metrópole, em contrapartida à vida rural. Contudo, sabe-se que a cidade não surge no século XX. Sandra Pesavento destaca que “*a cidade é, como se sabe, uma realização muito antiga. Da Ur dos ziguraths à Tebas das Sete Portas, da Roma dos Césares à Avignon dos Papas, ela marca a sua presença na história, através daqueles elementos que assinalam o advento do que se considera civilização*.” (PESAVENTO, 1995: 281). Apesar disso, há de se ressaltar que é justamente nesse período – século XX – que a cidade adquire configurações muito semelhantes às que conhecemos atualmente. Algumas dessas características, a guisa de exemplificação, são a energia elétrica e os primeiros automóveis, que em muito modificam a forma de sentir e viver.

Miranda (1990), ao interpretar a evolução dos estudos sobre o fenômeno urbano, referencia outros sociólogos, pertencentes à chamada *Escola de Chicago* – Robert Park, Ernest Burgess e Roderick Mackenzie – os quais defendem que a cidade se desenvolve como um *organismo social*. Para embasar sua teoria, os estudiosos adeptos dessa escola buscaram explicar as complexidades e os padrões de regularidade na organização e evolução das cidades. Assim, desenvolveu aquilo que se denominou “ecologia humana”. Seus estudos foram alvo de muitas críticas, por conta da ausência de análises de cunho econômico, político e institucional. Tal crítica foi feita, dentre outros, por David Clark. Segundo ele,

ao considerarem as áreas naturais como elementos definidores das diferenças básicas das cidades, que em última análise são manifestações de tendências ecológicas inseparáveis da estrutura urbana, os sociólogos de Chicago acabaram por ignorar o papel das

forças econômicas, institucionais e políticas na formação de padrões sociais urbanos.(MIRANDA, 1990: 15).

Além dos estudos sociológicos, análises econômicas sobre a constituição das cidades também foram empreendidas. É o caso do trabalho de Max Weber, que vê a urbe como *locus* do mercado; local onde acontece a especialização da produção econômica e o intercâmbio da mesma. Assim, só se define como cidade aquelas formações que não possuem um sistema ocasional de mercadorias, mas sim uma população que satisfaça economicamente sua demanda no mercado local e regional. Logo, para Weber, as cidades têm nas relações de mercado sua característica principal.

A partir da década de 1960, o pensamento marxista começou a influenciar os estudos sobre a cidade. Embora a obra de Karl Marx não tenha feito referência direta à questão urbana, os trabalhos influenciados por ele passaram a ver a cidade “*como espaço de produção, consumo e reprodução da força de trabalho, numa forma de máxima divisão social do trabalho*”. (MIRANDA, 1990: 17). Logo, a partir de tal perspectiva, o espaço urbano passa a ser visto como espaço de manifestação de classes sociais distintas e sede do poder de uma classe dominante determinada. Dessa maneira, Marx compreende que, por conta do fortalecimento da propriedade privada, houve uma demanda de organização comunitária da cidade. Assim, entende-se o desenvolvimento da cidade desencadeado por dois processos concomitantes: um de concentração espacial de pessoas e meios de produção e outro de segregação de grupos sociais no sítio urbano. Nessa mesma linha de análise encontra-se o trabalho de Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nele, o autor destaca que a formação periférica dos bairros operários é um instrumento de dominação burguesa, e não um processo aleatório e natural.

Outra análise que merece destaque é a de Henri Lefebvre, (LEFEBVRE *apud* MIRANDA, 1990) que propôs um esquema interpretativo sobre a evolução das cidades semelhante ao de Marx. Para ele, as cidades passariam pelos seguintes estágios evolutivos: *cidade política* – instauração da vida social, centro de irradiação de poder da classe dominante em direção aos trabalhos agrícolas –; *cidade comercial* – espaço de troca mercantil, mas ainda com caráter agrícola –; *cidade*

industrial – concentração de fontes de energia, matéria-prima e mão-de-obra – e *zona crítica* – ampliação do tecido urbano devido ao êxodo rural e aparecimento de problemas urbanos. Seus estudos são feitos a partir de questionamentos aos projetos de planejamento urbano franceses. Também analisando sobre o prisma do planejamento urbano, Jean Lojkine (*apud* MIRANDA, 1990) afirma que o processo de urbanização é o momento máximo de divisão do trabalho e centro de uma contradição entre produção socializada e apropriação privada do capital. Através dessa forma de planejamento, o Estado começa a intervir para possibilitar a expansão do capital, que se dará a partir da comercialização do espaço, controlando, assim, as áreas que serão mais ou menos valorizadas pela especulação imobiliária.

Assim, as políticas públicas e o planejamento urbano funcionam como estratégias centrais para promover, por um lado, as condições para essa reprodução do capital, e por outro, a reprodução da força de trabalho dentro dos padrões regulamentados e sob o estigma da segregação espacial. (MIRANDA, 1990: 22).

Sob o ponto de vista da historiografia tradicional, as análises sobre a cidade são, quase sempre, feitas a partir da evolução territorial, ou sobre as lutas sociais, como fora destacado no decorrer desta exposição. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento, no texto *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, destaca a fascinação provocada pela cidade, desde o início dos tempos, como local de definição de sociabilidades e de ostentação de poderes que regulavam a vida. Contudo, as alterações físicas provocadas nos antigos acampamentos tribais que os transformaram em cidades geraram, além de novas formas de sociabilidades, uma nova sensibilidade. “*Ser cidadão, portar um ethos urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade*”. (PESAVENTO, 2007: 11). Assim, ao mesmo tempo em que surgiam cidades reais, físicas, táteis, pululavam cidades imaginárias, que funcionavam como representação das primeiras para seus diversos habitantes e, dessa maneira, também eram – e ainda são – diversas e incontáveis por excelência. “*Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo*”. (PESAVENTO, 2007: 11). Atualmente, as cidades são locais onde a maioria da população do mundo habita. A

mídia contribui deveras para que as imagens dessas inúmeras cidades existentes se espalhem pelo mundo e, ao mesmo tempo, a contemporaneidade traz uma cultura na qual a experiência virtual é cada vez mais valorizada, em detrimento à experiência física. Portanto, se antes as cidades imaginárias eram relevantes, hoje elas se tornam, em alguns casos, mais importantes do que as materialmente existentes. Dessa forma, o imaginário não pode ser considerado apenas um detalhe a mais nos estudos sobre a cidade; constitui-se em uma característica fundamental do viver citadino, porque é o que dá origem à ação do homem, aquilo que faz com que ele atribua significados à realidade e, dessa forma, a transforme. E é através da imaginação que construímos muitas cidades em nossas mentes, que nos fazem falar, fazer, sentir, pensar e sonhar o viver urbano de maneiras distintas e particulares. “*Afinal, o que chamamos de ‘mundo real’ é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma*”. (PESAVENTO, 2007: 11). Nesse sentido, imaginário não seria apenas o ato de inventar, de fantasiar mentalmente e criar ilusões, mas se constitui em fator primordial para a vida. É interessante verificar a definição de Marc Augé para imaginário, em entrevista a Elane Peixoto e Maria da Conceição Golobovante. Segundo o autor, *imaginário* deriva de *imaginação*, e pode fazer referência “*a contos ou imagens, por exemplo. A relação imaginária com as coisas é individual. Tenho uma relação imaginária com o que imagino ou tenho uma relação imaginária com a imagem*”. (GOLOBOVANTE; PEIXOTO, 2008: 9). No entanto, o próprio autor irá dizer que é relevante fazer uma relação entre o imaginário individual e coletivo, ponto que será mais bem destacado no decorrer deste texto.

Dentre as diversas abordagens teóricas analisadas por Pesavento, merece destaque a perspectiva de análise da cidade adotada pela História Cultural no início da década de 1990, que se afasta dos estudos que compreendem o urbano a partir da dimensão econômica. Assim, com a abordagem da História Cultural, a cidade deixa de ser considerada apenas local da realização da produção ou da ação de atores sociais, e passa a se constituir como objeto de reflexão que produz representações e práticas sociais.

Pensar o social através de suas representações é, a nosso ver, uma preocupação contemporânea do nosso fim de século, balizada pela crise dos paradigmas explicativos da realidade que pôs em xeque a

objetividade e racionalidade das leis científicas no domínio das ciências humanas. (PESAVENTO, 1995).

Nesse caso, portanto, dá-se maior relevância às representações sociais produzidas na e pela cidade e às relações sociais estabelecidas por seus habitantes. A Dissertação de Mestrado aqui apresentada possui o foco de análise neste ponto: representações de cidade estabelecidas por seus habitantes e entre eles.

Feitas essas breves considerações acerca da cidade como campo de pesquisa, partiremos para a discussão sobre a cidade e suas implicações para o Ensino de História na contemporaneidade, com os referenciais teóricos que nos auxiliaram nessa pesquisa.

* * *

Urbe. Urbano. Cidade. Uma cidade pode ter diferentes configurações espaciais, mas é comum que, quando essas palavras são ditas, pensemos em elementos como cimento, prédios altos, ruas largas, asfalto, poluição... É quase senso comum que uma cidade seja descrita dessa forma. Contudo, é sabido que uma cidade não precisa necessariamente de todos esses elementos para ser caracterizada como tal. Minha intenção não é discutir conceitos da Geografia ou do Urbanismo para aquilo que pode ou não ser considerado uma cidade; no entanto, acredito ser necessário um breve destaque às representações de configuração espacial de cidade disseminadas pelo senso comum. Pesavento afirma que

a cidade é, sobretudo, uma *materialidade* erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. (...) Aliás, é pela materialidade das formas urbanas que encontramos sua representação icônica preferencial, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. Pela materialidade visível, reconhecemos, imediatamente, estar em presença do fenômeno urbano, visualizado de forma bem distinta da realidade rural. (PESAVENTO, 2007: 13).

O trecho acima traduz de forma clara, a meu ver, as maneiras utilizadas por um pesquisador do campo da chamada História Cultural para representar cidade, e

que acabam por diferenciá-la do espaço rural. Contudo, além da espacialidade urbana, Pesavento destaca em seu ensaio o caráter social da urbe, que é marcada por hábitos e comportamentos variados e de épocas diversas, que ora são apagados pelo tempo, ora essas características convivem entre si. *“É por isso que, ao lado das imagens icônicas da materialidade urbana, há toda uma outra linha de representação que exhibe a cidade através da sua população”*. (PESAVENTO, 2007: 14). Há, ainda, uma terceira característica nas representações urbanas ressaltada por Pesavento, e que será muito relevante para o presente trabalho: a sensibilidade. De acordo com a autora, cidade é um fenômeno cultural, além de ser também *“objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam”*. (PESAVENTO, 2007: 14). Nessa perspectiva, portanto, as duas características anteriores – materialidade e sociabilidade – não são descartadas, mas se alteram na medida em que esta terceira – sensibilidade – é levada em conta. É neste ponto que esta pesquisa buscará se afastar da maioria das análises existentes e se aproximar das ideias de Pesavento. Acredito que a cidade que se apresenta a nós está além da materialidade exibida aos nossos olhos, e varia para cada habitante – ou espectador, pois assistimos a muitas cidades que não conhecemos física e pessoalmente –, de acordo com as experiências que cada um possui. No entanto, grande parte das pesquisas historiográficas não considera essas cidades imaginárias. Mais uma vez me aproximo da reflexão da autora no que tange a busca investigativa das cidades que surgem da imaginação, do pensamento, e que são sensíveis aos seus habitantes, quando ela afirma que essa dimensão da sensibilidade deve ser recuperada na análise histórico-urbana:

trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto. (PESAVENTO, 2007: 14).

A cidade que se apresenta sensível a nós é construída pelo imaginário, se estabelece em nosso pensamento e faz com que passemos a classificar e qualificar o espaço físico desta e, só a partir desse movimento determinado pelo pensamento é que conseguimos enxergar e viver a realidade tangível. A título de exemplificação,

podem-se citar os mapas mentais que utilizamos para percorrer trajetos urbanos. Na maior parte do tempo, para percursos simples como ir à padaria ou ao trabalho, criamos em nossas mentes a trajetória que devemos percorrer usando marcadores espaciais – materialidade –, decidimos passar por alguma rua que seja mais iluminada e que possua menos perigo – sociabilidade –, e, mesmo que nunca tenhamos consultado um mapa fabricado a partir de uma projeção cartográfica do referente local, conseguimos chegar aos nossos destinos. O resultado gerado por esse movimento, que se constrói também por escolhas e decisões, é algo tão cotidiano que por vezes se torna imperceptível, mas é essa *sensibilidade* que Pesavento destaca. Essa categoria de *sensibilidade urbana* – se é que posso denominar assim – é tema de diversas análises, feitas sob prismas diferentes, e alguns deles serão discutidos a seguir.

Um dos autores que muito contribuiu para esta pesquisa, e para toda a produção intelectual sobre a urbanidade é Walter Benjamin. Nascido em fins do século XIX, Benjamin começa sua produção intelectual já em 1910, e esta se intensifica nos anos posteriores, e no interior de um contexto denominado pelo próprio autor como de “barbárie”: crise econômica de 1929, fascismos, Primeira Guerra Mundial... Como método, por vezes adota a noção de “narrativa aberta”, afirmando que o narrador coloca suas próprias visões de mundo no texto narrativo. E pode-se ressaltar que ele mesmo faz suas reflexões inebriado pela sua época.

Ao fazer análise da cidade de Paris em 1935 e 1939, Benjamin destaca características de um contexto de modificações não apenas conjunturais, mas do modo de viver em si. Sabe-se que a vida urbana não nasceu no século XIX: desde a Antiguidade a urbanidade já é uma forma de viver bastante marcante e significativa. Então, o que há de tão novo no pensamento benjaminiano acerca do tema? Benjamin percebe de forma altamente sensível as mudanças relativas ao tempo, ao espaço, às experiências e aos relacionamentos humanos, partindo de análises sobre elementos urbanísticos surgidos em meados do século XIX.

Se a princípio as *passagens* parisienses são apenas uma nova forma arquitetônica para venda de mercadorias, as reflexões de Benjamin nos ajudam a percebê-la de outra maneira. Destacando-as como “centro de mercadorias de luxo”,

o autor acrescenta para a descrição das passagens as palavras do *Guia Ilustrado de Paris*:

“Estas passagens, uma recente invenção de luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore, que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo de especulação. Em ambos os lados dessas galerias, que recebem a luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura.” As passagens são o cenário da primeira iluminação a gás. (BENJAMIN, 2006: 40).

Vidro, mármore, iluminação a gás, e acrescenta-se o ferro, não citado nesse trecho, mas material também presente e recorrente nessas construções; são todos aparentemente materiais apenas físicos, mas que alteram a percepção sensorial dos cidadãos. O vidro deixa que a luz do dia entre nas passagens; ao mesmo tempo, não se está ao ar livre, não se sente na pele seus raios, ou, ainda, no caso de chuva, também estariam todos protegidos. Ainda sob a perspectiva da luminosidade, a iluminação a gás igualmente altera a percepção temporal, já que permite que as compras continuem durante a noite. O mármore confere às passagens outra característica de destaque: o luxo. Neste ponto, pode-se enfatizar o caráter peculiar das passagens: nelas não se encontram qualquer loja ou qualquer mercadoria, apenas mercadorias de luxo. Deve-se ressaltar, portanto, como a criação dessas galerias comerciais exibia um determinado estilo de vida, que passa a ser encarado como ideal de vida, por alguns apenas idealizado, já que nem todos tinham acesso às mercadorias ali vendidas. Mesmo não restringindo a entrada de pessoas, as passagens alteram a forma de percorrer a cidade; os habitantes sabem o que é vendido ali e podem fazer a escolha por frequentar ou não aquele espaço. Isso determina novas formas de habitar: se o cidadão possui condições econômicas para consumir aquelas mercadorias, frequentará as passagens. Caso contrário, poderá optar por percorrer – ou não – aquele espaço. Mesmo sabendo que muitos daqueles frequentadores estavam ali não para comprar (apenas), mas para consumir, é possível dizer que as passagens restringiam os usos da cidade.

Entretanto, como pensar esses percursos pela urbe de hoje, mais de 100 anos após o período analisado por Benjamin? Jesús Martín-Barbero nos ajuda a

pensar metodologicamente a cidade. Segundo o autor, olhar a cidade hoje significa analisar “**novos modos de estar juntos**, a partir dos quais os cidadãos experimentam a heterogênea trama sociocultural da cidade, a enorme diversidade de estilos de viver, de modos de habitar, de estruturas do sentir e do narrar”. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 278 – grifo do autor). Esses *novos modos de estar juntos* na cidade contemporânea não seriam, grosso modo, os mesmos da Paris do século XIX? As *passagens* determinam *novos modos de estar juntos* no consumo, assim como os *shopping centers* na atualidade; a fotografia⁷ faz com que surjam *novos modos de estar juntos* na temporalidade e na arte, tal qual sua versão digital: a instantaneidade nos permite refazer a fotografia até que fique “perfeita”.

Um dos autores bastante investigados por Walter Benjamin é Charles Baudelaire, poeta francês que nasceu em Paris em 09 de abril de 1821 e lá permaneceu até sua morte, em 31 de agosto de 1867. Sua principal obra, *As Flores do Mal*, é lançada em 1857 e continha 100 poemas⁸. Tema recorrente na poesia de Baudelaire, a melancolia, é destacado por Benjamin:

O engenho de Baudelaire, que se alimenta de melancolia, é um engenho alegórico. Com Baudelaire, pela primeira vez, Paris se torna objeto de poesia lírica. Não é uma poesia que canta a cidade natal, ao contrário, é o olhar que o alegórico lança sobre a cidade, o olhar do homem que se sente ali como um estrangeiro. (BENJAMIN, 2006: 47).

Como pode se sentir estrangeiro em sua cidade natal? Esse homem que se sente como um estrangeiro, o *flâneur*, só encontra abrigo na multidão⁹, que “é o véu através do qual a cidade familiar acena para o *flâneur* como fantasmagoria. Nela, a cidade ora é paisagem, ora sala acolhedora”. (BENJAMIN, 2006: 47). Na obra de Baudelaire, Benjamin destaca que a multidão “é algo tão pouco exterior que nos permite seguir de perto, em sua obra, o modo como ele resiste ao seu envolvimento e a sua atração”. (BENJAMIN, 1989a: 115). O *flâneur* é essencialmente fruto das

⁷ “Pela primeira vez, a fotografia permite registrar vestígios duradouros e inequívocos de um ser humano.” (BENJAMIN, 1989a: 45).

⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Baudelaire>. Acessado em 20 set 2009.

⁹ “A multidão – nenhum tema se impôs com maior autoridade aos literatos do século XIX – começava a se articular como público em amplas camadas sociais, onde a leitura havia se tornado hábito.” (BENJAMIN, 1989a: 114).

relações urbanas, e ao mesmo tempo em que se sente estranho ali, está em constante busca por experiências na cidade, ora se sentindo “de dentro”, ora se sentindo “de fora”.

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom e melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivadinha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. (BENJAMIN, 1989a: 35).

A nova configuração urbana que ascende no século XIX exacerba as relações de anonimato. O *flâneur* observa na multidão sem ser visto, ao mesmo tempo em que é observado sem perceber¹⁰. Com isso, a parte estética e exterior dos cidadãos é o que determina sua forma de ser.

A multidão desperta no homem que a ela se entrega uma espécie de embriaguez acompanhada de ilusões muito particulares, de tal modo que ele se gaba, vendo o passante levado pela multidão, de tê-lo classificado a partir de seu exterior, de tê-lo reconhecido em todas as dobras de sua alma. (BENJAMIN, 2006: 62).

Para Benjamin, o *flâneur* resiste de todas as formas às novas formas de relação urbana que se estabelecem em fins do século XIX. “O *flâneur* *recusa-se a ser absorvido por esse ritmo, recusa-se a perder sua subjetividade no universo da multidão.*” (GONÇALVES, 2009: 174). A principal característica do *flâneur* é o desejo de experimentar a cidade em cada detalhe, de forma lenta e sensitiva. Na experiência da *flânerie*, segundo Gonçalves, a contemplação e a ociosidade são extremamente necessárias para a relação com a cidade; é como se cada ação nos percursos urbanos se constituísse num ato poético. Com isso, a relação do *flâneur* com a cidade é sustentada por momentos de ócio, ou seja, momentos em que a ação de percorrer a cidade é simplesmente um momento de caminhar pela cidade, observar as pessoas, suas relações umas com as outras e com a própria cidade; o trajeto se torna o objetivo central, e não uma busca para se chegar a algum lugar. No entanto, o *flâneur* está sempre atento e disposto a descobrir coisas novas a partir

¹⁰ “O observador – diz Baudelaire – é um príncipe que, por toda a parte, faz uso do seu incógnito.” (BENJAMIN, 1989a: 38).

daquilo que experimenta. “*Seu deslocamento pelas ruas da cidade, embora casual e ocioso, é motivado pela possibilidade de, a qualquer momento, experimentar a descoberta de alguma dimensão da realidade desconhecida, exótica, distante no tempo ou no espaço.*” (GONÇALVES, 2009: 175). Ao contrário do *flâneur*, o “homem da multidão” se identifica com o ritmo vertiginoso e acelerado da vida urbana, se preserva de quaisquer formas de contato com o outro, e se desloca pela cidade de maneira objetiva. O “homem da multidão” é habitante característico das cidades contemporâneas; é o cidadão que busca o anonimato e intensifica o individualismo.

Em *Paris do Segundo Império*, ao desenvolver o tema do *flâneur*, Benjamin diz sobre as novas fisiologias de meados dos Oitocentos, ao mesmo tempo em que afirmava que o *flâneur* fazia botânica no asfalto.¹¹ Ao destacar esses temas, Benjamin ressalta, ainda, que as fisiologias do período

asseguravam que qualquer um, mesmo aquele não influenciado pelo conhecimento do assunto, seria capaz de adivinhar profissão, caráter, origem e modo de vida dos transeuntes. Nos fisionomistas esse dom aparece como faculdade que as fadas colocam junto ao berço de todo o habitante da cidade grande. (BENJAMIN, 1989a: 37).

Outra característica que se pode destacar no cotidiano do *flâneur* é a iluminação a gás, que por vezes o faz se sentir em casa.

O fenômeno da rua como interior, como fenômeno em que se concentra a fantasmagoria do *flâneur*, é difícil de separar da iluminação a gás. As primeiras lâmpadas a gás arderam nas galerias. (...) Sob Napoleão III cresce mais rapidamente o número de lâmpadas a gás. Isso elevou o grau de segurança da cidade; fez a multidão em plena rua sentir-se, também a noite, como em sua própria casa... (BENJAMIN, 1989a: 47).

Como citado, as lâmpadas a gás surgiram primeiro nas galerias, ou passagens, para depois se espalharem pela cidade. As passagens eram o principal refúgio do *flâneur*; Benjamin chega a dizer que se constituía num refúgio contra os “*veículos que não admitem o pedestre como concorrente. Havia o transeunte, que se enfia na multidão, mas havia também o flâneur, que precisa de espaço livre e não quer*

¹¹ “*Em 1841 contavam-se 76 novas fisiologias. A partir desse ano, o gênero decaiu; com a monarquia burguesa, também ele desapareceu. Era um gênero radicalmente pequeno-burguês.*” Ainda: “*A calma dessas descrições combina com o jeito do flâneur, de fazer botânica no asfalto.*” (BENJAMIN, 1989a: 34).

perder sua privacidade". (BENJAMIN, 1989a: 50). Com isso, há de se ressaltar a transformação provocada no *flâneur* a partir do surgimento da grande loja. Se para o *flâneur* as galerias eram as ruas transformadas em interior, a partir das grandes magazines a lógica se inverte: o interior se transfigura em rua, e através dos corredores – ou labirinto, nas palavras de Benjamin – o *flâneur* passa como se estivesse percorrendo labirintos urbanos.

Em suma, a marca do *flâneur* está no gosto pela multidão. Na frase de Baudelaire, citada por Benjamin: *"O prazer de se achar numa multidão é a expressão misteriosa do gozo pela multiplicação do número"* (BENJAMIN, 1989a: 54). A multidão é o seu refúgio, e a loja de departamentos sua última parada. Pode-se afirmar, portanto, que mesmo nesse curto período de tempo houve uma pequena mudança nos *"modos de estar juntos"*, para retomar a expressão de Martín-Barbero: das passagens para as lojas de departamentos. Com isso, acrescento mais algumas reflexões de Martín-Barbero, ao definir o ambiente urbano: *"Heterogeneidade simbólica e inabarcabilidade da cidade, cuja expressão mais certa está nas mudanças que atravessam os modos de experimentar a pertinência ao território e as formas de viver a identidade"*. (MARTÍN-BABERO, 2004: 279). Nesse ponto do texto, tenho por objetivo analisar a cidade na contemporaneidade à luz das reflexões de Benjamin sobre o século XIX. Antes, porém, de chegar à atualidade, retomemos as análises do início do século XX, feitas por Jesús Martín-Barbero em cidades da América Latina.

Martín-Barbero, em seu livro intitulado *Dos meios às mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*, trabalha com a noção de *cultura de massa*, e define que essa categoria designa *"o modo como as classes populares vivem as novas condições de existência, tanto no que elas têm de opressão quanto no que as novas relações contêm de demanda e aspirações de democratização social"*. (MARTÍN-BABERO, 2001: 174). Investigando o contexto das primeiras décadas do século passado, como já destacado, o autor define algumas características desse período e, grosso modo, acredito que podemos considerar essas características de maneira semelhante a que analisamos as alterações do viver urbano no período de fins do século XIX, analisado por W. Benjamin. Dentre as principais modificações na maneira de perceber a cidade, nos estudos de Martín-Barbero, pode-se destacar o

consumo de massa em ascensão, a partir do progresso tecnológico associado à produção massiva de uma enorme variedade de produtos nos Estados Unidos pós-Primeira Guerra Mundial. Segundo o autor,

o consumo requerido pela nova estrutura de produção, contudo, não era um hábito social; pelo contrário: enfrentava-se então a mentalidade de massas só recentemente urbanizadas, para as quais a tendência inicial era para a poupança. Para o 'sistema', era indispensável *educar as massas* para o consumo. (MARTÍN-BABERO, 2001: 198 – grifo do autor).

Essa necessidade de “educar as massas” pode-se considerar que não era apenas para o consumo, mas para toda uma vida urbana em si. Grande parcela dessa massa, formada por pessoas recém-saídas do campo e que necessitavam aprender a viver na cidade: como utilizar o transporte coletivo, conhecer as ruas, etc. Aos poucos, as massas alterariam também a fisionomia da cidade, pois, ao mesmo tempo em que se apropriavam dos signos já existentes, acrescentavam no palimpsesto urbano os seus rastros para identificação e sobrevivência no novo espaço de moradia, constituindo, assim, uma *sensibilidade urbana*. Contudo, o espaço urbano existente na época não conseguiu abarcar essa grande quantidade de novos habitantes. Aos poucos, o estabelecimento dessas massas foi demarcando o espaço urbano de outras formas.

A quantidade de pessoas começou a significar um enorme déficit de habitação e transporte, além de um novo modo de morar na cidade, andar pelas ruas e comportar-se. Na periferia, apareceram os bairros de posseiros; no centro, a ruptura ostensiva das formas de urbanidade. (MARTÍN-BABERO, 2001: 222).

O autor completa, ainda, que essa invasão das massas urbanas escondia um segredo: um desejo de conseguir benefícios que a cidade proporcionava, tais como saúde, emprego e educação. A partir disso, pode-se afirmar que se formava uma nova mentalidade sobre a cidade: a ideia de um lugar cheio de esperanças, de sonhos de uma vida melhor, em contraposição com o perfil da vida rural, e essa noção estava agregada aos direitos sociais de saúde e educação, por exemplo. A presença das massas na periferia urbana fez com que os ricos se afastassem para outra periferia; contudo, as classes mais altas não conseguiam se manter completamente distantes dessa nova camada da população. A cultura de massa era

algo que atingia a todos, mesmo aqueles que não a desejavam, e essa cultura ajudava as classes populares a se sentirem mais pertencentes. *“A nova cultura, a cultura de massa, começou sendo uma cultura que não era apenas dirigida às massas, mas na qual elas encontravam retomadas, desde a música até as novelas de rádio e ao cinema, algumas de suas formas de ver o mundo, senti-lo e expressá-lo”*. (MARTÍN-BABERO, 2001: 223). Assim, pode-se afirmar que, *a priori*, a cultura de massa determinou as formas de ver e sentir a cidade, porque se apresentavam em concomitância com a mentalidade apresentada por essas classes populares. Um exemplo citado por Martín-Barbero da presença de elementos urbanos na cultura na tentativa de aproximação com as massas é o cinema mexicano, a partir da década de 1940, quando *“aparece a comédia urbana na qual o bairro substitui o campo como lugar onde se refugiam os velhos valores, e as relações estreitas que a cidade grande tende a destruir”*. (MARTÍN-BABERO, 2001: 243). Tudo isso favorecia a formação de uma identidade, um sentimento de pertencimento ao novo ambiente de habitação e fazia com que o *espaço* urbano se tornasse *lugar* de moradia.¹² Ao mesmo tempo, fazia parte dessa nova forma de viver a segregação das classes e a demarcação desses novos lugares, diferentemente do espaço rural, onde essa demarcação é menos visível.

Afinal, será essa a cidade que chega à contemporaneidade? Em parte sim. Contudo, outros elementos devem ser acrescentados à análise urbana na atualidade. Se antes o cinema colaborava quase que decisivamente com a percepção da cidade, hoje temos a televisão e a *Internet* como elementos determinantes na construção do imaginário urbano. Segundo Martín-Barbero, para a investigação dos *novos modos de estar juntos* na urbe de hoje, *“aparecem em primeiro plano as transformações da sensibilidade que produzem os acelerados processos de modernização urbana e os cenários de comunicação que, em seus fluxos e fragmentações, conexões e redes, constroem a cidade virtual”*. (MARTÍN-BABERO, 2004: 279). A cidade virtual a que o autor se refere é aquela que está além do ambiente físico, sendo, pois, determinada pelo imaginário construído pela

¹² Adoto, para o presente trabalho, a perspectiva de análise de Yi Fu Tuan, e considero que a cidade, pode ser observada de duas maneiras: como *espaço* de *vivência* humana, ou como *lugar* de uma *experiência* humana. Para o primeiro exemplo, a cidade é compreendida simplesmente como *espaço*, que diferentemente da categoria de *lugar*, constitui-se apenas como local de vivência. *Lugar* está além – ou aquém – do espaço, porque é perpassado pela experiência do vivido. (TUAN, 1983).

mídia.¹³ Nesse ponto, Silvia Alderoqui traz suas contribuições, refletindo sobre os conceitos de proximidade e distância em tempos de globalização e novas tecnologias: *“como podemos observar, la cercanía no alude simplemente a una cuestión de distancia entre observador y el objeto. Por meio de la tecnología, ‘se acercan’ lugares localizados a miles de kilómetros”*. (ALDEROQUI, 2006: 34). Christina Ferraz Musse, em seu livro, fala sobre a perda do referencial identitário em nossos dias, afirmando que *“o planejamento urbano sistematizado sobre dados frios e estatísticos parece não responder aos anseios dos cidadãos que não mais se reconhecem”*. (MUSSE, 2008: 39). Ou seja, se a mídia muitas vezes define como é esse ou aquele espaço da cidade (perigoso ou não, rentável comercialmente ou não, e outras divisões) e o planejamento urbano estabelece suas divisões e categorizações a partir de estatísticas, o cidadão se vê muitas vezes em meio a uma contradição, entre aquilo que ele experimenta (utilizando a perspectiva de Yi Fu Tuan) e a imagem formatada pelos meios de comunicação. *“Para alguns surfistas da internet e flâneurs de cidades virtuais, a cidade construída em si tornou-se obsoleta”*. (HUYSEN *apud* MUSSE, 2008: 39). O destaque dado ao imaginário por Marc Augé, já ressaltado neste texto, se intensifica quando o autor faz a junção entre imaginário individual e coletivo. Ele afirma que é importante a relação estabelecida entre o imaginário individual e o coletivo, e entre o coletivo e o simbólico. *“O ‘imaginário’ simbólico é a relação explícita entre uns e outros e o imaginário coletivo é o produto de uma imaginação partilhada, o mito, por exemplo”*. (GOLOBOVANTE; PEIXOTO, 2008: 9). Musse, ao fazer sua análise sob o viés da imprensa local, afirma que esta estabelece a criação de uma *cartografia da cidade*, na medida em que o jornalismo diário passa a selecionar dados e informações e criar essa cartografia, utilizando critérios que em sua maioria se apresentam de maneira subjetiva. Isso pode ser observado na própria divisão das sessões dos jornais: bairros que são relacionados ao bem-estar ganham destaque em editoriais de

¹³ Sobre as cidades imaginadas construídas pela mídia, Sonia Regina Miranda diz que: *“com muita frequência nos deparamos com pessoas que nunca foram a um determinado local emitindo opiniões acerca daquele lugar com a propriedade de quem lhe parece ser íntimo. Assim, por exemplo, vemos as pessoas falando a respeito da barbárie relativa aos conflitos entre judeus e palestinos na Faixa de Gaza ou aos perigos supostamente ‘reais’ vivenciados por quem vai ao Rio de Janeiro como se a violência apontada como chancela da cidade nos meios de comunicação se constituísse como uma marca irremediável da experiência de visitar aqueles espaços. Nesse sentido, valores e representações vão sendo reproduzidos e constituindo sentidos para aquilo que dizemos e expressamos como opiniões perante a vida”*. (MIRANDA, 2009: 9).

política, cultura ou nas colunas sociais, enquanto bairros da periferia aparecem com frequência nas páginas policiais. Assim, *“o jornal divide a cidade e a classifica de acordo com juízos de valor”*. (MUSSE, 2008: 48). Martín-Barbero também faz uma importante reflexão sobre a união da televisão e da informática e a relação dessa união com hábitos de consumo e experiências urbanas. Para o autor, essas relações acabam reconfigurando as experiências que temos ao percorrer espaços urbanos, como a rua, por exemplo, e alteram até mesmo nossas relações com o corpo, que atualmente se encontra *“sustentado cada vez menos em sua anatomia e mais em suas extensões ou próteses tecnomidiáticas: a cidade informatizada necessita de corpos não reunidos, mas sim interconectados”*. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 294). O autor completa essa afirmação, dizendo que *“se a televisão atrai é porque a rua expulsa, é dos medos que vivem as mídias”*. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 295). Para ele, esses medos têm origem, mesmo que isso não seja claramente perceptível, na perda do sentido de *pertencimento*, que, por sua vez, *“provêm de uma ordem construída sobre a incerteza e a desconfiança que nos produz o outro, qualquer outro – étnico, social, sexual – que se aproxima de nós na rua e é compulsivamente percebido como ameaça”*. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 295). O *flâneur* contemporâneo é, portanto, mais solitário do que o citado por Benjamin, porque além de se manter isolado dos outros *flâneurs*, muitas vezes se vê sem motivos – ou coragem – de percorrer as passagens da cidade, por temer o ambiente, esteja ele cheio ou vazio.

No entanto, não se pode descartar o fato de que, afora todos esses fatores, uma característica marcante da urbe é a convivência com o outro, mesmo que esse não seja nosso semelhante. Castro *et alli* ressaltam que a convivência com o “diferente” se apresenta como condição *sine qua non* para o viver urbano, o que, *“para todos, apresenta-se como uma experiência de confrontos inevitáveis com aqueles que são iguais, por similaridade de gostos, aparências ou pertencimentos comuns, e outros, os quais sentimos como distantes e estranhos”*. (CASTRO *et alli*, 2006: 438). Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernidade Líquida*, diz que, *“na clássica definição de Richard Sennett, uma cidade é ‘um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar’”*. (BAUMAN, 2001: 111). Acreditando nessa proposição, verifica-se que, por mais que tentemos evitar, a cidade é local de encontro, por vezes entre desconhecidos, o que configuraria num *desencontro*, diria

Bauman. Mas e quando esses estranhos se tornam velhos conhecidos, e um desencontro dá origem a um encontro efetivo e, por que não, afetivo?

A cidade é fruto de relações e da atuação do homem sobre a natureza e, portanto, pode-se afirmar que nela se apresentam marcas dessas relações que ocorreram ao longo do tempo. Jorge Blanco e Raquel Gurevich definem a cidade por duas características principais: *material* e *imaterial*. Isso significa que a cidade é uma construção concreta, sendo assim resultado de *“un conglomerado de objetos materiales que fueron surgiendo en distintas condiciones y momentos históricos, dejando su presencia en distintos puntos del territorio”*. (BLANCO; GUREVICH, 2006: 69). Ao mesmo tempo, os autores ressaltam a dimensão *imaterial* do tecido urbano, que se apresenta formado *“por un conjunto variado de símbolos, representaciones, ideas, tecnologías. Actualmente, las ciudades se definen cada vez más por los procesos de la desmaterialización que atraviesan”*. (BLANCO; GUREVICH, 2006: 70). Paulo César Rodrigues Carrano completa essa reflexão, quando destaca em seus estudos que

as cidades expressam política e culturalmente o traçado de seus relacionamentos humanos em determinado momento histórico. Nas cidades se formam e se negociam sentidos na forma de conhecimentos, sensibilidades, desejos e vontades, fazendo com que sejam múltiplas as possibilidades da existência de trocas sociais educativas. (CARRANO, 2003: 31).

E é a partir dessas trocas sociais, que possuem alto potencial educativo, que esta pesquisa buscou se desenvolver. A cidade, a meu ver, não pode ser considerada apenas como palco, ou cenário onde os encontros acontecem, mas deve ser analisada a partir da perspectiva de que ela é modificada, todo o tempo, por esses encontros e desencontros. Para isso, é preciso ter em mente que *“além do texto visível da racionalidade urbanística, insinua-se um texto composto pelas práticas concretas dos habitantes das cidades”* (CARRANO, 2003: 21), e essas práticas concretas afetam a cidade e seus atores. Na Dissertação de Mestrado aqui apresentada, o objetivo central foi investigar como esses encontros e desencontros urbanos podem se transformar em processos educativos, mesmo quando essa intencionalidade pedagógica não está claramente estabelecida, assinalando com isso que é preciso compreender que as relações humanas que se processam na cidade desenvolvem processos educativos heterogêneos, que dizem respeito a

processos de formação humana. Ao discorrer sobre a importância da experiência urbana para a criança, concordo com Philippe Meirieu quando o autor afirma que

Et la ville, parce qu'elle est, par excellence, articulation de l'espace et du temps, permet à l'enfant de se construire, de se découvrir lui-même présent dans l'espace et dans le temps, de devenir "sujet" dans l'espace et dans le temps. *Apprendre "de" la ville ne serait-ce pas, ainsi, apprendre, par la ville, la vie?* (MEIRIEU, 2001 – grifo meu).

E creio que essa aprendizagem *na* cidade e o reconhecimento do sujeito, seja ele uma criança, um jovem ou um adulto como parte constituinte e determinante do meio urbano, é um processo de formação para a vida. Afinal, como destacado anteriormente neste texto, a construção da cidade é feita a partir do imaginário, ligado à vida em sociedade e ao ambiente espacial – a *sensibilidade* gerada a partir da *sociabilidade* e da *materialidade*, nas palavras de Pesavento – e essa criação nos impulsiona a subverter, cotidianamente¹⁴, os sentidos originais de espaços urbanos que, a partir da experiência, tornam-se *lugares*.

De acordo com Yi Fu Tuan, a categoria *espaço* pressupõe *vivência*. Essa *vivência*, por sua vez, não vem acompanhada do estabelecimento de laços ou da construção de significados naquele determinado ambiente; é simplesmente passagem neutra. Assim, o *espaço* não apresenta qualquer tipo de significado ao sujeito. Entretanto, na medida em que dotamos esse *espaço* de algum valor, a partir do momento em que esse *espaço* tornar-se lócus de *experiência*, ele transformar-se-á em *lugar*. *Lugar*, portanto, é um *espaço* repleto de *significado*, e este, por sua vez, é fruto da *experiência*. Dessa forma, é por meio da *experiência* que o indivíduo aprende e constrói a realidade. “Assim, a *experiência* implica a *capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele*”. (TUAN, 1983: 9-10). Todavia, há de se destacar uma característica dual da *experiência*: sua relação com o tempo. A transformação de um *espaço* em *lugar* pode ser motivado por uma *experiência* longa, construída cotidianamente por acontecimentos simples, ou por um momento intensamente

¹⁴ “As *táticas cotidianas* empregadas pelos sujeitos, no entanto, são capazes de utilizar a organização existente, manipulando-a e revertendo-a segundo as necessidades cotidianas dos sujeitos sociais. As *táticas cotidianas* se referem a delimitação exterior que as fronteiras do poder estratégico desenhou.” (CARRANO, 2003: 22).

vivido. Tanto experiências que geram sentimentos e/ou sensações boas ou ruins podem ser produzidas de ambas as formas: intensa ou continuamente. Tuan destaca essa dualidade em seu livro *Espaço e Lugar*:

“sentir” um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetida dia após dia e através dos anos. (...) Viver muitos anos em um lugar pode deixar na memória poucas marcas que podemos ou desejaríamos lembrar; por outro lado, uma experiência intensa de curta duração pode modificar nossas vidas.(TUAN, 1983: 203-204).

Rogério Proença Leite completa esse eixo reflexivo sobre a constituição de lugares na cidade, no que diz respeito ao fato de que eles não possuem limites fixos – e, em muitos casos, nem físicos, eu diria – e são resultado de um complexo e cotidiano processo de interação, do qual podem surgir conflitos ou consensos, e que essa convergência de sentido entre os indivíduos que disputam os espaços entre si é condição necessária para a transformação desses espaços em *lugar*. (LEITE, 2007: 286).

A construção desses lugares na cidade é alicerçada, quase sempre, em experiências, advindas das relações sociais estabelecidas. Em muitos casos, esses *lugares de memória* não vêm acompanhados do saber histórico escolarizado, e esse é um elemento importante na análise da aprendizagem da História e da Memória local, e, em certa medida, por vezes são esquecidos e apagados por ambas as perspectivas. Não tenho como objetivo desconsiderar a Educação Patrimonial como metodologia pedagógica. Acredito que é possível utilizá-la para compreender a cidade, porém é sabido que muito dos projetos com esse perfil não executam um processo de ausculta daquilo que é trazido pelos habitantes da cidade, e tentam colocar como único saber histórico possível aquele que é academicamente produzido, com bases em comprovação empírica, através de fontes, colocando tudo na dualidade entre *certo* e *errado*. Não tenho como desejo fazer aqui uma mera generalização e afirmar que **todos** os projetos imbuídos pela perspectiva patrimonial funcionam dessa maneira, mas sabemos que muitos deles assim o fazem e provocam, ao desconsiderar essas memórias construídas, um afastamento dos praticantes da cidade, e uma conseqüente ineficácia desses projetos. Ao mesmo tempo, creio que a polarização entre o saber histórico acadêmico e/ou escolarizado e as memórias coletivas não é a melhor saída. Desse modo, a meu ver, ambas as

propostas têm sua relevância, quando utilizadas em conjunto e a partir do momento em que temos a clareza de que são diferentes e complementares. Com isso, posso afirmar que a busca investigativa dessa Dissertação de Mestrado deu-se na procura por cidades (in)visíveis e sensíveis, na visão dos sujeitos entrevistados, mas sem desconsiderar a cidade histórica e espacialmente construída, qual seja, a de Juiz de Fora.

Jörn Rüsen acredita que a função do historiador é colaborar para que a História ensinada possa fomentar nos sujeitos categorias históricas de orientação para a vida. Para o autor, a função específica do saber histórico estaria no estímulo à formação, nos sujeitos, de suas identidades e para que ajam intencionalmente em sociedade. *“Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico.”* (RÜSEN, 2007: 87). Há de se ressaltar, porém, que a ciência da história é apenas uma das formas possíveis de se recuperar o passado, ou melhor, parte dele. Com isso, pode-se dizer que a cientificidade da história tem que ser considerada apenas como um modo específico de se pensar sobre o passado, e não a única, posto que *“o pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar esse processo.”* (id., 2001: 54).

Diante disso, destaco uma das categorias necessárias para a compreensão da ciência da História e para uso na vida prática, segundo Rüsen: a *competência narrativa*.

Com suas pretensões de racionalidade, a ciência da história é eficaz na prática como formação histórica. Sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar historicamente a vida prática, que pode ser descrito como a “competência narrativa” da consciência histórica. Ela é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural da orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado. (RÜSEN, 2007: 103-104).

A compreensão racional da história só atinge seu objetivo quando orienta essa “competência narrativa” citada por Rüsen. Essa habilidade de construir narrativas, sejam elas pessoais ou coletivas, se torna elemento fundamental para a

aprendizagem da disciplina histórica, mas também é de suma importância para a compreensão da cidade como um lugar que possui historicidade.

Neste ponto, retomemos o papel do *flâneur* (BENJAMIN) como um indivíduo que se dispõe a descobrir algo novo na cidade. A cidade ensina através de seus monumentos, prédios, espaço físico; mas pode-se aprender sobre o urbano através de experiências pessoais, coletivas ou, ainda, vividas pelo outro. Para isso, é necessário que, assim como o *flâneur*, tenhamos a disponibilidade em ouvir e ver aquilo que nos parece familiar de outra maneira. Michel de Certeau nos diz que “*deve excluir-se do obscuro entrelaçamento dos comportamentos do dia-a-dia e fazer-se estranho a eles*”. (CERTEAU, 1994: 171). Para Benjamin, a contemporaneidade perde a experiência com a narrativa, constatando que o desaparecimento desta está ligado à perda de nossas faculdades de troca de experiências, pois, para que a narrativa floresça, é necessário um contexto marcado por relações pessoais. “*A narrativa sempre remete a uma distância no tempo e no espaço. Essa distância é mediada pela experiência pessoal do narrador.*” (GONÇALVES, 2009: 172).

A cidade é feita de diversas narrativas, que se renovam sempre. O patrimônio urbano, por sua vez, não é congelado e só se mantém vivo através de seus habitantes. A cidade é feita de pessoas, não de objetos, destaca João B. Serra, que completa: “*O património permite-nos cartografar a cidade, com uma cartografia afectiva e culta. Mas ele não é o único elemento dessa cartografia, e não pode ser concebido como o elemento imutável. O património vive, mas não tem vida própria.*” (SERRA, 2010). Assim, a cidade que desperta meu interesse é a coletividade refeita cotidianamente por seus *praticantes ordinários* (CERTEAU, 1994). Para o autor, esses habitantes são caminhantes, pedestres; são eles que “fazem” a cidade, quase como os “espíritos do lugar”. Assim, na definição do autor, *praticantes ordinários*

são caminhantes, pedestres (...), cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras a cidade habitada. (CERTEAU, 1994: 171).

A expressão, portanto, diz respeito àqueles que praticam, que habitam, que vivem a cidade todos os dias, deixando suas marcas, suas impressões e fazendo a cidade ser aquilo que é: um lugar de pessoas. Entretanto, muitas vezes esse texto urbano que escrevem sem poder ler se perde no cotidiano, e é a busca por esses entrelaçamentos um dos objetivos do presente trabalho.

Pode-se dizer, dessa forma, que *“a cidade é sua permanente e móvel exposição: mil modos de vestir-se, de circular, de decorar, de imaginar traçam as invenções nascidas de memórias ignoradas.”* (CERTEAU, 2009: 199). Se estas são memórias ignoradas e se os *praticantes ordinários* são os que fazem a cidade, por que não permitir que essas memórias submerjam através de narrativas sobre a cidade? É preciso ressaltar a diferença proposta por Paul Ricoeur entre lembranças (no plural) e memória (tratada no singular):

É principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular. Assim retrocedo rumo à minha infância, com o sentimento de que as coisas se passaram numa outra época. É essa alteridade que, por sua vez, servirá de ancoragem à diferenciação dos lapsos de tempo a qual a história procede na base do tempo cronológico. (RICOEUR, 2007: 108).

Para Ricoeur, lembranças e memória se encontram na articulação com a narrativa. Segundo Rüsen, *“a memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente.”* (RÜSEN, 2009: 164). Contudo, não se limita ao presente, mas essa orientação acaba por definir uma perspectiva para o futuro, e, se para ele a história vai além da memória, Ricoeur complementa esse pensamento afirmando que os historiadores precisam considerar esta última como um dos objetos do conhecimento histórico.

Dentre todos os conceitos e reflexões analisados, pode-se relacionar a dualidade **tempo-espaço** da experiência com a mesma característica da cidade. Sendo assim, o que é a cidade senão essa interseção simultânea e incontrolável entre tempo e espaço, assim como a experiência? E o que motiva a construção de lugares na cidade, a partir de experiências, é justamente esse casamento: tempo e espaço. Durante o período historicamente conhecido como Idade Média, alguns manuscritos eram reutilizados para novas inscrições: o texto antigo era apagado

para que um novo fosse escrito. A esse pergaminho “reciclado” dá-se o nome de *palimpsesto*. A cidade se apresenta assim: como um manuscrito que é reescrito todo o tempo, com novas histórias de seus moradores e novos lugares de memória; com as marcas espaciais e imaginárias de sua própria história, “*que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa*”. (PESAVENTO, 2007: 17). Sabemos que muitos desses resquícios do tempo, os marcadores históricos ou *lugares de memória*, na perspectiva de Pierre Nora (1993), estão espalhados por todas as cidades. Em muitos momentos, estão inseridos em ações de preservação, de tombamento; em outras situações, passam despercebidos pela maior parte da população; ou, ainda, estão estabelecidos de maneira muito profunda e arraigada, relacionando-se com o turismo. E, por fim, aqueles que se encontram ligados a projetos educacionais. Mas e todos os outros lugares urbanos, aqueles que são alvo de conflitos e concessões cotidianamente, mas estão longe da visão dos *outsiders*, daqueles que não compartilham das mesmas experiências que os *estabelecidos*, usando a conceituação de Norbert Elias (2000)? Como poderiam ser analisados?

Diante disso, pode-se concluir que, apesar do objeto ainda ser a cidade, as formas de observá-las são distintas. A preocupação central deste trabalho está em destacar que o conhecimento histórico formal e escolarizado não é único, assim como a análise sobre a história da e na cidade também não é. Outros podem ser os recortes, os objetivos e, principalmente os sujeitos. Neste caso, meu desejo está em demonstrar como pessoas aparentemente comuns são sujeitos históricos e, mais que isso, são *patrimônios imateriais* da cidade de Juiz de Fora. Cada um, da sua maneira, faz com que o Parque Halfeld seja o que é. Assim, concordo com Rüsen, quando o autor diz que

o sujeito não se constituiria somente se aprendesse a história objetiva. Ele nem precisa disso, pois já está constituído nela previamente (concretamente: todo sujeito nasce na história e cresce nela). O que o sujeito precisa é assenhorear-se de si a partir dela. (RÜSEN, 2007: 107).

Como esses *praticantes ordinários*, nas palavras de Certeau aprendem história fora da escola? A palavra *ordinário* não é empregada em sentido pejorativo, mas sim significando aquilo que é tão comum, tão presente na *ordem do dia*, que deixamos

de perceber. E quando começamos a perceber o corriqueiro, o cotidiano? Será que essas histórias de vida e as relações sociais criadas e amadurecidas por essas pessoas num espaço público urbano podem ser usadas para ensinar história? São essas perguntas que procurarei responder nas próximas páginas deste texto, buscando que, além de mim, outras pessoas também mudem a forma de perceber a cidade onde vivemos e as pessoas que nos rodeiam.

Retomemos, neste momento, uma categoria analisada neste texto, qual seja, o conceito de *lugar*, à luz das contribuições de Yi Fu Tuan. Como dito, se lugar pode ser considerado uma pausa no movimento, temos aí outra categoria: o tempo. “A sensação de tempo afeta a sensação de lugar” (TUAN, 1983: 206) e, nesse sentido, “os objetos seguram o tempo.” (*id.*, 207). Acredito que não só os objetos, mas os lugares também seguram o tempo. Todavia, não construímos nossos significados sobre a cidade isoladamente, teremos sempre o apoio do *outro*, seja esse *outro* uma pessoa, ou outro signo do mesmo lugar. Em outras palavras: a todo o momento construímos signos/lugares dentro da cidade, mas também ressignificamos outros signos/lugares já existentes. Ao analisar a cidade, precisamos considerar que há uma Memória constituída sobre ela, que pode ser oficial, legitimada, compartilhada pela comunidade ou as três coisas ao mesmo tempo. Ocorre que na formação de laços de pertencimento, nossa constituição de lugares pode ser – ou não – baseada naquilo que é difundido ou tido pelo senso comum. Dessa forma, me aproprio da pergunta feita por Tuan na Introdução de seu livro aqui analisado: “*de que maneira as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar?*” (TUAN, 1983: 5). Para tanto, me utilizarei dos pensamentos de Bakhtin acerca da construção dos signos e das significações.

Na obra “*Marxismo e filosofia da Linguagem*”, o autor desenvolve sua explicação sobre a formação dos signos. Nele, afirma que signo é tudo aquilo que reflete e refrata uma realidade ideológica.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata outra realidade que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado possui um *significado* e remete a algo situado fora de si

mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um *signo*. (BAKHTIN, 1988: 31).

Assim, pode-se afirmar que, de acordo com o autor, os objetos físicos, além de existirem materialmente, também refletem e refratam outra realidade, e dessa forma, transformam-se em signos. Os signos, entretanto, formam-se a partir do processo de interação social e só se estabelecem através de um consenso de determinado grupo social, podendo até não ser compreendido por uma comunidade externa.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de 'natural' no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. (BAKHTIN, 1988: 35).

Alguns autores que interpretam as teorias de Bakhtin nos auxiliam na compreensão desses conceitos. Segundo Carlos Alberto Faraco, *reflexão e refração* para o Círculo de Bakhtin são processos simultâneos, pois ao descrevermos (reflexão) o mundo, interpretamos o mundo (refração). Em outras palavras, com a refração construímos interpretações do mundo, sempre de modo heterogêneo. Dessa forma, para o Círculo a significação só ocorre a partir da refração, porque “as significações não são dadas no signo em si, (...) mas são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos”. (FARACO, 2003: 50). Soma-se a isso às palavras de Adriana Silvestri e Guillermo Blanck: “Sentido, significado y valoración forman parte de la complejidad semántica del signo”. (SILVESTRI; BLANCK, 1993: 53). Portanto, pode-se afirmar que o signo não se constitui estaticamente, mas na interação com os diversos grupos humanos, que lhe atribuem diferentes usos. É por isso também que o signo possui um caráter plurívoco, ou seja, com vários sentidos.

Os estudos feitos por Bakhtin compreendem a questão da Linguagem. Apesar disso, pode-se se apropriar de suas reflexões e trazê-las para esta análise. Neste ponto, retomo a pergunta de Tuan acima citada: “de que maneira as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar?” (TUAN, 1983: 5). Se, de acordo com Bakhtin, os signos são formados apenas em terreno interindividual,

como se dá a relação entre a memória pessoal, construída a partir da experiência urbana e a Memória coletiva? Para tentar dar cabo a essa questão, utilizarei dois autores que analisam a questão das relações urbanas: Rogerio Leite, que faz seu estudo num bairro de Recife, PE; e Paulo Knauss, cujas pesquisas são feitas nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro.

A expressão “*idades sensíveis*”, utilizada por Pesavento em texto já citado, refere-se a cidades que são percebidas, experimentadas por seus habitantes. Buscarei, neste ponto do texto, refletir sobre as cidades sensíveis analisando duas pesquisas que tratam do tema urbano sob a perspectiva das práticas de Memória na cidade. Até aqui já vimos como a cidade pode ser experimentada e que construímos símbolos dentro dela. Contudo, segundo Bakhtin, “*os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e outra.*” (BAKHTIN, 1988: 34). Portanto, cabe averiguar como os signos da cidade são compartilhados pela sociedade nela inserida.

Os símbolos urbanos são, muitas vezes, construções que possuem um caráter político e funcionam como elemento didático para estabelecimento do sentimento cívico. As imagens urbanas organizam o espaço da cidade através de discursos históricos que possuem uma função específica e determinada. Dessa forma, esse “*produto da ordem social da urbanidade*” (KNAUSS, 2003: 11) reconstrói espaços urbanos e dá origem a modos de formação de identidades.

As imagens urbanas são, portanto, elementos de organização do espaço e da história da cidade. Demarcam simbolicamente a urbanidade, na medida em que assumem conteúdos significativos que são socialmente construídos. Tornam-se representações espaciais e históricas, relacionadas com o processo de construção social da identidade da sociedade. (KNAUSS, 2003: 11).

No entanto, não se pode afirmar que os símbolos construídos na cidade são apropriados “cegamente” pela sociedade. Como já ressaltado ao longo deste texto, os signos urbanos são formados a partir de nossas experiências pessoais, em compartilhamento ou em discordância com outros signos já existentes. Paulo Knauss descreve um exemplo bastante significativo de apropriação de um objeto urbano da cidade de Niterói, RJ. Nas palavras do autor:

Em Niterói, na praça de São Domingos existe um busto. A escultura de bronze representa o imperador d. Pedro II. Conta-se na cidade que, noutros tempos, o busto tinha o poder de anunciar a morte. Às vezes aparecia inexplicavelmente virado em direção a alguma edificação da praça, escapando de sua posição original. Em poucos dias, o dono da casa indicada pelo busto falecia e, no caso de estabelecimento comercial, o negócio se via obrigado a fechar. A eficácia simbólica do busto passou a despertar temores. O emblema político imperial terminou investido de poder mágico. Ao menos é o que circula na cidade. (KNAUSS, 2003: 9).

Essa história representa muito bem o que é o viver urbano. Muitas vezes, a função simbólica/cívica/histórica de um objeto da cidade não é totalmente atingida, pelo menos não da forma como se propõe inicialmente. Essa ressignificação ocorre a todo o momento e não exclusividade da cidade de Niterói.

Knauss analisa a questão dos objetos urbanos: estátuas e esculturas que representam os grandes personagens históricos. Mas, o que dizer sobre os ambientes, os lugares de memória existentes na cidade? O próprio autor, relacionando os objetos com o espaço onde estes estão inseridos, responde a essa pergunta:

frequentemente, a produção de um objeto urbano acompanha um rearranjo do cenário da cidade. (...) Além disso, a partir dessa intervenção, os cidadãos resignificam os diversos territórios do seu cotidiano e constroem a sua identidade com a cidade. Diferentes emblemas são assim erguidos, conferindo sentidos à cidade. (KNAUSS, 1999: 7).

A cidade, portanto, é permeada por usos e contrausos, utilizando a expressão de Rogerio Leite. Os usos são aqueles claramente conhecidos e compartilhados pela maioria da comunidade. Os contrausos, no entanto, são os atos que subvertem a finalidade original do lugar de memória e transformam aquele signo em outro. Esses contra-usos, muitas vezes, partem de grupos identitários que buscam preencher suas necessidades de pertencimento. Esses movimentos de busca por pertencimento são

processos interativos, representativos e simbólicos relacionados à experiência vivida que constroem sociabilidades de rua, enquanto espaço de uma vida pública. Nesse sentido, a 'rua que interessa', para usar uma expressão de Magnani (1993), não é o espaço urbano em si, mas espaço social da rua, cujos significados construídos pelas

ações cotidianas o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica inteligível. (LEITE, 2007: 19).

Nesse caso, é preciso considerar que a formação de lugares pode ser mediada pela relação do “eu” com o “outro”, mas, acima de tudo, essa relação está inserida num determinado grupo identitário. Esse grupo pode ser a família, os amigos de escola, do trabalho, de um grupo religioso ou político. Essas ressignificações estão, pois, permeadas por diferentes ações, podendo se contrapor ou estar de acordo com os significados já estabelecidos, e reforçando a noção de pertencimento ou de exclusão a algo.

(...) o entendimento (...) não pressupõe o exercício político de formular pactos ou acordos, mas apenas a faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como partes de algo em comum. O consenso, ao contrário, advém sempre de uma negociação externa entre partes diferentes e pressupõe a existência de discordância, conflitos ou decepções. Os lugares, por representarem formas processuais de identidade, são resultantes de entendimentos comuns, compartilhados pela convergência de sentidos atribuídos a espaços e práticas sociais, mais do que produtos de acordos sobre algo. (LEITE, 2007: 288).

Pode-se, considerar, portanto, a cidade como um ambiente de constantes buscas por pertencimento, por identificação com os lugares de memória. A todo momento, reescrevemos novas cidades, que por vezes não saem de nossa imaginação. Apagamos antigas cidades, ou reescrevemos por entre as já existentes, sempre em busca daquela que se tornará mais significativa e que preencherá nossa necessidade constante por um *lugar*.

Na pesquisa, um conceito bastante utilizado será o de *cotidiano*. Para isso, adoto a teoria de Certeau, quando este afirma que

O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares de infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. (...) O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível... (CERTEAU, 2009: 31).

O invisível tão ressaltado por Ítalo Calvino em suas cidades foi essencial para essa investigação. Observar aquilo que está além do concreto, além de nossas próprias perspectivas pré-concebidas sobre o que são as pessoas da cidade, permitindo-se ser afetado pelo diferente, deixando de lado as fronteiras existentes e o afastamento prévio, tão comum na vida urbana. Para Zygmunt Bauman (2009), o sentimento de afastamento é motivado pelos processos de aumento e diminuição do espaço: quanto menor o espaço, menos protetora é a distância. Com isso, temos a tendência de traçar fronteira, para nos proteger. *“É sobretudo nas cidades que se observa essa furiosa atividade de traçar e deslocar fronteiras entre as pessoas.”* (BAUMAN, 2009: 75). Em meio a tantos medos, a tantas fronteiras, visíveis e invisíveis, seria possível ter a cidade, a rua, a praça como ambientes de aprendizagem em tempos de tanta desconfiança? Acredito que sim, e que é possível discutir Ensino de História em uma pesquisa na qual o cotidiano da cidade é o que se buscou ressaltar, através de narrativas de vida de alguns de seus *praticantes ordinários*. Para Certeau, *“habitar é narrativizar. Fomentar ou restaurar essa narratividade é portanto também uma tarefa de restauração. É preciso despertar as histórias que dormem nas ruas que jazem de vez em quando num simples nome (...).”* (CERTEAU, 2009: 201). Para que experiências urbanas com o diferente, com os pares, com os objetos, enfim, com tudo aquilo que a cidade nos proporciona aconteçam, basta um olhar atentamente distraído para o cotidiano. Para aprender *com a cidade*, é necessário observar essas histórias, que podem funcionar como dispositivos de aprendizagem para a História formal e para formação humana na contemporaneidade.

CAPÍTULO 2

Artes do fazer: histórias de vida nas tramas da cidade

Da cidade de Dorotéia, pode-se falar de duas maneiras: dizer que quatro torres de alumínio erguem-se de suas muralhas flanqueando sete portas com pontes levadiças que transpõem o fosso cuja água verde alimenta quatro canais que atravessam a cidade e a dividem em nove bairros, cada qual com trezentas casas e setecentas chaminés; (...) ou então dizer, como fez o camaleiro que me conduziu até ali: “Cheguei aqui na minha juventude, uma manhã; muita gente caminhava rapidamente pelas ruas em direção ao mercado, as mulheres tinham lindos dentes e olhavam nos olhos, três soldados tocavam clarim num palco, em todos os lugares ali em torno rodas giravam e desfraldavam-se escritas coloridas. Antes disso, não conhecia nada além do deserto e das trilhas das caravanas. Aquela manhã em Dorotéia senti que não havia bem que não pudesse esperar da vida. Nos anos seguintes meus olhos voltaram a contemplar as extensões do deserto e as trilhas das caravanas; mas agora sei que esta é apenas uma das muitas estradas que naquela manhã se abriam para mim em Dorotéia”.

Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*.

Mais uma página em branco na tela do computador. No entanto, à minha volta, se espalham caderno de campo, folhas de rascunho, lembretes pregados, anotações avulsas surgidas em momentos em que a pesquisa de Mestrado não era o foco principal, mas as ideias não escolhem hora para aparecer. A dificuldade em preencher mais uma página, com tantas coisas já escritas, com tantos pensamentos, de todos os jeitos e cores, está na preocupação em narrar meus encontros e desencontros com os personagens dessa história que busco escrever. É uma grande responsabilidade compartilhar com os leitores desta Dissertação de Mestrado tantas respostas às minhas perguntas, dadas por vezes de forma sensível, por vezes de forma brusca; no entanto, todos os jeitos buscavam me dizer alguma coisa, mesmo com um olhar, um gesto, um tom de voz um pouco mais baixo... Benjamin (1987) diz que a narrativa não é feita apenas da voz, mas com alma, olho, mão. É de almas que escrevo: almas que vivem, experimentam e recheiam o Parque Halfeld de cores, jeitos, histórias e artes do fazer, permitindo que ele seja assim

como é. Se alguns o consideram como o “coração da cidade”, todas essas almas entrevistadas são as veias que irrigam esse coração e o fazem vivo. E é de vida que a História é feita: “*essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador.*” (BLOCH, 2001). É a história desses encontros e despedidas com todas essas vidas, que agora fazem parte de minha vida, que gostaria de compartilhar nesse texto.

* * *

Após o Exame de Qualificação, em abril de 2010, minha maior dificuldade em prosseguir com a pesquisa era voltar a *sentir*. Palavra muito repetida por mim no texto, em diversas variações: *sentir, sentidos, sensíveis...* Comecei a fazer visitas periódicas ao Parque Halfeld entre os meses de julho e novembro de 2010. A princípio, o objetivo era *sentir* a cidade, as pessoas que ali frequentavam, de que maneira esses usos e contra-usos se davam. Com meu caderno de campo embaixo do braço, um livro qualquer só para disfarçar o meu “não fazer nada sentada na praça”, roupas e acessórios cuidadosamente escolhidos para que não chamasse tanto a atenção, cara, coragem, vontade de ver no que aquilo ia dar. A dinâmica era simples: eu chegava, escolhia um banco, sentava bem na ponta, deixando espaço para que outros pudessem se sentar também. Quando alguém se aproximava, eu abria um sorriso, dizia um bom dia ou boa tarde e voltava a ler. Mas não era só um sorriso casual; subliminarmente, aquilo era uma abertura, um convite para que o outro pudesse falar do tempo, perguntar as horas, elogiar a menina estudiosa, reclamar da vida. No primeiro dia fiquei extremamente envergonhada, achando que todos estavam me olhando desconfiados do que eu fazia ali. Aos poucos, fui perdendo a timidez, perdendo o medo de que algum tipo de violência pudesse acontecer, e comecei a sentir como o Parque Halfeld é um lugar especial em Juiz de Fora. São muitas pessoas diferentes, muitos tipos de uso, e esses *praticantes ordinários* convivendo, quase sempre, harmoniosamente num espaço público. O Parque não possui muros nem grades, mas é claro a divisão existente e a formação de territórios diferentes. Existem “partes” do Parque Halfeld quase que proibidas para “pessoas de boa índole”. Procurei estar em todas essas partes,

independentemente do que me diziam. E assim, buscando constituir uma “*teoria das práticas cotidianas*” (CERTEAU, 1994), fui *sentindo* e estabelecendo *sentidos* para tudo aquilo que se descortinava para mim no Parque Halfeld.

Após três meses de observação, comecei a desenhar quais seriam as pessoas a serem entrevistadas na pesquisa, buscando sujeitos que usassem o Parque de maneiras distintas: lazer, trabalho, moradia, local de passagem, etc... Procurei encontrar pessoas constantes, frequentadores cotidianos daquele lugar de memória. Em uma das tardes, sentou-se ao meu lado um senhor, de terno e chapéu; roupas limpas, mas claramente gastas pelo tempo. Começamos a conversar e descobri que o Sr. José Costa Vale, de 77 anos, mais conhecido como Zé Garçom, ganhou esse apelido pois trabalhou durante 26 anos no extinto restaurante Faisão Dourado, que por 60 anos fez parte da história de Juiz de Fora, recebendo ilustres convidados de todo o país. No decorrer da conversa, Sr. Zé Garçom me diz a frase que fez meus olhos de historiadora brilharem: “*Eu servi a cinco presidentes diferentes, minha filha*”. Desses cinco, só me disse sobre Getúlio Vargas, Fernando Henrique Cardoso e Juscelino Kubitschek. Sobre o último, destacou a simplicidade e simpatia no tratamento dos funcionários do lugar. Fiquei extremamente encantada e surpresa com aquela declaração: o total imprevisível de encontrar, no banco da praça, alguém que possuísse uma experiência tão intrínseca com a história do Brasil. Conhecer, pessoalmente, cinco presidentes, de períodos tão diversos, não é pouca coisa. Naquele momento, se misturavam nas minhas lembranças as aulas do curso de História, as aulas da escola, as falas daquele homem, as orientações da professora Sonia, que sempre me fez acreditar que a ação de sentar e observar seria bastante enriquecedora. Mais do que uma simples “*testemunha ocular da História*”, era a união ara entre memória individual, experiência e História, se derramando diante dos meus olhos.

Na parte do Parque próxima à rua Santo Antônio¹⁵, existem mesas para jogos, e é uma parte frequentada por aposentados para lazer. Desde que comecei a fazer a pesquisa no Parque, pessoas do meu convívio me diziam: *você vai entrevistar algum aposentado?* Percebi que seria interessante selecionar alguns deles. Mas como chegar até eles? A solução encontrada a priori foi a de me aproximar de uma

¹⁵ Ver mais: ANEXO: mapa “*Parque Halfeld: percursos e territorialidades.*”

mulher que trabalha com venda de produtos alimentícios no Parque Halfeld. Observei que, todas as tardes, ela chegava para vender seus produtos e sabia o nome de cada um deles, além de saber suas preferências (café com leite para um, refresco para outro...). Conclui que ela trabalhava ali há muito tempo, porque claramente conhecia todos, ou pelo menos a maioria deles. Assim como o *flâneur*¹⁶ benjaminiano, acreditava que, por ter observado aquela rotina repetitiva, havia desvendado todas as “*dobras da alma*” da vida daquela mulher: porque trabalhava com aqueles produtos, como era sua vida, onde morava, etc... No dia em que me aproximei, pedi um de seus produtos, sentei por perto e aos poucos fui puxando conversa. Ariadne* contou-me que vendia seus produtos ali e para algumas vendedoras de lojas. Naquele dia não disse nada sobre a pesquisa, apenas na segunda ou terceira conversa informal. Fui percebendo que ela poderia, além de ser minha ligação com os aposentados, se configurar num sujeito da pesquisa, pois o tipo de trabalho que exercia era específico da particularidade existente no Parque Halfeld. Quando expliquei sobre a entrevista, Ariadne se mostrou desconfiada e disse que não poderia me ajudar muito, pois não sabia nada sobre o Parque Halfeld. Cabe ressaltar aqui, que a maioria dos entrevistados tinha o mesmo discurso: não sei nada e não poderei te ajudar. Essa sensação de ter sempre suas falas e pensamentos avaliados, como se estivesse fazendo uma prova na escola era comum, e, mesmo que eu dissesse que o objetivo não era avaliá-los, a expressão em seus rostos durante as entrevistas era sempre de: *acertei?* Procurei, em todos os casos, mostrar que não buscava erros ou acertos, mas a opinião de cada um deles.

Depois de muita insistência, consegui que Ariadne aceitasse me conceder a entrevista. Nesse período, eu já estava completamente encantada com a pesquisa e com tudo aquilo que poderia florescer de reflexão acadêmica; me sentia bem naquele lugar, que passou a fazer parte do meu cotidiano de outra forma; defendia com unhas e dentes o Parque Halfeld. Saía de casa para ir até lá e, de início, me sentia estranha e, aos poucos, fui sendo acolhida não só pelas pessoas, como

¹⁶ “A multidão desperta no homem que a ela se entrega uma espécie de embriaguez acompanhada de ilusões muito particulares, de tal modo que ele se gaba, vendo o passante levado pela multidão, de tê-lo classificado a partir de seu exterior, de tê-lo reconhecido em todas as dobras de sua alma.” (BENJAMIN, 2006: 62).

** Nome fictício.

também pelo lugar em si. No dia marcado com Ariadne, me aproximei e qual não foi minha surpresa quando ela se recusou a falar e de certa forma foi até ríspida. Insisti, achando que era mais uma recusa por conta do medo de errar. No entanto, ela disse que não queria mais aquilo, não queria se lembrar do que vivera naquele *“lugar horrível, de pessoas horríveis, onde só a natureza era boa”*, nas palavras dela, e caiu aos prantos em seguida. Fiquei sem saber o que fazer, as pessoas ao redor começaram a nos olhar, preocupados com ela, pois a estranha ali era eu. Respeitei seu momento e sua recusa, e cheguei à conclusão que, apesar de relevante, seu depoimento não faria parte da pesquisa. Afinal, memória também é feita de esquecimento e ressentimento, e o esforço para esquecer também é lembrança. *“Por um lado, é preciso dizer que é a memória, no momento do reconhecimento do objeto esquecido, que testemunha a existência do esquecimento; e, se é assim, 'é a memória que retém o esquecimento'”*. (RICOEUR, 2007: 111).

No dia em que o choro aconteceu, percebi o quão profundo seria fazer essa pesquisa. Estava lidando com histórias de vida, remexendo em lembranças que talvez não estivessem tão “lembradas” assim. E tudo isso com pessoas desconhecidas. Apesar de não ter feito a entrevista com roteiro semi-estruturado com a Ariadne, acreditamos, Sonia e eu, que essa história não poderia ficar de fora. Além de ser a representatividade do esquecimento, foi a partir da Ariadne que tive contato com os demais *praticantes ordinários* do Parque Halfeld. Nesse mesmo dia, Ariadne me apontou uma senhora, e disse que eu deveria entrevistá-la, pois estava no Parque há muitos anos, e saberia contar mais histórias do que ela. Tudo isso aconteceu em 25 de novembro de 2010, dois dias depois da apresentação no Grupo *Cronos*, quando revelei quais seriam os *praticantes ordinários* a serem entrevistados. A princípio, os escolhidos foram o Sr. Zé Garçon, Ariadne, um policial militar (observei que ele sempre trabalhava no Parque), um morador de rua e um jovem. Desses, permaneceram ao final apenas o policial militar e o morador de rua. Nesse dia, uma das participantes do Grupo *Cronos* me disse sobre a mesma senhora, que se lembrava dela ali desde seus tempos de criança. No momento em que conversava com Ariadne, estávamos na parte do Parque próximo à rua Santo Antônio, ela me fala sobre a tal senhora e aponta a barraquinha dela. Era amarela, com uma cobertura de lona, e mesmo estando no Parque Halfeld há mais de três meses, confesso que não havia tido um olhar mais atento. Esperei Ariadne se

recuperar do choro, me despedi, e fui até lá, me apresentar à Dona Ondina, mais uma *praticante* do Parque Halfeld que me abriu as portas para tentar solucionar minhas inquietações.

Dona Ondina, 81 anos de idade, trabalha há mais de 30 anos no Parque Halfeld, com sua barraca de algodão doce. Com a saúde debilitada, cuidou sozinha da barraca por muitos anos, até que conseguiu um “sócio”, Delton, que era frequentador do Parque e há seis anos se ofereceu para consertar sua máquina de algodão doce; desde então, recebeu o convite para a sociedade, deixou o antigo emprego e começou a trabalhar com ela. Quando cheguei à barraca, que está ligada a um dos bancos do Parque por meio de uma cobertura de lona, estavam Dona Ondina, uma amiga e Delton. Disse sobre a possibilidade de me conceder uma entrevista para uma pesquisa da universidade. Ela, muito ressabiada, concordou às pressas, menos por interesse e mais para me ver longe dali. Aspecto muito presente nas abordagens, a perspectiva do erro aparece em muitos momentos, como já dito. Antes das entrevistas, muitos achavam que seriam avaliados, que teriam que responder corretamente às perguntas. Com isso, pode-se notar o pensamento comum, na qual o saber histórico escolar se sobrepõe e é visto como mais importante do que os demais saberes aprendidos fora do ambiente escolar. No dia marcado, conversamos e, depois disso, me tornei frequentadora da barraca. Deixei de ocupar vários outros bancos para ficar ali, e com a ajuda de Dona Ondina e Delton, fiz as demais entrevistas.

Dona Ondina me disse, durante a entrevista, que na mesma época em que lhe foi concedida a barraca de algodão doce, foram doadas outras duas: uma de sorvete, e outra de pipoca. Assim como a de Dona Ondina, a barraca de pipoca ainda permanece, hoje sob a direção do filho do dono original. Pepê, como é conhecido, ajuda o pai desde os sete anos de idade. Hoje, com 41 anos, já completa mais de 20 anos na direção da carrocinha. Sua pipoca é uma mais populares de Juiz de Fora, e ficou conhecida como “pipoca do trenzinho”, por conta do formato da carrocinha.

Em poucas semanas já era conhecida como a “menina da universidade” nos arredores da barraca de Dona Ondina. Observando a frequência dos jogadores, escolhi um deles para entrevistar. Sr. Geraldino, ou simplesmente Ciril, como é

conhecido, frequenta o Parque Halfeld há mais de 20 anos. Mora próximo, na rua Santo Antônio, e é responsável por cuidar das peças utilizadas nos jogos de dama. Possui uma grande identificação e carinho com aquele espaço. Conversamos e, ao final, se aproximou outro aposentado. Ciril me disse que eu precisava entrevistá-lo, que ele teria mais capacidade para responder às minhas perguntas. Atendi seu pedido e entrevistei no mesmo instante o Sr. Ronaldo, responsável pela pintura dos jogos de dama em outros bancos, pois, segundo Ciril, somente os pintados pela prefeitura não atendiam a grande demanda de jogadores. Sem o mesmo vínculo com o Parque Halfeld que Ciril, Sr. Ronaldo respondeu às minhas perguntas de forma breve. Com uma pesquisa baseada no imprevisto, no mesmo dia recebi mais uma indicação de entrevista. Delton me apresentou a um funcionário da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização (EMPAV), que cuida da limpeza e manutenção do Parque Halfeld, dentre outras atribuições. Sr. César trabalha a 15 anos na EMPAV e tem um carinho especial pela área verde do Parque.

Diante de todas as entrevistas feitas, e após várias horas de conversa informal, não pude deixar de gravar o depoimento de Delton, que tanto colaborou para a pesquisa. Morador de Bicas, cidade próxima a Juiz de Fora, aceitou o convite de Dona Ondina para a sociedade e, todos os dias, sai de casa às 5:30h e volta às 23h, tudo para trabalhar no Parque Halfeld. Disse que sempre quis um escritório a céu aberto, e que conseguiu conquistar esse sonho ao trabalhar no Parque. Me contou sobre sua trajetória até chegar onde está; disse sobre as pessoas e sobre Dona Ondina, por quem tem muito carinho e respeito. Mais uma vez, com a ajuda dele, consegui a entrevista com o morador de rua, Paulo Sérgio. Entrevista feita num dia difícil, quando a Polícia Militar e órgãos da Prefeitura estavam recolhendo pertences de moradores de rua que se alojam no Parque Halfeld. Acuado, ele saiu em alguns momentos da entrevista, e eu permaneci sempre a sua espera, para que a gravação pudesse ser concluída.

A última entrevista feita foi com dois Policiais Militares, observados desde o início da pesquisa. Para que participassem da pesquisa foi necessário obter autorização de seus superiores, o que retardou um pouco a gravação. Tadeu e Guilherme* trabalham a mais de dois anos no Parque Halfeld, e foi o único momento

** Nomes fictícios.

em que a entrevista, apesar de individual, foi feita simultaneamente, pois ambos estavam em horário de serviço e precisavam ficar juntos. Mesmo assim, a conversa foi extremamente enriquecedora, por serem pessoas que exercem o mesmo cargo, mas com vínculos de pertencimento com o Parque totalmente diferentes.

Vinícius de Moraes diz que *“a vida é arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.”* Essa é uma pesquisa feita de encontros e desencontros pela cidade. Como dito, apesar de ter ficado três, quatro meses observando o Parque Halfeld, selecionando entrevistados, os percursos foram outros e, ao final, outros foram os sujeitos da pesquisa. Contudo, a vida na cidade, mesmo que não percebamos, nos impede de sair da inércia de nossos movimentos pré-programados, sair de nossas fronteiras e partir ao encontro. Bauman diz que *“viver numa cidade significa viver junto – junto com estrangeiros. Jamais deixaremos de ser estrangeiros: permaneceremos assim, e não interessados em interagir, mas, justamente porque somos vizinhos uns dos outros, destinados a nos enriquecer reciprocamente.”* (BAUMAN, 2009: 74). Jamais deixaremos de ser estrangeiros, mas podemos nos esforçar para nos permitir a enriquecer mutuamente com aquilo que a vida urbana nos oferece.

O objetivo deste segundo capítulo, portanto, está em refletir, a partir das entrevistas concedidas nos encontros acima descritos, as diferentes relações que se estabelecem com o ambiente urbano e que permitem falar sobre cidades de várias maneiras. O cenário escolhido, o Parque Halfeld, pode ser definido como um *lugar de memória* da cidade de Juiz de Fora-MG. Para Pierre Nora (1993), autor do conceito,

os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993: 21).

Segundo o autor, o sentimento de rememoração e a busca por esse tipo de lugar é característico da vida contemporânea, num contexto marcado pela aceleração da História e pela ideia de que não há memória espontânea, sendo necessária, assim, a criação de arquivos e outras comemorações transformadas em rituais, para se preservar o passado em uma sociedade onde o comando está na constante renovação. Nora destaca, ainda, que a defesa da memória parte de uma minoria privilegiada, que escolhe alguns locais para serem guardados, mas essa seleção só faz emergir todos os lugares de memória. Para o Parque Halfeld, diria eu que seus critérios de guarda fixados por uma minoria proporcionam a multiplicação de outros territórios, por seus *praticantes ordinários* (CERTEAU, 1994), dentro do próprio lugar.

Para destacar esses territórios, foi criado um mapa, intitulado *Parque Halfeld: percursos e territorialidades*, baseado no original do Grupo LOCI – Estudos do Espaço e Lugar, situado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharia da UFJF. O trabalho do Grupo LOCI tinha por objetivo pesquisar sobre as áreas verdes de Juiz de Fora e o mapa utilizado como base representava percursos dentro do Parque Halfeld. Dessa forma, esses dados que demonstram áreas de permanências e fluxos de pedestres e veículos, foram ressignificados para essa pesquisa, pois simbolizam os territórios de permanência ou passagem criados pela população. Acrescentaram-se, a esses dados já existentes, outras representações, tais como as áreas de maior concentração de pessoas divididas em quatro categorias: moradores de rua, adolescentes, jogadores e pessoas de outras cidades, que ficam próximas à Rua Santo Antônio à espera de transporte para retorno às suas casas. Há também a identificação de lugares citados no decorrer deste texto e de extrema importância para a pesquisa: a barraca de Dona Ondina, o *Trenzinho* de pipoca do Pepê, o quiosque, usado por Paulo Sérgio como moradia e o parquinho das crianças. As edificações de entorno mais relevantes são destacadas, assim como as ruas que margeiam o Parque.

Uma das categorias criadas foi a de “Rotas Proibidas”. Percebi, durante as observações, que dois corredores, principalmente, não eram usados como vias de passagem, dado confirmado com a leitura feita pelo Grupo LOCI: nessas regiões não apareciam setas indicando fluxo de pedestre. São dois caminhos próximos às

áreas de maior concentração de moradores de rua. Nos momentos em que permanecia no Parque, conversando com as pessoas para selecionar quais seriam entrevistados, repetidas vezes ouvi conselhos para não percorrer aqueles lugares, pois eram perigosos. Essas são regras invisíveis, estabelecidas no cotidiano, e que se configuram em posturas e comportamentos repassados em condições de “educação urbana”, baseadas em outras experiências, que não são as nossas. O compartilhamento de experiências educa; contudo, e quando não sabemos a origem dessas experiências? Quem foi o primeiro a sofrer algum tipo de mal em determinados lugares da cidade para dizer, com propriedade, que ali apresenta perigos? Não é necessário, pois, que algo tenha acontecido, já que existem outros meios para que essas orientações ganhem força. Se, nessa perspectiva, a cidade educa, orientando percursos, ela segrega pessoas em territórios diferentes. É preciso cultivar, portanto, a arte do encontro, para que a partir de nossas próprias experiências possamos aprender *com a cidade*.

As marcas do tempo no cotidiano

Sabe-se que o tempo deixa marcas em nós, nos objetos e nas cidades. Em tempos de liquidez nas relações (BAUMAN, 2001), em que estamos cada vez menos presos aos espaços e aos tempos, o lugar surge como uma forte marca de nossa época, através do compartilhamento emocional. Para Miranda, “*o lugar produz vínculo. E um vínculo, portanto, não é abstrato, teórico, racional.*” (2010: 625). Para a autora, esse vínculo baseia-se em elos, que se constituem na relação cotidiana. Os lugares seguram o tempo e descortinam marcas cotidianas que nos fazem estabelecer vínculos. E é sobre essas marcas que tratarei aqui.

Anteriormente destacado, o Parque Halfeld é repleto de territórios, e entre estes, fronteiras são traçadas. Bauman nos diz que “*existimos porque somos diferentes, porque consistimos em diferenças. No entanto, algumas delas nos incomodam e nos impedem de interagir, de atuar amistosamente, de sentir interesse pelos outros, preocupação com os outros, vontade de ajudar os outros.*” (2009: 76). A dificuldade que há na cidade em se preocupar e ajudar os outros é característica presente, mesmo no Parque. Contudo, mesmo com as separações existentes,

muitas vezes somos surpreendidos por momentos em que as diferenças são deixadas de lado e o que predomina é a solidariedade. Ao destacar um momento marcante que vivera no Parque Halfeld, Sr. Ciril afirma que não se lembra de nenhum, mas que fez grandes amigos ali:

Rita: O senhor já viveu aqui algum momento que marcou sua vida?

Sr. Ciril: Aqui no Parque Halfeld não. Eu fiz grandes amizades, conheci muitas pessoas, ajudei, não seria nem bom falar, mas é uma entrevista, ajudei várias pessoas, e fui ajudado também de uma certa maneira, que aqui eu aprendi muito. É um parque aberto. Existe também, como eu já disse, fora da violência, uma fraternidade; alguns pontos, por exemplo, onde eu frequento, que é o pessoal que participa do jogo de dama, é praticamente uma comunidade que já vem há muitos e muitos anos, nesse sentido. Então a gente se sente bem aqui.

Apesar de todas as diferenças, a convivência com os outros é baseada na fraternidade, nas palavras dele. No entanto, no decorrer da entrevista, ele se recorda e relata, com toda a humildade, um episódio ocorrido no ano de 2009:

Sr. Ciril: Eu acudi há uns três, quatro meses uma criança aqui, brincando no parquinho, ela teve um tombo, de uma altura de aproximadamente uns quatro metros e teve o encurtamento do punho. Ela chorava muito. Eu tentei o 192, 190, e não fui atendido, falaram pra mim (sic) me virar. Eu me virei, peguei um táxi, não conhecia a pessoa, nem a mãe, que ela estava acompanhada pela mãe, eram dois meninos, peguei um táxi, encaminhei pro HPS, e lá eu consegui um atendimento rápido, porque o menino deu sorte, que um dos médicos plantonistas era conhecido meu; então nós... aquele jeitinho brasileiro. E eu fiquei satisfeito de poder corrigir e ter sido feito a cirurgia, e o menino, eu espero que esteja bem. (...)

Rita: Foi um momento marcante pro senhor?

Sr. Ciril: Foi, foi, que eu cheguei em casa, contei pros meus filhos, pra minha esposa. Era uma pessoa que estava vindo da cidade de Bicas, a mãe com dois meninos, pra consultar um dos dois. Enquanto ela esperava o ônibus, que aqui tem um determinado momento que os ônibus voltam à cidade de origem, os meninos estavam brincando. E um deles caiu, o maior, caiu e teve esse problema, uma fratura no punho, e desesperadamente ele chorava muito. E eu acudi e fiquei muito agradecido de ter contribuído com ajuda a essa família, porque, a princípio, ela também não teria situação nem de pegar um táxi.

Ao dizer sobre o ônibus, Sr. Ciril refere-se ao transporte financiado por prefeituras de diversos municípios da macrorregião de Juiz de Fora, que utilizam o serviço de

saúde na cidade. O ponto de encontro desses ônibus é na parte do Parque próxima à rua Santo Antônio. Com sua fala, Sr. Ciril se contrapõe à ideia de Bauman (2009), quando este afirma que, em uma cidade, não estamos propícios a interagir, posto que nossas diferenças nos marcam.

Relações afetivas também se formam. Sr. César, atual funcionário da EMPAV, disse que conheceu sua esposa num dos momentos em que frequentava o Parque. Apesar disso, reforça que presenciou episódios tristes:

Rita: E aqui é o local de trabalho do senhor. Mas o senhor já viveu algum momento aqui marcante?

Sr. César: Já. Já, porque já vi gente morrer, já vi gente ser esfaqueado, já vi uma porção de coisa aqui; já vi cair do barranco ali e ficar machucado no chão, ninguém socorre!

Rita: Então esses momentos são só pro lado da tristeza ou teve coisa pro lado da alegria?

Sr. César: Teve alegria, vamos dizer assim, eu conheci minha dona atual aqui. Eu não trabalhava aqui não, sabe, tem 15 anos que eu estou com ela. Mas aí eu não esqueço, né?! (risos).

Esse relato nos revela como esse lugar pode deixar marcas pessoais, mesmo sendo um espaço público. Assim como César e Ciril, Delton destaca como marcantes momentos bons e ruins. Como ruim, cita o episódio da morte de uma menina de 18 anos, espancada pelo namorado, em fins de 2009. Esse fato, repetido por vários entrevistados, será mais bem tratado mais adiante. Como um momento bom, Delton relembra o primeiro ano em que a cantata de Natal, organizada pela FUNALFA e pela Prefeitura Municipal, foi realizada no Parque:

Delton: Ih, tem muita coisa.

Rita: De bom e de ruim ou só de bom ou só de ruim?

Delton: Dos dois. Aquela morte daquela menina ali foi marcado pra ruim. Mas a primeira cantata de Natal aqui foi bom.

Rita: Foi quando, você se lembra?

Delton: Nós estamos em 2010, 2009, né... 2008.

Rita: 2008?

Delton: 2008. É porque era lá embaixo, depois passou pra aqui.

Rita: Ah, era lá no Bernardo Mascarenhas, né? (Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, localizado na Avenida Getúlio Vargas).

Delton: Isso. Marcou muito. Essas coisas, esses eventos marcam muito.

Ele não disse nesse ponto da entrevista, mas a primeira cantata de Natal foi o primeiro ano em que Dona Ondina comemorou seu aniversário no Parque Halfeld, por ideia do próprio Delton. Sim, desde 2008 faz-se uma festa de aniversário para ela, na barraca, com salgadinhos, bolo, enfeites, enfim, tudo o que caracteriza esse tipo de comemoração. Em 2010, participei da festa de 81 anos. A entrevista com ela foi feita dias antes, e, a convite da própria, estive lá, num sábado à tarde, dia 11 de dezembro para compartilhar esse momento com eles. Todos são convidados, além da família e de amigos não frequentadores do Parque. Foi uma experiência muito enriquecedora de compartilhamento de amizade, carinho e respeito. Muitos passavam ali apenas para cumprimentá-la, e nem sequer esperavam as guloseimas. O refrigerante, para que permanecesse gelado, ficou guardado na casa do Sr. Ciril, que mora na Rua Santo Antônio, bem próximo ao Parque. E, para completar, o fundo musical era um coral, que se apresentava no palco, montado em forma de árvore de Natal no centro do Parque. Cheguei, me aproximei, cumprimentei Dona Ondina, e, apesar de não me conhecerem, nem sequer perguntaram meu nome, mas me acolheram com total confiança, pois, se eu tinha a autorização de Dona Ondina para estar ali, a aceitação era de todos. Todos em volta, muitos de pé; uns nas conversas dos outros, e continuamos ali, de tarde até a noite, conversando e ouvindo o coral. Relações assim não se estabelecem em qualquer lugar, seja ele público ou não, mas, com esse relato, podemos crer que no Parque Halfeld é possível que essas práticas cotidianas se reatualizem continuamente. Percebe-se, com isso, traços do *flâneur* de Benjamin (1989a), para quem a rua é tão familiar quanto a moradia.

Pode-se refletir, a partir desse relato, sobre dois conceitos trabalhados por Bauman, no livro *Confiança e Medo na Cidade*: **mixofilia** e a **mixofobia**. O primeiro pode ser definido como o interesse e a propensão a misturar-se com as diferenças; segundo o autor, era esse sentimento que atraía as pessoas para a cidade. “*Há um ditado alemão, já usado nas cidades medievais: 'Stadluft macht frei', o ar da cidade liberta. De fato, na cidade podem acontecer muitas coisas surpreendentes que não ocorrem em outros lugares.*” (BAUMAN, 2009: 86). Ao contrário da mixofilia, a tendência predominante na contemporaneidade é a mixofobia, caracterizada pelo medo de estrangeiros que convivem a nossa volta e, por conseguinte, gera a tentativa de evitar o contato, segregando-nos mutuamente. Para Certeau, “o que

torna a cidade habitável não é tanto sua transparência utilitária e tecnocrática, mas antes a opaca ambivalência de suas estranhezas.” (CERTEAU, 2009: 191). A aceitação imediata de Dona Ondina, seguida por Delton e todos os outros, começa nesse dia e se estende por todo o processo de pesquisa, e está repleta de significados. Acredito que essa aceitação advém do fato de estar em movimento de ausculta, de valorizar as simples falas, hábitos e práticas daquelas pessoas – tão simples que por vezes eles próprios não achavam importante falar o que pensavam –; de procurar estar próxima e desejar participar de todo aquele cotidiano que não me pertencia. Bauman diz que a mixofilia proporciona viver “*algo precioso, algo que não se conhecia antes daquele momento.*” (2009: 86), e que se constitui em característica natural do ser humano. A minha atitude e a aceitação por parte dos entrevistados foi decisiva para a execução da pesquisa e para meu crescimento pessoal e profissional. Portanto, a mixofilia está por parte das minhas atitudes, mas também é marcante nas atitudes dos *praticantes ordinários*.

Lembranças de infância também pautam momentos marcantes. O policial militar Tadeu, com 37 anos de idade, frequenta o Parque desde um ano de idade – quando é fotografado no Parque por um senhor conhecido como “moço do cavalinho”, que trabalha lá até hoje, fotografando os passantes –, e relembra como era a configuração espacial do núcleo central:

Tadeu: Com certeza, como cidadão de Juiz de Fora, eu tenho boas lembranças da minha infância aqui no Parque Halfeld. Quando criança meus pais me traziam aqui para brincar, não só eu, mas meus irmãos, no parquinho que tinha no centro do Parque Halfeld.

Rita: Não era onde está esse?

Tadeu: Não, não é. Era no centro mesmo, no centro do Parque Halfeld. Era até um parque maior, melhor estruturado, tinha carrossel, tinha aqui os passeios de charrete, que era puxado pelos pôneis, cabritos. O Parque Halfeld também recebia outras atrações, tinha shows de mágica, ilusionismo. Então, do Parque Halfeld, quando criança eu tenho muitas boas lembranças, eu gostaria até que o parque voltasse a ser o que ele era, porque atenderia muito mais as pessoas que frequentam aqui hoje e também o parque seria melhor para as crianças do que hoje. Hoje eu vejo, que em vista do que já foi, deixa a desejar.

Os relatos das lembranças de uma infância feliz num lugar da cidade, que hoje é seu local de trabalho, caminham em direção ao que Rüsen destaca sobre a significação

do passado através da memória, que “o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente.” (RÜSEN, 2009: 164). A experiência de Tadeu com uma forma de lazer no passado o orienta a perceber o presente e considerar que o local reservado para as crianças atualmente “deixa a desejar”. Isso se difere de outras considerações que também afirmam que a estrutura do parquinho podia ser melhor, pois se baseia em algo vivido, e não apenas uma visão presa exclusivamente no presente.

Assim como Tadeu, Pepê é outro entrevistado que frequenta o Parque desde os tempos de criança, pois acompanhava o trabalho do pai. Sobre a primeira vez em que esteve lá, Pepê descreve:

Rita: Você lembra a primeira vez que veio aqui no Parque Halfeld? Quando você era criança, lá com seu pai?

Pepê: Lembro.

Rita: Foi a primeira vez que você veio para trabalhar, para passear...?

Pepê: Eu fazia as duas coisas, né. Brincava e trabalhava. No Parque Halfeld ao centro, tinha um prédio de dois andares que era a biblioteca e era a rádio.

Rita: Nessa época você já frequentava aqui?

Pepê: Já, frequentava. Eu cheguei a pegar o Caramanchão(?), o Parque era mais bonito. Não estou deixando de falar que o parque deixou de ser bonito, mas em vista do parque antigo, era bem bonito.

O prédio a que o entrevistado se refere foi construído no início do século XX, no centro do Parque, e até a década de 1960 abrigou a rádio difusora PRB-3, no primeiro pavimento, e a biblioteca municipal, no segundo. O prédio foi derrubado na década de 1970, e em seu lugar nada fixo foi construído, abrigando as estruturas dos eventos esporádicos que ali ocorrem. Assim, a biblioteca municipal foi transferida, e atualmente funciona em prédio anexo ao Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, na Avenida Getúlio Vargas. A rádio, transferida dali, também é lembrada por Dona Ondina:

Rita: A senhora se lembra a primeira vez que veio aqui?

Dona Ondina: Primeira vez? Foi dia 11 de novembro 1944. Eu era menina, eu brinquei muito aqui no Parque, eu rodei muito aqui, isso tudo era grama. Eu trabalhei aqui na casa dos pais do doutor Maurício Bara. E a gente brincava de pique aqui, a “B-3” (a rádio PRB-3) era aqui, a gente namorava por aqui (diz ela, apontando).

(...) Eu vou te contar. Olha, eu vim pra cá em 1945, já tinha o Parque Halfeld, eu brincava aqui. Só que era assim, a “B-3” era ali, que a gente punha (???), namorava soldado...

Rita: A “B-3” era o quê?

Ondina: Era a rádio, a rádio Solar hoje.

Para aqueles que possuem uma experiência mais recente com a cidade, como é o caso do policial militar Guilherme, o Parque Halfeld ainda não constitui laços mais profundos de pertencimento, mas já surge como um importante vínculo cotidiano com a cidade:

Rita: E você, se lembra da primeira vez que você veio aqui?

Guilherme: Não, exatamente não. Já houve algumas vezes de estar passando no Parque Halfeld, às vezes naquele momento que você não tinha nada pra fazer, “ah vou sentar um pouquinho”, você vê o banco e vai sentar; você vê a aglomeração de pessoas e fala “ah, é legal, vou ficar também”. Então você acaba fazendo do Parque Halfeld, de uma forma sem querer, um local pra descanso, um local pra meditação, pra analisar sua vida, pra analisar a vida dos outros, você acaba fazendo, tornando seu dia a dia aqui na cidade.

São essas práticas cotidianas, de “fazer o seu dia a dia na cidade”, nas palavras de Guilherme, que permitem se articular entre o tempo histórico individual (RICOEUR, 2007) e o tempo histórico da cidade. Com isso, as relações urbanas cotidianas contribuem para a construção da “capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural da orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas.” (RÜSEN, 2007: 103-104). Para o autor, esse processo de orientação a partir do presente se constitui em aprendizado. Neste ponto, as palavras de Pepê sobre as relações constituídas no Parque são significativas:

Rita: Você já viu muita gente passar aqui?

Pepê: Já. Muita gente. Eu já vi pessoas que eu vi na barriga que hoje já são pais, ou mãe. Já vi gerações aqui; aqui já passou (sic) gerações na pipoca, pessoas queridas que já se foram. Aqui já tivemos momentos muito felizes, muito prazerosos, e aqui praticamente é meu lugar de trabalho, mas acaba sendo meu lugar de lazer, porque a gente para pra bater papo, a gente tem material pra ouvir um futebol, um noticiário, algo assim, e pra gente acaba virando um lazer. Então aqui a gente fez grandes amigos, temos grandes amigos, tem o conhecimento da pipoca, e assim vai.

Dessa maneira, a partir do depoimento de Pepê sobre a vida profissional, que se mistura ao lazer na cidade, nos permite retomar as reflexões de Jesús Martín-Barbero, presentes no capítulo 1, nas quais o autor destaca os “**novos modos de estar juntos**, a partir dos quais os cidadãos experimentam a heterogênea trama sociocultural da cidade, a enorme diversidade de estilos de viver, de modos de habitar, de estruturas do sentir e do narrar”. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 278 – grifo do autor). Para Pepê e segundo as definições de Guilherme, esses novos modos de estar juntos pode ser, de fato, uma maneira de viver juntos na cidade, convivendo com a diversidade presente no ambiente urbano.

As práticas cotidianas que ressignificam as relações humanas, fazendo com que as pessoas repensem sobre a forma de ver a vida, além de criar laços a partir do convívio diário. Sobre amizades feitas no Parque Halfeld, o depoimento de Delton é bastante emblemático:

Rita: Nesse tempo que você vem aqui, trabalha, já fez algum amigo aqui no Parque Halfeld?

Delton: Muitos, muita coisa, muita gente.

Rita: Mas amigo mesmo?

Delton: Amigo mesmo, amigos de verdade mesmo. Amigo que eu até achava que não existia, eu vou ser sincero, eu nunca tinha amigo. Mas não é porque as pessoas não quiseram, eu que nunca... (breve pausa) entendeu? Mas a vida, ela te mostra que as coisas não são do jeito que você acha que deve ser. Então, lá na minha cidade ainda é a mesma coisa (refere-se à cidade de Bicas, próxima a Juiz de Fora, onde ele ainda reside). Eu não estou muito lá não, mas ainda é o mesmo sistema, um cara fechado, apesar de eu ser DJ, eu já trabalhei em rádio. Trabalhei em rádio durante seis anos, sou DJ, mexo com eventos em geral lá, mas é só amigo profissional. Então: assunto, papo, sair pra balada, cachoeira, futebol, não acha um lugar desses que o Delton esteja, se não for trabalhando. Se tiver trabalhando você pode contar que o Delton está lá, está no som, está na portaria, ou ali, segurança, fazendo qualquer coisa; mas se não for isso não me acham em lugar nenhum na cidade, eu estou dentro de casa, entendeu?

No Parque Halfeld o que se observa, através dessa fala, e também por minha própria experiência, que o predominante é a *mixofilia* (BAUMAN, 2009): uma constante vontade de se ajudar, se conhecer e estabelecer laços de pertencimento, com o lugar e com as pessoas que o compartilham conosco. Que predisposição é

essa em fazer amigos, conversar, saber e se preocupar com aqueles que o cercam, mesmo que não se saiba completamente quais são os “antecedentes” dessas pessoas? No dia do aniversário de Dona Ondina, anteriormente relatado, as vendas na barraca não pararam. Em alguns momentos, quando todos estavam ocupados, apareciam clientes, e me pediam para pegar uma mercadoria, ou calcular o troco, abrindo e fechando o caixa. Eu, uma pessoa que conhecia a pouco mais de 10 dias, tendo acesso completo ao dinheiro da barraca. Todos esses pequenos detalhes e ações vão de encontro aos sentimentos contemporâneos de desconfiança em desconhecidos, o que gera a ideia de que uma grande cidade é sempre insegura, pois as pessoas não se conhecem. *“Poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana.”* (BAUMAN, 2009: 16). Essa propensão a acolher desconhecidos não acontece se não houver reciprocidade. Os que os *praticantes ordinários* fazem não é nada além do que desenvolver as raízes da mixofilia já presentes em nós, multiplicando a oferta de alternativa, enriquecendo as relações urbanas e proporcionando a troca de experiências.

Quando a violência aparece...

Desde minhas primeiras inserções no campo, o tema da violência era recorrente, tanto nas conversas informais, feitas nos bancos do Parque, quanto nos avisos que eu recebia: *cuidado, não passe por ali; não venha aqui à noite*. Uso de drogas, roubos e prostituição acontecem por lá, e eu não poderia deixar de citá-los nesta pesquisa. No entanto, meu objetivo está longe de produzir um trabalho em tom de denúncia, ou de revolta, até mesmo porque nunca sofri nada nos meses em que estive por lá, mas não deixei de presenciar cenas ao longe. Mas, para além da definição formal de violência – aquela que é sinônimo de ilegalidade –, o que eu observei mesmo foram momentos de profunda violência em termos de falta de respeito com as pessoas, preconceitos, que, a meu ver, se constituem como formas de tortura iguais ou superiores àquelas que fogem às regras estabelecidas. A

princípio esse tema não seria tratado nas perguntas; contudo, diante da constância do assunto, foi necessário incluir no roteiro um bloco de questões sobre a violência.

Nas primeiras conversas com Ariadne, ela me disse sobre um caso de um assassinato na parte de trás do Parque, em frente à rua Santo Antônio, em uma árvore bem grande, localizada entre as mesas de jogos de dama e o local onde é montado o palco em forma de árvore de Natal, no período das festas de final de ano. Nas entrevistas, esse fato foi lembrado por Dona Ondina, Ciril e Delton. A menina, de 18 anos, foi espancada pelo namorado com golpes na cabeça e no rosto e, ao cair no chão, continuou a ser chutada, até ficar desacordada. Foi levada ao Hospital de Pronto Socorro (HPS), mas morreu poucas horas depois. Acredito que o comentário foi recorrente em várias entrevistas porque, no período de realização destas – dezembro de 2010 –, completaria um ano do acontecimento. A morte da menina é narrada com tristeza e revolta por todos. Dona Ondina fala sobre a ausência do policiamento no momento do crime e que a menina vivia na rua:

Dona Ondina: (...). Agora não sei se você soube, mataram uma menina aqui.

Rita: Não, não soube.

Dona Ondina: Foi. Uma menina de rua. Então o guarda que tava na época veio aqui pra pedir... Eu falei “olha, eu já falei com as pessoas que você não serve, na morte da menina a culpa foi sua, porque quando o rapaz estava chutando a cabeça dela, tava matando, você tinha que chamar alguém”, “ah, eu não, porque depois todo mundo vinha em cima de mim”. “então você não serve pra ser guarda, eu já falei que você não serve (???)”, eu espero que não seja você”. Que é perigoso né, até de madrugada, a menina batia aí todo dia, dezoito anos. O cara bateu nela (???) Vai fazer um ano agora.

Sr. Ciril observa que não acompanhou o caso até o fim, e nos dá mais uma informação: a menina era usuária de drogas:

Rita: A gente já conversou um pouco sobre a questão da violência, e o senhor já me disse que acredita que antigamente o parque não era tão violento. O que o senhor acha que pode ter mudado, ou o senhor acha que existiam outros tipos de violência, que não as mesmas de hoje?

Ciril: Essa violência que está aqui hoje, esse mês está fazendo um ano, foi praticamente assassinada aqui no Parque Halfeld, do lado da árvore de Natal, uma moça de dezenove pra vinte anos; ela foi espancada e saiu daqui praticamente em estado terminal e veio a falecer na própria madrugada, por causa de simplesmente se

envolver com droga. E aqui, onde você está vendo ali na frente, (ele aponta para a árvore) ela foi espancada e foi pisoteada e dali ela praticamente saiu sem vida, chegou ao hospital e teve óbito imediato.

Rita: Isso foi no final de 2009?

Ciril: 2009. Faz um ano agora. Providência nenhuma foi tomada, ninguém falou mais nada, deu imprensa, noticiou, acabou, e a vida continua. E no lugar dela, que ela foi, outros estão. E não vi providência nenhuma, a não ser a justiça, o caso eu não acompanhei, mas deve... o autor deve ter sido preso e responderá a esse processo, mas aqui continua do mesmo jeito; crianças e adultos, adultos não, assim, idosos não tem proteção quase que nenhuma.

Mesmo diante de tanta insegurança, presente nas falas dos próprios *praticantes*, eles enfatizam o fato de que o Parque Halfeld é um lugar bom para se frequentar. Ao ser perguntado se os eventos externos atrapalham o cotidiano do Parque e se isso o incomoda, Delton defende sua posição:

Rita: Mas incomoda?

Delton: Incomoda. E é uma coisa fácil, cada um tem um pouquinho de consciência e fala assim “pô, está bom, o parque está bonito, a grama está verdinha”, entendeu, “ah, caiu um papel aqui em cima da grama”, não custa tirar. Se ele não jogar vai ser um papel a menos, aí os caras “ah não, já caiu eu vou jogar o resto”. (pausa). Aí eu fico triste com isso, porque o normal dele é isso que está aí. Aí se ele fosse todo verdinho, todo bonito, seria melhor todo dia. Que aparece um ou outro bêbado aí enchendo o saco, mendigo meio nervoso, maconheiro meio (???), essa coisa toda. Mas isso aí em todo canto do mundo tem, não vai ser aqui que vai ser diferente. Todo lugar do mundo que você for vai ter isso aí. Num contexto geral aqui é tudo de bom, bom, mas bom mesmo. (ele repete, enfático). É que muita gente não conhece o Parque Halfeld de viver no Parque Halfeld, conhece o Parque Halfeld de propaganda. Aí “ah, lá mataram uma menina, lá tem muito cachaceiro, lá tem muito maconheiro, ladrão, vagabunda, prostituta”... (pausa).

(...)

Rita: E você acha que o Parque Halfeld é um lugar seguro?

Delton: O dia inteiro. (diz em tom firme).

Dona Ondina e Pepê creditam à falta de policiamento o problema da insegurança, apesar de afirmarem que, mesmo assim, o Parque é um local tranquilo. Esse paradoxo entre local inseguro *versus* lugar bom para se viver pode ser relacionado com as reflexões de Bauman, sobre nossos desejos de uma forma de

segurança total na cidade. Para ele, “a aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa.” (BAUMAN, 2009: 15). Com efeito, ainda que considerem que muito possa ser mudado para que a violência diminua, ambos concordam que trabalhar no Parque é uma boa opção.

Dona Ondina: E eu acho que aqui tem que ser policiado à noite, não tem guarda aqui, sábado, domingo; os meninos ficam nadando ali, (refere-se ao lago à esquerda do Parque) não tem ninguém, é completamente abandonado. Outro dia veio até uma mulher tomar banho ali, nua. Não tem quem olha, sábado, domingo, feriado não tem policiamento. (...) Sábado, domingo, feriado, à noite principalmente, não tem nada, a pessoa fica à vontade. Quando dá briga aí aparece um guarda. E se fosse tão perigoso, tão ruim eu não estava aqui há tantos anos. (...)

Rita: (...) você acha que o Parque Halfeld é um lugar seguro?

Pepê: Hoje não.

Rita: Mas em lugar nenhum, que o parque é grande, ou só em um determinado espaço?

Pepê: Eu vou dizer aqui no fundo. É onde estão instalados os banheiros, porque o Tarcísio (Delgado, ex-prefeito), ele fez umas coisas, eu vou falar aqui o nome que intitularam, essas pérgulas, aquelas coisas de madeira. Algumas estavam no meio do parque. Então ficam pessoas de rua dormindo ali, eu já vi pessoas de rua fazendo sexo, droga...

De fato, “as cidades (...) são de certa maneira os depósitos onde se descarregam os problemas criados e não resolvidos no espaço global.” (BAUMAN, 2009: 78). Tudo aquilo que foge às regras que estamos acostumados nos assustam e nos amedrontam; é difícil se deslocar de nossos posicionamentos e pensar como os outros pensam. E as contradições com relação à segurança no Parque Halfeld são muitas, principalmente com aqueles que mais convivi durante a pesquisa: Dona Ondina e Delton. “Poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana.” (BAUMAN, 2009: 16). Por mais que isso seja característico das cidades contemporâneas, e Juiz de Fora não fica fora disso, o que experimentei com eles foi

o contrário. No segundo dia em que conhecia os dois já estavam abrindo e fechando o caixa da barrquinha. Por mais que tivesse me apresentado como estudante da Universidade Federal de Juiz de Fora, que pesquisava a vida no Parque Halfeld e outras explicações dadas na apresentação, eu poderia ser uma pessoa de má índole, e, sendo ela uma senhora com idade avançada, poderia me aproveitar da situação de confiança. No entanto, todos os dias em que passava por lá, o dinheiro era guardado e retirado na minha frente, algumas vezes cheguei até a vender alguns produtos, sem que eles me questionassem em nenhum momento. Acredito que, por mais que fosse uma estranha, a rede de sociabilidade existente permite a sensação de segurança, posto que, sempre que se referiam à violência faziam isso com relação aos outros: o Parque é inseguro, mas para os outros, não para aqueles que o praticam cotidianamente e já possuem laços de pertencimento constituídos.

Os parâmetros de violência também eram questionados a partir de outros tempos, com o objetivo de que maneira o sentido de localização temporal é construído. A maior parte dos entrevistados concorda que a violência existia, mas em proporções menores, e que as motivações de antes se diferenciam das de hoje, por conta do grande crescimento da cidade e as migrações em busca de melhores condições de trabalho. Como não conseguem se inserir no mercado, muitos acabam vivendo nas ruas e praticando atos ilícitos.

Tadeu: Com certeza era diferente, mas com o aumento da população, Juiz de Fora está aqui na Zona da Mata, por ser um pólo, a cidade-pólo, então você acaba atraindo também muitas pessoas de cidades pequenas que vêm para Juiz de Fora na tentativa de uma vida melhor, e como nem todos, nós não temos espaço aqui pra todo mundo, o mercado de trabalho não vai absorver, que aqui em Juiz de Fora, o forte aqui é comércio e depois prestação de serviços. Então acabam muitas pessoas vindo para Juiz de Fora, abandonando tudo lá o que tinha, chega aqui eles não conseguem sucesso, então eles acabam ficando na cidade, vindo para o Parque Halfeld. E aqui, como ele está desempregado e às vezes não tem onde morar, acaba ficando mesmo pela rua e aí acaba se juntando aos maus elementos, a alguns, que é uma minoria, de maus elementos que frequentam o Parque Halfeld já com a intenção de práticas ilícitas, então acaba aumentando esse número e aumenta o número de ocorrências.

Guilherme: Como já dissemos, à medida em que a população vai crescendo, a proporção marginalizada também cresce junto. E essa proporção, normalmente eles procuram lugares para executar essas ações, e a maioria desses lugares são lugares onde (sic) que são frequentados por vítimas desguarnecidas, vítimas mal orientadas. E devido ao Parque Halfeld ser um lugar onde as pessoas (sic) tão aqui pra relaxar, pra conversar, é o lugar melhor onde esses autores de crimes procuram pra executarem suas ações, devido ao público frequentador daqui. Muitos idosos, muitas mulheres, igual eu já disse na pergunta anterior, e o povo em estado relaxado.

Delton: Eu creio que antes era menos. De acordo com o que a cidade cresce, cresce os problemas também. Então o que acontece, aí por que no Parque Halfeld descarrega isso (???) tudo mundo acampar ali na Rio Branco, na Getúlio, lá na praça do Linhares (???) eles estão acostumados a pedir, o trabalho deles é pedir. Então eles estão trabalhando, eles falam “bandear” né, “vamos bandear”, quer dizer, eles estão trabalhando. Aí o fluxo de gente é muito grande, então, os problemas que tem são esses.

Para os dois policiais militares e Delton, a violência no Parque Halfeld é motivada por moradores de rua. No entanto, as opiniões se diferem no que diz respeito ao “direito” que possuem para lutar por sua sobrevivência; Delton chega a dizer que é o trabalho deles. O lugar de onde se olha o mundo faz com que o mundo seja visto de maneiras diferentes. O grande embate existente no Parque Halfeld entre o policiamento e os moradores de rua é constante, não por atos violentos, mas por insubordinação. Os moradores de rua que ali vivem, pelo menos de modo geral, não “atacam” a população; são predominantemente pedintes, e convivem harmoniosamente com os outros *praticantes*. Um desses moradores foi escolhido para ser entrevistado. Percebi sua frequência de permanência no Parque desde o início, mas a dúvida era se ele era mesmo morador de rua. Confesso que foi a entrevista que primeiro decidi e a penúltima a ser feita, porque fiquei extremamente apreensiva. Não sabia como poderia ser sua reação, como poderia se portar... Foi uma das entrevistas mais enriquecedoras, para minha grata surpresa. Pela especificidade dos depoimentos e por sua posição no Parque Halfeld, a entrevista com Paulo Sérgio será tratada no item a seguir.

Paulo Sérgio: *Maradona* ou *Estrelinha*? O protagonismo de um habitante invisível

Desde que comecei a ficar no Parque Halfeld para perceber quem eram as pessoas que habitavam aquele espaço cotidianamente, o Paulo Sérgio foi uma das primeiras pessoas que observei. De início, desconfiei que ele fosse morador de rua por sua aparência, com roupas meio rasgadas, meio desbotadas e pela forma como ele se portava no Parque Halfeld: ele conhecia cada canto, cada pessoa, e se comportava como se ali fosse realmente um lugar *seu*. Estava sempre com uma mochila, igualmente rasgada, e a deixava, de vez em quando, no quiosque próximo ao lago e saía para conversar com as outras pessoas. Mas algo ainda me deixava em dúvida quanto ao fato de que ele fosse morador de rua (ou, nas sábias e significativas palavras de Dona Ondina, “*nossos amigos cidadãos de rua*”); afinal, eu poderia estar me precipitando em minhas conclusões baseada apenas na aparência dele.

Por fim, mesmo sem confirmação de outras pessoas, concluí que ele realmente morava nas ruas, e sua recorrência no Parque Halfeld me levou a pensar que ali era sua casa. Por conta dessa particularidade, Paulo Sérgio começou a se configurar em um importante sujeito para a pesquisa, pois ele não só usava e contra-usava o Parque Halfeld, fazendo daquele lugar de memória o *seu* lugar como também fazia dali a sua casa. Feita a escolha por entrevistá-lo, um empecilho – pelo menos para mim, naquela época – para que a entrevista fosse realizada: como eu faria a abordagem e conseguiria a entrevista sem que fosse vista com outro olhar? Afinal, muitas abordagens são feitas a esses moradores e eles acabam por criar resistências. E eu, confesso, tinha medo de qual poderia ser a reação dele, mesmo observando seu comportamento e percebendo que, à primeira vista, ele não oferecia perigo. Mas a vontade de entrevistá-lo era maior, mesmo com todos os receios pessoais que me cercavam...

Contudo, eu tenho sempre como premissa me fazer dócil às imprevisibilidades da vida. E, com isso, na noite de 8 de dezembro de 2010 fui ao Parque Halfeld pesquisar os impactos de um evento externo nas movimentações cotidianas que ali acontecem. A Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), órgão da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, promoveu no final de

2010, com o apoio cultural da Caixa Econômica Federal e da Cemig, apresentações musicais natalinas num palco em formato de árvore. Assim, várias pessoas se reuniram para assistir às apresentações dos corais; muitos pais, crianças; vendedores ambulantes de artigos alimentícios e de divertimento e, no meio de tudo isso, os *praticantes ordinários* do Parque Halfeld. No momento em que cheguei, no meio da multidão escolhi aleatoriamente um lugar para parar e observar o evento, quando percebi quem estava do meu lado era o Paulo Sérgio. Quando vi o que estava acontecendo, pensei: é a oportunidade perfeita! Com tanta gente próxima, ele não tentaria fazer nada e eu poderia pelo menos obter algumas informações a seu respeito – nessa época, ainda não sabia nem o nome dele. Com tudo verificado, iniciei a conversa perguntando coisas corriqueiras, do tipo: isso sempre acontece aqui? Ele achou meio estranho, mas começou a conversar assim mesmo. Naquele dia, descobri seu nome, confirmei que morava ali e disse sobre a entrevista. Ele concordou, achando que eu era jornalista e, por mais que eu explicasse, ele não entendia, e achei por bem deixar assim. Ele estava nitidamente embriagado, e é assim que permanece a maior parte do dia.

No dia seguinte, voltei ao Parque para entrevistá-lo, mas não tive coragem. Ele parecia alterado, gritando com todos, e considerei que fosse melhor esperar. E essa espera foi determinante, a entrevista foi feita no momento certo.

Depois de conhecer Dona Ondina, Delton e começar a frequentar a barraca, percebi que ali era um ponto onde os moradores de rua gostavam de ficar. Perguntei ao Delton como era o comportamento de Paulo Sérgio, e ele disse que a entrevista seria tranquila e poderia ser feita na barraca, mas que o ideal era que eu chegasse cedo, pois de manhã ele ainda estaria menos embriagado. No dia 17 de dezembro de 2010, por volta de 8 horas cheguei ao Parque Halfeld, sentei na barraca com Delton esperei que ele se aproximasse. Quando ele chegou, disse sobre a entrevista e ele aceitou. Começou respondendo às perguntas de forma amistosa, até que fomos surpreendidos por uma ação da Prefeitura Municipal, promovida pela Secretaria de Assistência Social (SAS), em parceria com a Guarda Municipal, a Polícia Militar e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB). Segundo notícia no site da PJF, o objetivo da ação era *“intensificar o trabalho realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)*

População de Rua, oferecendo e divulgando o serviço à população de rua”. No entanto, o que foi observado no dia não era apenas uma abordagem para conscientização. Um caminhão da Demlurb entrou e estacionou no centro do Parque; aproximadamente 20 Guardas Municipais e 20 Policiais Militares, dentre eles, Tadeu e Guilherme, e, ainda, funcionários da EMPAV; da SAS eram apenas duas ou três pessoas. Mas o que predominou naquele dia foi a limpeza do Parque. Limpeza inclusive das pessoas: os moradores de rua se viam obrigados a entregar todos os seus pertences. A cena que mais me impressionou foi quando um policial militar recolheu um copo de plástico usado por um dos moradores de rua para beber a água da bica que existe no Parque. Toda a pressão é para que eles não tenham outra opção a não ser ir para o abrigo da SAS. Cabe aqui uma ressalva: minha crítica não é contra medidas de assistência social a essas pessoas. Acredito ser necessário dar oportunidades para que possam sair dessa situação, se assim o desejarem. Contudo, eles precisam querer sair dessa situação, e não serem obrigados a só para que não sejam a “poluição visual” da cidade. Impedir que uma pessoa não tenha um copo para beber água não é a maneira mais adequada de se portar com uma pessoa, tratando-a com a dignidade que qualquer ser humano merece e tem direito. No momento em que eles chegaram, Paulo Sérgio me disse, com toda a educação, que precisava se retirar e em outra oportunidade continuaria a responder às perguntas.

A entrevista, feita em duas partes, foi surpreendente. Apesar de embriagado – ele bebeu uma garrafa de cachaça durante a conversa – ele respondeu a todas as minhas questões com coerência. É o depoimento em que o saber histórico escolar aparece com mais força, mesmo que com dados equivocados. Uma das perguntas, que será trabalhada no próximo capítulo, dizia respeito a algo que o entrevistado gostaria de guardar em Juiz de Fora, em toda a extensão da cidade, se possuísse esse poder. Paulo Sérgio disse que guardaria a estátua em cima da igreja, sem saber o nome. A estátua em questão é a imagem de São Sebastião, que fica acima da torre da igreja de mesmo nome. O santo católico foi morto com flechadas pelo corpo, e Paulo Sérgio disse que preservaria a estátua por achar que ele também mereceria aquele tipo de punição, que é semelhante à punição de outra pessoa: Tiradentes.

Rita: Você acha que você merece flechada? Você sabe por que aquele homem levou flechada?

Paulo: É porque é um homem que... as pessoas... nós... nós não, nossos avós, bi, sei lá o que é, tri...

Rita: Muito, muito tempo atrás?

Paulo: Isso. Aí jogaram ele pra aquilo ali. E que nem ele é o ... como é o nome dele, o que descobriu Minas?

Rita: Descobriu Minas?

Paulo: Aquele que morreu enforcado. O corpo dele está enterrado em várias cidades de Minas Gerais?

Rita: Tiradentes?

Paulo: Tiradentes!

Rita: Então aquele cara que está em cima da igreja com flechada, eu posso falar que ele foi punido?

Paulo: Exatamente.

Rita: Pelo mesmo motivo que Tiradentes?

Paulo: Mais ou menos.

Rita: E Tiradentes foi punido por quê?

Paulo: Sei lá, eu não entendo muito bem não, tem tanto tempo que eu não estou estudando mais isso...

Rita: Você estudou até que série?

Paulo: Eu estudei até o primeiro ano. Nem saí do “prezinho”.

Rita: E você lembra do Tiradentes, estudando até o primeiro ano só? Tem coisa errada aí, hein?! Onde você ouviu falar do Tiradentes?

Paulo: Foi minha professora que me ensinou.

Rita: A sua professora do pré?

Paulo: É.

Rita: Você lembra dela?

Paulo: Com certeza.

Rita: Onde você estudou?

Paulo: Eu estudei lá no Antônio Carlos, em Barbacena. Já ouviu falar?

Rita: Já.

Paulo: Então, eu estudei lá.

Rita: Aí você lembra que ela te falou isso?

Paulo: Exato.

Descobridor de Minas ou não, o fato é que Tiradentes foi enforcado. E mesmo que Paulo Sérgio não tenha estudado apenas até a pré-escola, os dados que ele

apresenta sobre Tiradentes – morte por enforcamento, esquartejamento, partes do corpo espalhadas por lugares diferentes – tudo isso são informações corretas do fato histórico. O objetivo da presente pesquisa não está na verificabilidade do conhecimento de conteúdos históricos formais, mas é preciso ressaltar quando esse tipo de saber aparece na fala de alguém que a maioria consideraria como “sem ter nada para falar”.

O título dado a este item refere-se a dois apelidos de Paulo Sérgio. *Maradona* é como é conhecido pelos amigos, e faz menção ao craque de futebol argentino. Após a entrevista com os policiais militares, descobri que ele é conhecido como *Estrelinha*, porque, segundo os policiais, ele gosta mesmo é de aparecer. Para ambos os casos, Paulo Sérgio é protagonista, com destaque, no primeiro, para o sentido valorativo, no segundo em sentido pejorativo. Todo esse protagonismo, no entanto, não é suficiente para fazer com que ele seja visto na cidade. A opção que faz de viver na cidade, no sentido mais literal possível, ainda é incompreendida, de maneira geral. Delton me contou que Paulo Sérgio já foi casado, trabalhou, tem família, mas que sempre volta para as ruas. O próprio Paulo Sérgio disse, durante a entrevista, que tem um irmão, que mora em Juiz de Fora; que já foi para abrigos, mas que não resiste e acaba voltando, porque gosta daquele lugar. Não gostaria de generalizar aqui e dizer que todos os moradores de rua moram na rua por prazer, mas alguns o fazem por escolha e, como isso foge às práticas usuais de sociabilidade, tendemos a achar estranho. Ao ser questionado sobre a possibilidade de ser expulso de vez do Parque Halfeld, ele responde que isso não poderia acontecer de forma alguma: “*ele (policial militar) vai falar pra você assim 'eu quero que você saia daqui'. Você vai sair. Depois você vai voltar. É onde você vive, onde você mora.*” E mesmo com essa opção de vida, ele não perde a sensibilidade para tratar de assuntos do mundo. Em certo ponto, ele se lembra de imagens de crianças da Etiópia e diz:

Paulo: (...) Sabe o que me dói, no meu coração?

Rita: Ham?

Paulo: Você se lembra aquela, lembra aquela entrevista do Michael Jackson, quando ele foi lá naquele país da África, sei lá...

Rita: Onde você viu essa entrevista, na televisão?

Paulo: Foi. E vou ver de novo no DVD do meu irmão amanhã, hoje eu não vou ver não.

Rita: Seu irmão mora em Juiz de Fora?

Paulo: Mora. Aí, como que é o nome daquele país que tem aquelas pessoas só magro? (sic).

Delton: Só magro?

Paulo: É. Que eu esqueço o nome daquele país.

Rita: Etiópia?

Paulo: Etiópia. Exato. Aí, só pessoas magras. Olha só eu perto deles.

Rita: Você é gordo perto deles?

Paulo: Claro. Você vê uma pessoa magrela, só osso aqui.

Rita: Você acha triste?

Paulo: Claro. Eu aprendi isso com meu irmão.

Alguém que mora na rua e que poderia despertar o sentimento de pena em algumas pessoas, dizendo que se entristece com outros tipos de desigualdade social. Viver na cidade precisa ser a arte do encontro. Encontros que nos ensinam sobre o tempo, sobre a História, sobre a vida. Que nos fazem repensar nossas práticas, nossas concepções... Tentar compreender os diversos protagonismos invisíveis que formam o palimpsesto urbano. Viver na cidade, aprender *com a cidade*, estando dispostos a enfrentar os medos, os receios; dispostos a se atrair, para que não estejamos baseados apenas em nossas oposições, que nos distraem e não permitem que observemos o material de que é feita uma cidade: pessoas que, em seu viver cotidiano, vão constituindo sentidos citadinos.

CAPÍTULO 3

Narrativas Urbanas:

Memória, Ensino de História e Sentidos de Educação Patrimonial

É uma cidade de pessoas, não de objectos.

João B. Serra

Por toda a escrita deste texto pulularam histórias. Histórias de vida dos entrevistados, histórias de acontecimentos, histórias do passado, histórias do presente... Todos esses fios narrativos se entrelaçam num lugar, conhecido como “o coração da cidade”, “a menina dos olhos da prefeitura”: o Parque Halfeld. No entanto, a história oficial desse lugar ainda não apareceu. O objetivo deste terceiro capítulo é tratar das relações dos sujeitos, os *praticantes ordinários* (CERTEAU, 1994), com um *lugar de memória* (NORA, 1993) da cidade, reconhecido e consagrado como patrimônio histórico de Juiz de Fora. O foco está na compreensão de como as pessoas se relacionam e se posicionam diante desse patrimônio. No entanto, o patrimônio será analisado a partir das pessoas e dos sentidos urbanos constituídos com relação ao bem cultural. “O patrimônio vive, mas não tem vida própria”, são as palavras do professor João B. Serra. Portanto, a perspectiva de patrimônio presente nas narrativas colhidas nos apresenta questões para se pensar em uma Educação Patrimonial *com a cidade* (MEIRIEU, 2001), através das pessoas, das várias histórias que tornam vivo o patrimônio histórico.

Coração da cidade: a história do Parque Halfeld

Desde o século XIX o espaço onde hoje se localiza o Parque Halfeld é usado para entretenimento e como ponto de encontro da população da cidade. Anteriormente denominado Largo Municipal, foi o primeiro logradouro público da então Vila de Santo Antônio do Paraibuna, atual Juiz de Fora. Ao lado funcionava a Casa de Mercado, substituída pela construção da Câmara Municipal, idealizada por Barbosa Lima, e inaugurada em 20 de março de 1878 com a presença do imperador D. Pedro II, passando a abrigar também o Fórum. Antes um campo aberto, teve seu primeiro projeto de jardinagem em 1880, elaborado por Miguel Antônio Lallemond, com inspiração no estilo inglês e a criação de fontes e o plantio de árvores.

Em 1902 foi doado à municipalidade pelo coronel Francisco Mariano Halfeld, passando por nova interferência urbanística, sob o comando da Cia. Pantaleone Arcuri e Spinelli, quando recebeu a denominação de Praça Coronel Halfeld, em homenagem a seu doador. Em 1915, o Parque Halfeld é destacado na sessão logradouro, do *Álbum do Município de Juiz de Fora*, com as seguintes palavras:

Merece especial menção o Parque Halfeld, encravado no coração da cidade, que é uma generosa oferta do benemerito coronel Francisco Mariano Halfeld. O Parque, solemnemente inaugurado no dia 15 de junho de 1902, abrange grande extensão de terreno cercado por um gradil, entre as ruas Halfeld, Direita [atual Avenida Barão do Rio Branco], Santo Antonio e Marechal Deodoro. O logradouro, que possui diversas alamedas em que se encontram bancos destinados ao publico, tem ao centro um elegante pavilhão, que mede doze metros de frente e oito de fundos, encontrando-se ali a bibliotheca municipal, caprichosamente mobiliada. (...) Do pavilhão parte uma ponte tosca que dá entrada a uma casinha rústica defronte, da qual há uma queda d'agua, que, em seguida, desliza serena, atravessando quatro pontes rústicas. (...) É incontestavelmente um dos mais belos logradouros do Estado de Minas. (ESTEVEES, 1915: 168).

O pavilhão citado era uma construção em estilo eclético, com dois pavimentos, que abrigou a Biblioteca Municipal até meados dos anos 60, e foi demolido na mesma década. Entre as décadas de 30 e 50 abrigou, além da Biblioteca Municipal, a Rádio Sociedade de Juiz de Fora, com o prefixo PRB-3, a primeira rádio de Minas Gerais e a segunda no país (MUSSE, 2007).

No decorrer do século XX, o Parque Halfeld passou por diversas reformas, conservando, de sua configuração original, apenas a ponte, o lago e o quiosque com

estrutura imitando bambu. A última reforma realizada ocorreu em 1981, “quando o Parque Halfeld, como é atualmente conhecido, teve diversas árvores derrubadas e sua área de terra e areia substituídas por novos passeios de pedra portuguesa”¹⁷. Em Decreto nº 4223, de 10 de novembro de 1989, foi tombado pela Prefeitura Municipal, considerando a importância de seu significado histórico, urbanístico, paisagístico e ecológico. O art. 1º declara que

Fica Tombado o conjunto do Parque Halfeld, de propriedade do Município de Juiz de Fora, situado entre as ruas Halfeld, Santo Antônio, Marechal Deodoro e Av. Barão do Rio Branco, juntamente com a Praça Dr. Hermenegildo Villaça e a visibilidade do Morro do Cristo, como áreas de sua ambientação, na medida em que esta relação Parque e Morro não pode ser desassociada em termos paisagísticos, para quem esteja localizado em qualquer ponto do Parque Halfeld.¹⁸

Protegido por lei e ponto de referência da população de Juiz de Fora, o Parque Halfeld é considerado o “*coração da cidade*”, deste e de outros tempos. E esta é a história de sua formação e constituição espacial. No entanto, para que se torna-se um patrimônio vivo e reconhecido como tal por diferentes grupos sociais, a participação de pessoas foi determinante para a transformação do espaço em lugar.

Um coração só pulsa com sangue: histórias de um patrimônio vivo

Um dos princípios da História está em ser um conhecimento provisório composto por seleções e pontos de vista diferentes. Acima, temos a história do Parque Halfeld, amplamente divulgada em meios eletrônicos e impressos sobre a história da cidade de Juiz de Fora. No entanto, é **uma** história sobre aquele lugar, que começa no passado e se encerra no passado. Mas, se um patrimônio precisa de uma legislação que o proteja no presente, ele precisa ter um sentido nos dias atuais. E são aqueles que praticam, usam, atualizam o patrimônio que devem ser

¹⁷ As informações sobre a história do Parque Halfeld estão disponíveis em <http://www.pjf.mg.gov.br/patrimonio/parque_halfeld.htm>. Acesso em 04 fev 2011.

¹⁸ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000013141>. Acesso em 06 fev 2011.

considerados na escrita das histórias da cidade: plurais e diversas. Portanto, para atingir o objetivo desse trabalho, que é refletir sobre o Ensino de História com a cidade, é necessário pensar e destacar quais perspectivas de patrimônio estão presentes nas narrativas colhidas e como as relações de significação com esse bem cultural permitem a constituição de competências – ou seja, ferramentas racionais ou sensíveis para a compreensão de determinada ciência – para se aprender História. Nesse caso, não existe protagonismo para apenas a história, mas para **as histórias**, os movimentos cotidianos que fazem pulsar uma cidade. José Saramago, escrevendo sobre a cidade de Lisboa, diz que *“o que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.”*¹⁹ Assim como o lugar nos modifica – no modo de tratar as pessoas, de ver o mundo, de viver momentos de lazer ou trabalhar – ele também é atualizado por nós. E no caso do Parque Halfeld, são muitos os praticantes ordinários que diariamente fazem o patrimônio repleto de sentido, seja este sentido apenas individual – e que diz respeito apenas àquela pessoa –, seja coletivo, fazendo com que o Parque tenha a dimensão que possui hoje dentro da cidade.

A escolha do que deve ser preservado ou não, por órgãos públicos ou particulares, baseia-se em critérios variados. Como bem observa Maria Cecília Londres Fonseca, *“é necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como seleção de edificações, sítios, obras de arte que passam a ter a proteção do Estado, mas (...) como 'narrativas' (...).”* (FONSECA, 2009: 66). A partir dessa concepção, observa-se que não bastam apenas instrumentos legais para que um patrimônio cultural cumpra essa função na sociedade, sendo necessária a atualização dessas políticas através de práticas cotidianas e processos de ausculta daqueles que fazem uso diário do patrimônio. E, considerando-se o patrimônio como uma narrativa em si, retomo as definições de Benjamin para tal ação. Segundo o autor, a intenção da narrativa não está em transmitir a pureza e a neutralidade da “coisa narrada”. Para além disso, a narrativa *“mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca da mão do*

¹⁹ Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/2008/09/17/palavras-para-uma-cidade/>>. Acesso em 19 nov 2010.

narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (BENJAMIN, 1987: 205). Dessa forma, considero que, para este segundo bloco de perguntas, as narrativas dos praticantes ordinários sobre o patrimônio partem de suas vidas para se tornar outra coisa. Com as marcas do oleiro, mas com um novo sentido.

Dito isso, se faz necessário a descrição das perguntas feitas nesse segundo bloco, bem com suas relações com os temas acima descritos. A primeira pergunta feita na entrevista, após a apresentação inicial, era: Se você pudesse escolher alguns lugares de Juiz de Fora para que fossem protegidos, guardados, que lugares você escolheria e por quê?. O objetivo era fazer com que o entrevistado começasse a pensar em concepções de preservação a partir de seleção, que por sua vez é motivada por critérios variados. Dentre os entrevistados, cinco escolheram o Parque Halfeld. São eles: Ronaldo, César, Delton, Guilherme e Tadeu.

Delton: O Parque Halfeld, indiscutível. Pra não acabar. Isso aqui é muito bom.

Rita: Por quê?

Delton: Ah, porque isso aqui é muito bom, eu acho que Juiz de Fora sem isso aqui, pode ser que eu esteja enganado, eu acho que não existiria.

Rita: É mesmo?

Delton: Eu acho que não. Que a vida toda de Juiz de Fora passa aqui, (???) fazer uma praça, toda vida passa aqui, é um advogado descansando na hora do almoço, um vereador, uma dona de casa, um mendigo, um advogado (???), outros brigando, um ali estudando, entendeu?! Tem uma menina que vem aqui e senta... (diz rindo, referindo-se a mim). É tudo, não dá pra te explicar.

- - -

Guilherme: Eu vou de acordo com o amigo Tadeu; o Parque Halfeld, porque ele faz parte da vida de cada juizforano, se é assim que eu posso falar né, sejam aqueles que passaram a adolescência aqui ou aqueles que vieram depois da adolescência, como eu. Período de namoro, para quem gosta de frequentar aqui, um período de distração, um período de lazer, e por causa, sabemos, disso aí e estamos trabalhando aqui também, a atenção principalmente voltada a isso, porque é um local tão importante, nós pensamos que deveria ter um pouco mais de atenção para que isso fosse melhor (sic) preservado e para que as pessoas pudessem frequentar melhor aqui.

Observa-se nas falas a valorização do Parque Halfeld como lugar de usos variados – namoro, lazer, trabalho de ambos – e a preocupação, quanto a conservação e preservação. Além disso, vincula-se a existência do Parque à identidade da cidade; aquilo que a caracteriza e, portanto, é um lugar que não deveria acabar, sob o risco de perda da cidade em si. Rüsen destaca a função do saber histórico para orientação da vida humana. *“Isso se dá quando, em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente.”* (RÜSEN, 2007: 87). Sob essa orientação, o sujeito apresenta racionalidade e sensibilidade (GALZERANI, 2010) para agir com relação ao patrimônio da cidade. Ou seja, a constatação da necessidade de se preservar o Parque Halfeld está presente nas falas acima por conta de uma experiência desses sujeitos com o lugar. Quando Delton e Guilherme afirmam que o Parque Halfeld precisa ser preservado, é através de uma racionalidade, com argumentos claros, tais como a democratização de usos do lugar – *“toda vida passa aqui, é um advogado descansando na hora do almoço, um vereador, uma dona de casa, um mendigo...”*. Está presente, ainda, uma boa dose de sensibilidade, ao detectar que a importância do Parque é cotidiana, fazendo parte do morador de Juiz de Fora. E consideram, portanto, um patrimônio digno de ser preservado.

Cenário de tantas histórias, a quem pertenceria o Parque Halfeld? A essa pergunta, três entrevistados responderam “ao povo”, dois “aos cidadãos” e dois “à prefeitura/ao prefeito”. A priori, as expressões *povo* e *cidadãos* seriam vistas como sinônimos. Sendo *povo* o conjunto de indivíduos que falam a mesma língua e tem uma história e tradições comuns e *cidadãos* aqueles que desfrutam de direitos civis e políticos do Estado (FERREIRA, 1993), ao observarmos a origem das respostas, temos concepções diferentes de pertencimento do patrimônio cultural. Tadeu e Guilherme, os Policiais Militares, responderam que *“o Parque é de cada cidadão. Isso aqui pertence a cada um dos cidadãos”* e que todos devem fazer a sua parte e cuidar para que o Parque seja um lugar seguro. Com essa afirmação, percebe-se que a preocupação com a preservação está intrinsecamente ligada à profissão de ambos, e, mesmo Tadeu expondo sua relação com o Parque desde criança, a relação de pertencimento pessoal fica de fora, e o que predomina é o discurso público de proteção ao patrimônio. No entanto, Delton, Sr. Ciril e Sr. César se

posicionam claramente, afirmando que é o lugar do povo em Juiz de Fora. O que os diferencia dos Policiais Militares é a relação de pertencimento com o Parque e, além disso, os laços de agregação presentes no convívio cotidiano. A fala de Paulo Sérgio merece destaque:

Rita: Agora, deixa eu te perguntar, de quem é o Parque Halfeld? Quem é o dono daqui?

Paulo: Todos nós.

Rita: Todo mundo?

Paulo: Isso. Você, ele, ele, ele, e vai embora.

Rita: Você também!

Paulo: Eu não sou não. Eu sou apenas um visitante do Parque.

Rita: Ué, mas todo mundo é dono e você que mora aqui não é dono? Eu não estou entendendo...

Paulo: Não, eu não sou dono de nada, eu quero explicar que eu não sou dono disso aqui. [disse, enfático].

Rita: Não, eu estou perguntando quem, é aí você falou todo mundo, mas você não se incluiu no todo mundo, eu quero saber o porquê.

(...)

Paulo: Dono somos todos nós.

Rita: Todo mundo que frequenta ou todo mundo que mora em Juiz de Fora?

Paulo: Exatamente, todo mundo que frequenta.

Rita: Tem um cara que mora lá em Barbacena, ele é dono do Parque Halfeld?

Paulo: Com certeza. Exato.

Curioso como o único morador do Parque não se considera dono do lugar. Talvez porque não se sinta no direito de possuir; talvez por simplesmente não desejar ter nada seu... No entanto, ele amplia o sentido de pertencimento ao incluir pessoas que não são moradoras de Juiz de Fora, mas que, ainda assim, frequentam o Parque. Seria, assim, uma concepção ampliada de patrimônio, que compreende o bem cultural como passível de ser consumido por todos os que desejarem participar de suas práticas cotidianas.

Com o objetivo de compreender a percepção espaço-temporal do Parque Halfeld em proporções coletivas, foram feitas uma série de perguntas para que o entrevistado pudesse refletir sobre as diferentes camadas de tempo sobrepostas no

Parque e de que maneira, através da observação e da experiência, pode-se perceber as mudanças históricas no espaço urbano. Quando questionados sobre há quanto tempo o Parque Halfeld existe, a maioria dos entrevistados reagiu de forma receosa, talvez porque fosse a pergunta que mais transparecesse um caráter didático, e, apesar de sempre enfatizar que meu objetivo não era verificar erros ou acertos, tive que insistir para que pelo menos arriscassem alguma hipótese.

O único que se recusou a dizer uma data precisa foi Paulo Sérgio. Como resposta dos demais entrevistados, temos:

Dona Ondina: O Parque Halfeld, foi a doutora Elza Halfeld, ela faleceu em abril, foi o pai dela que doou. Eu vou te contar. Olha, eu vim pra cá em 1945, já tinha o Parque Halfeld, eu brincava aqui. (...)

Rita: E a senhora acha que antes de 1945 o Parque Halfeld já existia?

Dona Ondina: Ah, já. Era uma praça né, era uma praça, eu acho, era uma coisa assim.

- - -

Pepê: Que eu sei das histórias e tudo, o Parque Halfeld tem mais de 80 anos, bem mais. Que foi os "Halfelds" (sic) né, que era uma propriedade, acho que eles doaram pro município, e, dizem, uns falam que aqui morou gente de uma família importante, essa parte da história eu não sei. Mas eu sei que o Parque Halfeld tem mais de 80 anos, eu creio que tem.

- - -

Ciril: Bem, eu com 60 (anos de idade), já existia; eu imagino que isso aí deve ter uns 80 anos, por aí, ou mais.

- - -

Ronaldo: Quando eu era... Eu conheço o Parque Halfeld já tem 60 anos quase, 60 anos eu conheço. Ele deve existir há uns 80, 100 anos, eu acredito.

- - -

César: Vamos dizer uns 60 anos, por aí. Eu estou chutando, pode ser mais.

- - -

Delton: Ah, eu acho que há mais de 100 anos.

- - -

Guilherme: Muito antes de Juiz de Fora existir, talvez em 1850, na época que isso aqui pertencia à família Halfeld, me parece que foi uma doação da família Halfeld para o município, isso aqui algumas fotos também retratam que o Parque Halfeld já existia muito antes de existir a Rio Branco (Avenida Barão do Rio Branco), de existir ônibus, era época de bonde ainda. Então aproximadamente aí uns 160 anos talvez.

Rita: Então você acha que o Parque existia antes da fundação da cidade?

Guilherme: Sim, sim, porque era habitual dos frequentadores de época terem praças para serem seus pontos de encontro, para ser os pontos de namoro. Isso aí em toda sociedade existiam as praças como referência para você encontrar alguém, para você namorar, pra você conversar. Hoje em dia aqui existe a prática de jogos ainda, que é remanescente dessa época do passado, o pessoal ainda consegue fazer. Então isso aqui pra mim, na minha opinião, existe muito antes de Juiz de Fora ser conhecida como Juiz de Fora.

- - -

Tadeu: Olha, eu vou discordar um pouco aqui do meu amigo, eu acredito que o Parque Halfeld deve ter um torno de uns 130 anos.

Rita: Então você acha que foi posterior à fundação da cidade?

Tadeu: Com certeza (...). E como a cidade de Juiz de Fora, ela começou lá pro lado da Avenida Sete [Avenida Sete de Setembro, zona leste], lá pro lado “debaixo” de Juiz de Fora, então o início da cidade é lá. Então ela se estendeu pra cá posteriormente. E a cidade se estendeu pra cá depois também da criação da Avenida Rio Branco, e a Avenida Rio Branco foi construída pelo engenheiro Halfeld. Então, se o parque tem o nome de Halfeld e a cidade nasceu do outro lado, o Parque Halfeld é posterior ao nascimento da cidade. Então deve ter aproximadamente uns 130 anos.

Pode-se observar que todos os entrevistados baseiam-se em suas vidas e orientam-se por experiências pessoais para traçar hipóteses sobre a provável data de fundação do Parque Halfeld. O movimento de busca por informações que já possuem para responder à minha pergunta é principal ponto de análise nesta Dissertação de Mestrado. Esse esforço para responder pode ser interpretado como a formação de uma competência indispensável para se compreender o conhecimento histórico: eu preciso me localizar no presente, me remeter ao meu passado e, em seguida, pensar num passado mais longínquo e remoto, que possa dizer respeito a outras pessoas. Consiste, pois, num processo de *formação histórica*, na concepção de Rüsen, no qual se encontram,

além dos processos de aprendizagem específicos da ciência da história, todos os demais que servem à orientação da vida prática mediante consciência histórica, e nos quais o ensino da história (no sentido mais amplo do termo: como exposição de saber histórico com o objetivo de influenciar terceiros) desempenha algum papel. (RÜSEN, 2001: 48).

O autor ainda acrescenta que a constituição dessa competência advém de situações genéricas e elementares da vida prática e, poderíamos dizer, cotidiana. São essas atitudes corriqueiras que devem ser analisadas quando se propõe estudar a História cientificamente.

A resposta que mostra mais claramente como se deu a formação de uma linha de raciocínio é a de Tadeu. Ele se utiliza de outros conhecimentos além da experiência vivida – diz que já leu alguns livros sobre a história de Juiz de Fora – mas sua conclusão só é possível por conta de seus trânsitos na cidade – o fato de localizar a Avenida Sete de Setembro em uma região e o Parque Halfeld em outra. Com isso, podemos perceber que ele faz uso de várias informações, cotidianas e do conhecimento oficial, para chegar à sua conclusão.

Outro conceito relevante para essa discussão é o de *consciência histórica*. Cunhada por Rüsen, o autor a define como sendo “*a constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática*” (RÜSEN, 2007: 104) e, além disso, sua especificidade “*repousa no fato de que a perspectiva temporal – na qual o passado está relacionado com o presente e através do presente com o futuro – é desenhada de modo mais elaborado e complexo.*” (RÜSEN, 2009: 168). *Consciência histórica* seria, portanto, a capacidade de construção do pensamento histórico na interseção entre a vida pessoal e a experiência coletiva no cotidiano. O ponto de partida da aproximação da história “objetiva”, segundo Rüsen, são as histórias que integram a própria realidade social do sujeito, que, por sua vez, precisa “assenhorar-se de si” a partir da História. Ao refletirem se o Parque Halfeld seria na época de sua fundação igual ou diferente do que é hoje, predominantemente as respostas apresentaram a ideia de um passado mais calmo, tranquilo, sossegado, tendo sempre como parâmetro de comparação a experiência com o presente:

Pepê: Então naquela época não tinha tanta coisa como tem hoje. Então o pessoal vinha para a praça final de semana, trazia os filhos,

e sempre as mães que traziam os filhos, aquelas roupinhas de bonequinha... [risos]

Rita: Parece que é boneca andante, né?

Pepê: E os meninos de marinho, né? Na minha casa tem fotos de parentes que foi tirada aqui, em 1930 e poucos.

- - -

Rita: Então, o senhor acha na época mais ou menos em que o Parque Halfeld surgiu, as pessoas frequentavam aqui da mesma forma que frequentam hoje ou frequentavam de forma diferente?

Sr. Ciril: Não, frequentavam de forma diferente. Eram mais reservados, havia mais respeito; hoje aqui falta isso tudo, aberrações, drogas, não existia drogas igual corre hoje solto, esse crack aí matando todo mundo, a juventude toda na mão dessa droga; aqui mesmo tem vários casos que a gente observa.

Nesse sentido, as respostas levam a crer que, no passado, tudo era melhor. Em contraposição, e mais uma vez fazendo a interseção entre a disciplina histórica e as experiências pessoais, Tadeu apresenta um passado não tão bonito assim:

Rita: E aí, você acha que nessa época então de fundação, vamos colocar 130 anos atrás aproximadamente, o Parque era frequentado da mesma forma que é hoje ou não?

Tadeu: Pelo que eu já li, o parque era frequentado para o lazer, ele também servia, serviu também de palco para articulações políticas; naquela época eu vou falar que, pelo o que eu já li, as pessoas que mais aproveitavam aqui, infelizmente aquela época era, estávamos entrando ainda no fim da escravidão, mas ainda existia escravidão, por fotos que eu já vi em livros, as madames vinham passear no Parque Halfeld e os seus escravos vinham fazendo a sombra com as sombrinhas.

Rita: Você já viu fotos mais ou menos com essas imagens?

Tadeu: Vi fotos com essas imagens, ou seja, a senhora no caso passeando juntamente com as suas escravas fazendo a sombra com a sombrinha. Igual eu te falei, para nós que somos da raça negra não era local de lazer, era somente para os brancos, que era um local de lazer, a articulação política também era entre eles, porque o negro não tinha direito nem a liberdade, quanto menos participar das articulações políticas. (...).

Rita: Então você acha que a forma... Você e seus familiares são negros? Todos são negros?

Tadeu: Somos.

Rita: Então você acha que a forma que vocês frequentaram quando eram crianças não era possível na época da fundação do Parque Halfeld? Eu posso dizer isso?

Tadeu: Com certeza não. Talvez nem pudéssemos frequentar, somente a trabalho, trabalho escravo.

Nesse caso, ele reúne, para a reflexão, a história oficial, presente nos livros didáticos, imagens do período – talvez século XVIII ou XIX – e se posiciona diante dos acontecimentos do passado coletivo – memória da escravidão no Brasil, escravidão em Juiz de Fora – baseado em suas relações com o Parque Halfeld – passeios feitos com a família negra nos tempos de criança.

O sexto e último bloco de perguntas tinha como objetivo compreender de que maneira o Parque Halfeld é percebido em seus aspectos patrimoniais. Na primeira pergunta, era proposta uma situação hipotética de demolição de todo o Parque para a construção de um estacionamento. As expressões de surpresa eram evidentes em todas as entrevistas.

Pepê: Nossa, uma apunhalada no coração. Seria uma das maiores decepções de quem foi o autor dessa criminalidade, que pra mim seria um crime, a história, né? Eu vou falar assim, hoje o Parque Halfeld tem mais história do que a sua própria história, vamos dizer assim.

Rita: Você diria que ele tem várias histórias dentro da história dele? É isso?

Pepê: É. Porque o Parque Halfeld, (???) desde o começo, tem as várias faces, como se diz, eles fizeram maquiagem nele. Eu falo que é, eles fizeram plástica, pra tentar fazer ficar mais bonito. Mas se você for olhar as fotos antigas dele, ele era mais bonito antigamente do que hoje.

- - -

Sr. Ciril: Eu jamais poderia admitir, igual você diz, uma situação hipotética nesse ponto. Se alguém chegar ao ponto de pensar, de fazer isso, quem tiver na frente da cabeça, está visando simplesmente o dinheiro, a situação comercial, financeira. E aqui na cidade eu tenho certeza de que, se não a população inteira, mas 99,9% estaria contra e haveria até um, tipo assim, um enfrentamento muito forte, isso jamais poderá acontecer na cidade de Juiz de Fora.

- - -

Rita: E o que o senhor ia sentir assim? Vamos supor que um dia o senhor vem do Grajaú, desce ali do ônibus, olha e não existe mais, o que o senhor ia sentir?

Ronaldo: Uma tristeza grande, uma tristeza enorme, que eu já estou acostumado. Que a gente joga dama, tem a turma de mais ou menos umas trinta pessoas, conhecidas, que a gente vem, senta na mesa, conversa. Então se acabar é muito ruim.

- - -

Rita: Vamos supor que um dia o senhor vem trabalhar aqui, quando o senhor olha assim, acabou o Parque Halfeld tudo, cimentou e virou um estacionamento. O que o senhor ia sentir?

César: Nossa Senhora! Mas você acha que tem possibilidade de acontecer isso?

Rita: Não. É só faz de conta! (risos).

César: Ah, eu ia ficar triste, porque ia acabar essa festa. Isso aqui é uma festa direto, né?

Rita: Então o senhor ia ficar triste?

César: Ia ficar aborrecido, acabou o lugar que eu trabalhei tantos anos. Nessa época vamos dizer que eu já trabalhei trinta anos né. Eu não ia ficar alegre não. Nem um estacionamento, chegar aqui e achar um estacionamento.

- - -

Delton: Ah, eu vou ser sincero, eu acho que eu ia sentir uma tristeza muito grande, abaixar a cabeça e voltar e não ia passar aqui em frente nunca mais.

Rita: Você não ia querer nem frequentar o estacionamento?

Delton: De jeito nenhum.

Rita: Ou qualquer outra coisa que existisse. Eu falo estacionamento, mas pode não existir nada, simplesmente cimentar tudo.

Delton: Eu acho que eu não passaria aqui nunca mais, não queria ouvir falar mais... (pausa) Aí eu nem passaria perto, você pode ter certeza disso.

Rita: Você ia voltar pra Bicas e?

Delton: De preferência pra mais longe ainda, que aí a gente não ia ficar sabendo, "poxa, fizeram um estacionamento no Parque Halfeld"...

- - -

Paulo: Eu fico bolado!

Rita: Você não ia gostar não?

Paulo: Nem um pouquinho.

Rita: Você ia ficar triste?

Paulo: Com certeza.

Rita: E onde você ia morar?

Paulo: Ah, no estacionamento.

- - -

Tadeu: Com certeza eu ia ficar muito triste, eu não sei, para mim ia acabar, ia perder a graça do centro de Juiz de Fora. Para mim, se acabar o Parque Halfeld, eu não tenho nem palavras para descrever, por causa da infância que eu tive aqui, tive muitos momentos bons, tive momentos bons também na minha adolescência, hoje também trabalhando na Polícia Militar, nós temos a nossa responsabilidade,

nós temos o nosso trabalho, que tem que ser desenvolvido, mas também nós temos momentos agradáveis aqui no Parque Halfeld, sejam eles no momento de trabalho, seja eles no momento de lazer, porque igual nós já falamos, trabalhando, você atendendo as ocorrências, você acaba fazendo amizade com o cidadão, você acaba fazendo amizade com os políticos, com os advogados, juízes, promotores, igual também nós já fizemos amizade aqui, também com os policiais que trabalham junto conosco, que atendem ocorrências, e que você leva essa amizade para fora do Parque Halfeld, você acaba levando essas amizades para, um momento particular né. Então com certeza eu ficaria muito chateado (...).

- - -

Guilherme: Com certeza isso aí não iria acontecer, nem vou imaginar porque é um patrimônio tombado, histórico, não tem possibilidade nenhuma disso acontecer, mas se fosse, uma cena de filme, alguma coisa.

Rita: Uma cena de filme?

Guilherme: O primeiro passo a ser tomado seria estar passando a informação direto pra nossa central para que nosso comando pudesse estar tomando as devidas providências, certo?

Surpresa, tristeza, indignação são alguns dos sentimentos presentes nas falas dos entrevistados. Além de suas reações individuais, alguns dizem sobre a reação de outras pessoas – Sr. Ciril afirma que 99,9% da população estaria contra a destruição do Parque –, sobre o contato com autoridades responsáveis, para que o ato sofresse sanções; outros, ainda, se posicionam com tamanha tristeza que dizem que desejariam nunca mais saber notícias do tal estacionamento. No entanto, um elemento em comum é que a projeção de uma situação futura, mesmo que hipotética, faz parte de uma reflexão sobre a situação presente, e essa projeção está estreitamente ligada ao que fora vivido no passado, na medida em que o que provoca a indignação e o sentimento de desejar que o Parque Halfeld não seja destruído está nos laços constituídos com o lugar no decorrer do tempo.

Portanto, as respostas dadas nos permitem pensar sobre o início de um processo de constituição de consciência histórica, que se finalizaria na aprendizagem histórica escolar, dentro do que é proposto por Rüsen. O objetivo da pesquisa não foi analisar os processos escolares, mesmo assim, acredito que a avaliação desse princípio de formação mental é importante para este trabalho. Segundo o autor, o processo mental da consciência histórica envolve sentidos de significar presente, passado e futuro, e envolve, basicamente, quatro etapas (Rüsen,

2009: 168-169), das quais apenas as duas primeiras serão utilizadas, para se pensar como o sujeito-narrador reflete sobre sua própria experiência e valorização do passado. A primeira etapa consiste na percepção de um “outro tempo” como diferente, e produz uma fascinação por aquilo que já passou. Essa primeira etapa é claramente observada quando se pergunta sobre como era a vida no Parque Halfeld à época de sua fundação. A segunda envolve interpretar esse tempo passado como um movimento temporal com alguns aspectos de permanência – o Parque usado desde sempre como local de encontro, lazer, discussões políticas, dados que também aparecem como respostas, e permitem perceber como os *praticantes ordinários* se localizam no presente e percebem outros que ali viveram, em épocas diferentes e de maneiras distintas.

Dessa maneira, retomo o título desse trabalho e a metáfora utilizada por Pesavento (2007). A autora afirma que a cidade é um grande palimpsesto, com suas sobreposições de camadas de tempo. Ao afirmar que o Parque Halfeld passou por diversas modificações e possui “várias faces”, Pepê nos mostra essa percepção de que o lugar, a cidade, é a junção entre presente e passados, mesclando permanências e mudanças. Para Fonseca, as práticas de tombamento, ao mesmo tempo que contribuíram para a preservação de várias edificações e obras de arte, *“terminou por associá-la às ideias de conservação e imutabilidade, contrapondo-a, portanto, à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo.”* (FONSECA, 2009: 66). Assim, reafirmo que considero importante ações de preservação patrimonial, desde que não torne o bem algo congelado, sem vida. E, mais ainda, uma política preservacionista que considere não só o objeto, mas as diferentes apreensões e sentidos que representam dentro de uma cidade.

Sentidos de Educação Patrimonial a partir de narrativas urbanas

No capítulo 1 foram apresentados alguns apontamentos acerca de como se pensar em propostas de Educação Patrimonial, nas quais a ação educativa partiria da visão dos sujeitos envolvidos com o bem cultural, sobre como e o que preservar, e não a partir de ações pré-concebidas, tendo o patrimônio em si como único

protagonista. Seguindo os parâmetros propostos pelo IPHAN, que define *sítio histórico urbano* (SHU) como “*espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações*” (IPHAN, 1995), podemos analisar o Parque Halfeld como tal, posto que abriga não só edificações, mas também outros elementos. Com o foco voltado para o sujeito e suas narrativas acerca do lugar, foi feita uma pergunta sobre se, no caso de uma grande reforma no Parque, o entrevistado pudesse guardar alguma coisa para que não acabasse, o que seria escolhido. O objetivo aqui era provocar o sujeito a refletir sobre preservação do bem cultural, de modo total ou parcial. Grande parte das respostas continha uma permissão para que todas as reformas que visassem melhorias fossem feitas, mesmo quando resguardavam algum item específico. Muitos deles apresentaram críticas sobre estruturas atuais, tais como as pérgulas (utilizadas por vendedores de artesanato), o banheiro (por ser subterrâneo) e o parquinho para as crianças.

Rita: (...) Se nessa reforma que eu falei, de mudar as coisas, vamos supor que eles mudassem tudo, a senhora ia querer guardar alguma coisa? Qualquer coisa, pode ser pequena, grande, dentro do Parque Halfeld todo.

Ondina: Não. Queria não. Sempre quando eles mudam, eles mudam pra melhor.

- - -

Rita: Qualquer coisa dentro do Parque, que a gente está pensando na situação, vai revitalizar, vai tirar tudo, vai fazer tudo de novo. O que desse tudo aqui de hoje você guardaria para não destruir, se você tivesse o poder?

Pepê: Ah, só o carramanchão, que eu sei que nunca vai ser mexido, que esse que foi tombado ninguém pode fazer nada.

- - -

Ronaldo: Já houve uma reforma, esses bancos [refere-se aos bancos de cimento na região das mesas de jogos] que nós estamos sentando, por exemplo, foram feitos depois. Mas tudo que mexe é muito difícil, mas os bancos ficaram bons e eu acho que do jeito que está, está bom. (...). Não, isso aqui não pode mexer, esse quiosque, a passarela, aquilo ali não tem jeito.

Rita: Agora deixa eu te perguntar, se você tivesse o poder de conservar alguma coisa aqui dentro do Parque Halfeld, para não acabar, a prefeitura chegou para você e falou assim “Paulo Sérgio, você vai poder guardar uma coisa aqui dentro”, o que você guardaria?

Paulo: O Jardim.

Rita: A natureza? Você gosta?

Paulo: Eu, se fosse por mim, eu mandava, eu, eu, eu falo eu, igual eu falei de novo quando falaram assim: “faz uma entrevista”, mandava... Eu mandava fechar, colocar, nem que seja assim, um metro, ou meio metro de altura em volta de todo jardim.

Rita: Se dentro dessa revitalização, que eu estou chamando, você pudesse escolher algum ponto pra continuar igualzinho, você não quer mudar nada, você não quer que toca, eu te dou esse poder mágico pra você guardar algum ponto aqui dentro, qualquer ponto dentro do Parque Halfeld, o que você escolheria?

Guilherme: Olha, a cascata.

Rita: Ali perto do coreto?

Guilherme: Isso. Ela quando está com a manutenção em dia, quando está com a água limpa, ela é maravilhosa, é muito bonito. Então esse ponto eu não mudaria aqui dentro do Parque.

Rita: E você ficaria satisfeito se uma reforma dessa acontecesse em outros pontos, preservando a cascata?

Guilherme: Sim, sim, a única que eu salvaria é a cascata. O resto com certeza teria uma padronização para as demais infraestruturas, são as tendas [refere-se às pérgulas], onde as senhoras montam o artesanato, poderia ter uma padronização, a área de jogos, sanitários, o parque das crianças, que na minha opinião está um pouco ultrapassado, acho que ele é muito rústico e um pouco perigoso para crianças muito novas.

Rita: (...) se acontecesse essa reforma e eu te desse o poder de escolher uma coisa aqui, em qualquer ponto do parque, para você falar “isso aqui não modifica, ninguém coloca a mão”, o que você escolheria?

Tadeu: O piso. Pode modificar o resto.

Rita: O coreto, a cascata, o parquinho, tudo?

Tadeu: É. Tudo tem que ser de pedra portuguesa.

Rita: Padronização né?

Tadeu: Com certeza.

O que se observa com os trechos destacados é que, ainda que os sujeitos apresentem uma ideia de preservação do lugar, destacando alguns itens a serem conservados, e que não permitam que o Parque Halfeld seja destruído por completo – para se construir um estacionamento, por exemplo – não há, predominantemente, uma mentalidade que busque a preservação integral do patrimônio por completo. Mesmo aqueles que responderam que não gostariam que nada fosse modificado enfatizam que, se melhorias fossem necessárias, poderiam ser feitas. Assim, podemos concluir que a relação cotidiana com o patrimônio, além de permitir que se tenha uma visão mais ampliada com relação às reais necessidades deste, até para que seja “consumido” com vistas à preservação, faz com que os *praticantes ordinários* tenham sensibilidade e racionalidade (GALZERANI, 2010) para inferir sobre como e porque aquele determinado bem precisa ser preservado.

A partir disso, podemos retomar a definição cunhada nesta Dissertação de Mestrado: a de Ensino de História *com a cidade*. Certeau afirma que o patrimônio da cidade

não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, à maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e 'poetizadas'. Finalmente, o patrimônio são todas essas “artes de fazer”. (CERTEAU, 2009: 199).

Considerando, assim, o patrimônio da cidade como todas as “artes de fazer”, considero a cidade como um espaço propenso ao ensino, desde que sejam problematizadas, senão todas, mas algumas de suas várias camadas de tempo existentes, repletas de significados e que podem fazer tanto com que os sujeitos se identifiquem, como também fazendo parte daquele lugar, daquela cidade. Nas observações e nas entrevistas, surgiram muitas artes de fazer. A pipoca do Pepê, que mesmo com tanta concorrência e sendo tão simples, atrai fregueses tão fiéis. Delton e suas aulas de empreendedorismo, mostrando de que forma ele conquistou uma sócia e ampliou as vendas da barraca, e, ainda, conseguiu um trabalho de dar inveja a muitos outros. As peças de dama, criadas e cuidadas por Ciril, que demonstram uma mudança de usos e de hábitos em dias nos quais as discussões

sobre sustentabilidade dão o tom da hora. Dona Ondina que, comemorando seu aniversário no Parque cria uma forma de intensificação dos laços de sociabilidade presentes naquele ambiente. Encontrar essas artes de fazer “*é precisamente traçar as interligações de uma cotidianidade concreta, deixar que apareçam no espaço de uma memória.*” (CERTEAU, 2009: 31). E foi este um dos pontos de chegada da pesquisa: encontrar essas artes de fazer presentes no cotidiano e que se exprimem também na memória.

O ambiente urbano talvez seja o primeiro lócus onde o indivíduo tem contato com a perspectiva da mudança, seja ela temporal, social, econômica. Percorrer uma cidade, ainda que seja por poucos territórios, nos permite perceber diversos elementos que desvelam diferenças materiais da vida em sociedade ao longo do tempo. No entanto, a sensibilidade para que essas diferenças temporais sejam percebidas e possam funcionar como instrumento didático nas mãos do professor de História precisa ser desenvolvida, da mesma forma que as competências para aprendizagens históricas não nascem com o sujeito. E, para considerar que existem diversas maneiras para se aprender História e que a vida urbana pode ser um potente elemento didático, a cidade não pode ser vista de uma única maneira pela escola. Nos PCNs do Ensino Fundamental nas disciplinas de História e Geografia, o tema do urbano é tratado a partir do destaque da evolução das cidades e suas funções, e em contraposição com o rural, e tudo o que isso altera na percepção do sujeito. Assim, para os conteúdos históricos, tem-se a orientação para a

identificação de diferentes tipos de organizações urbanas, destacando suas funções e origens: cidades que nasceram com função administrativa, religiosa, comercial ou de paragem, de diferentes lugares do mundo e de épocas históricas diferentes, como Cuzco, Tenochtitlán, Machu Pichu, Atenas, Pequim, Amsterdã, Paris, Nova York, e/ou do Brasil, como Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Luís, Ouro Preto, Diamantina, Campinas, etc.; (BRASIL, 1997: 50).

Dessa forma, observa-se que o foco de análise urbana está no momento de fundação da cidade, refletindo-se apenas sobre a função para a qual a cidade foi criada, deixando de lado as diversas ressignificações de uso que sofreram no decorrer do tempo. Mais uma vez, o foco está no passado pelo passado, e sabe-se que isto faz pouco ou nenhum sentido para a criança ou um adolescente. A frase que com grande frequência nós, professores de História, ouvimos em sala de aula é: *por*

que eu devo aprender sobre coisas que já passaram e não se repetirão?. Fazer com que o aluno perceba que a aprendizagem da História está para além do acúmulo de datas, eventos e personagens exclusivamente do passado, e que o foco da educação histórica está no desenvolvimento de habilidades para que possamos ver, ler e interpretar o mundo é um exercício extremamente difícil, pois, mesmo que nunca tenham tido contato com a disciplina, já possuem consigo noções e definições aprendidas em outros espaços. E, dentro disso, quando um assunto é tratado no passado e ali permanece, não faz sentido algum para a maioria dos alunos. Ao contrário, quando tratamos um tema a partir do presente, seguindo para o passado, as percepções se alteram e os sentidos se multiplicam, e, além disso, devemos considerar que as questões postas pelo tempo presente aguçam também sentidos para o futuro. Rüsen afirma que a consciência histórica só ocorre com a consciência de futuro e, para as problematizações do tema urbano, como se poderia pensar em mudanças e permanências históricas para o futuro, seguindo a linha da pergunta sobre um possível fim do Parque Halfeld? Cabe ressaltar que, a meu ver, todos os tipos de análise já propostos não devem ser totalmente desconsiderados, mas proponho uma nova visão e a possibilidade da problematização da cidade em suas várias camadas de tempo existentes, em concordância com aquilo que é defendido por teóricos do Ensino de História.

Rüsen afirma que *“a formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido”* (RÜSEN, 2007: 104). Na cidade, como exposto nesta Dissertação, afloram inúmeras narrativas: de histórias de vida, de relação com as pessoas, com o ambiente urbano, com lugares de memória. Para a compreensão da História, faz-se necessário a aprendizagem de constituição de narrativas, que, prioritariamente, devem fazer sentido para quem as constroem. E isso é possível quando se começa das ações individuais no presente, para ações individuais no passado, para que, por fim, possa-se pensar em narrativas coletivas no passado. Assim, já percebe o estabelecimento de uma forma de se ensinar sobre cidade, como algo a ser dado ao aluno. Proponho se pensar a cidade através de outra perspectiva metodológica: a cidade é mediadora de experiências para as pessoas – as mais diferentes pessoas – e funcionando como um profícuo espaço narrativo, pois, por trás de cada sujeito, há formas múltiplas de sensibilidade e de formação de sentidos. Pensar sobre o que representa para a Educação e o Ensino

de História desvelar a dinâmica da experiência urbana e a dinâmica que se estabelece pela relação com o urbano entre **tempo**, **Memória**, **cotidiano** e **narrativas**, eixos essenciais, porque estão espontaneamente pela cidade e pautam a vida das pessoas na sua relação igualmente espontânea com processos educativos não-escolarizados. Cada sujeito, portanto, passaria a ser considerado um sujeito-narrador em potencial.

Além das perspectivas de se ensinar a história da cidade na escola, associa-se, ainda, a ideia de um patrimônio imutável que permeia as ações de Educação Patrimonial Clássica. Fonseca ressalta que as políticas de patrimônio que possuem o foco no tombamento muito contribuíram para a preservação de edificações; no entanto,

esse entendimento da prática de preservação terminou por associá-la às ideias de conservação e imutabilidade, contrapondo-a, portanto, à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo. (FONSECA, 2009: 66).

A autora propõe, ainda, que o patrimônio seja visto como uma "narrativa", adquirindo, assim, um caráter simbólico que está além da edificação construída materialmente. Os sentidos atribuídos, que acabam transformando não só o patrimônio material, como também percursos e outros lugares que estão fora das instituições privadas ou particulares, permitem que sujeitos diferentes se relacionem e percebam a cidade de maneiras distintas. Sendo assim, o ensino de uma só história da cidade, sem que o sujeito-narrador seja levado em consideração e não colocado como protagonista da ação educativa, limita as possibilidades didáticas de aprendizagem histórica, na medida em que a relação com o lugar deixa de ser experiência cotidiana e espontânea para ser algo imposto. Sobre o ato de "museificar" a cidade, Certeau diz que esse tipo de ação

subtrai a usuários o que apresenta a observadores. Depende de uma operação teatral, pedagógica e/ou científica que retira de sua utilização cotidiana (de ontem e de hoje) os objetos que oferece à curiosidade, à informação ou à análise. Faz passar esses objetos de um sistema de práticas (e de uma rede de praticantes) a um outro. (CERTEAU, 2009: 194).

Se pensarmos que nossos alunos já praticam a cidade, de formas diferentes, é fato, mas de maneira geral convivem com ambiente(s) urbano(s) desde a infância, podemos repensar nossas práticas de ensino em sala de aula, não restringindo o trabalho a propostas extracurriculares, mas no cotidiano da escola, e aproveitando esse latente instrumento de aprendizagem. Contudo, a escola nem sempre oportuniza essa prática para que as ações cotidianas na cidade façam parte também do dia a dia escolar, transformando participantes em observadores e reduzindo a cidade a uma história repleta de curiosidades de um passado distante e que, pensam os alunos, não os pertence. Dessa forma, a inserção de um elemento cotidiano, que não pode se dar, a meu ver, apenas como um aspecto isolado em determinada época do ano, mas em todos os momentos que categorias como mudança, permanência, simultaneidade e sucessão se fizerem necessárias, pode se transformar em ferramenta altamente potencial para o Ensino de História; portanto, um saber que vem de fora da escola poderá contribuir para a História curricular, dentro da escola. Pensar na materialidade histórica erigida no ambiente urbano de forma sensível, onde as edificações, ruas e monumentos não são protagonistas, mas instrumentos na mão de professores interessados em refletir a disciplina através dos saberes e experiências de seus alunos. Retomando o trecho de João Serra, utilizado como epígrafe deste capítulo, precisamos deixar de olhar a cidade dos objetos e olhar a cidade de pessoas, racionais e sensíveis, que se descortinam aos nossos olhos cotidianamente e fazem o patrimônio vivo.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, muitas histórias apareceram e se misturam a minha própria história. A forma de condução da pesquisa foi desenhada, em grande medida, por tudo aquilo que meus percursos pela cidade me proporcionaram: um olhar atento para os pequenos detalhes urbanos e, unindo essa atenção a leituras teóricas, uma orientação primorosa e uma grande vontade de poder fazer diferente, os resultados aqui tratados foram possíveis. Tomando, apenas como exemplo, meus trânsitos por Juiz de Fora, minha residência desde o ano de 2005, percorri e conheci diversos bairros de diferentes regiões da cidade, e essas experiências me permitiram desenvolver essa propensão à *mixofilia* (BAUMAN, 2009), me misturando a outros com concepções de mundo semelhantes ou não às minhas. A diferença de ser estrangeira em terras mineiras e ser sempre moradora da região central da cidade fez com que meus percursos fossem educadores, até mesmo para que eu pudesse perceber, na materialidade urbana, tudo aquilo que me contavam sobre a história de Juiz de Fora. No entanto, muitos outros habitantes que se fecham, por opção ou não, em determinadas regiões perdem a oportunidade de conhecer a cidade e, assim, não possuem o direito de saborear – recuperando, para esse verbo, sua raiz comum e, portanto, estrita ligação com a palavra *saber* –, de experienciar sua própria cidade. A segregação dos bairros, as fronteiras invisíveis de territórios proibidos de serem frequentados, e até mesmo a localização separada e conseqüentemente estigmatizada dos pontos de ônibus separam a cidade em regiões e não permitem que encontros sejam possíveis. Encontros, trocas de experiência que proporcionam aprendizagens diversas, para a História, para outras disciplinas escolares e, para além disso, processo de aprendizado para questões da vida em sociedade.

Escolhi, para iniciar este fim, um trecho da entrevista com Delton, no qual ele diz que o Parque Halfeld é um manual de instrução para a vida:

Rita: Você falou aí é como se o Parque Halfeld fosse um manual de instrução da vida?

Delton: É, com certeza. Aqui ensina demais. E não parece, mas ensina muito. E um detalhe, a gente que está sentado aqui, conforme você agora fica aqui, o dia inteiro... pessoas, isso não pode te escapar, as pessoas passam daqui pra lá. Eu não sei o que acontece, aí depois a pessoa vem tomar um café. Em cinco, seis minutos de conversa a pessoa já está se abrindo, é muito difícil não vir com problema, ou estava com vontade de conversar com alguém. Aí às vezes chega um cara sentado ali, talvez está descansando, o cara está pensando no que ele vai fazer da vida, está pensando em se suicidar, em matar. Tem cada história que eu vou te contar. (pausa por conta de um cliente). Tudo é desse jeito. Aí eu encontrei esse cara aí, aí o cara “que isso, acabei de sentar aqui no parquinho vai levar a menina no colégio aqui em cima, aí é uma mocinha já...” (pausa por conta de um cliente). “Está fazendo o cursinho para fazer o curso de Medicina, já é uma moçona”. Ele vem trazer e vem buscar todo dia. Aí, ele vindo trazer e buscar todo dia, aí um dia ele parou para tomar um café. Aí ele começou a conversar, “eu tô aí, venho trazer essa menina todo dia (???)”, “ah, porque você não passava pelo Parque Halfeld?”, ele falou assim “que isso! ah, mas aqui só dá vagabundo...”. Eu falei “não, o senhor está errado. **É aí que está a diferença: você quer ver uma coisa, que aqui só tem vagabundo.** Aí é que a coisa é diferente”. “Como assim?”, aí eu falei: “deixa eu mostrar pro senhor”, comecei a apontar, “ali tem pessoas de bem. Ali tem advogado, ali tem médico, mendigo...”, (pausa por conta de um cliente). Entendeu? Você está tirando uma coisa pelo que falam, pela propaganda. Agora, na verdade não é nada disso não, tem uns “pela-saco”, uma turma meio “coisa”, mas... (pausa).

Rita: Mas todo lugar tem, né?!

Delton: Todo lugar tem isso. Sem esse povo esse lugar aqui também fica ruim. **Se não tivesse essa galera da “zuada” isso aqui seria um cemitério hoje.**

Rita: Parece que sem essas pessoas o Parque Halfeld seria outra coisa?

Delton: Eu estou pra te dizer, não é só o Parque Halfeld não, é geral, qualquer lugar...

Esse belíssimo depoimento nos coloca diante de um verdadeiro desafio: como problematizar, didaticamente, as relações cotidianas do sujeito com a cidade, questionando antigas práticas para que se resignifiquem a partir de um novo olhar sobre que nos parece familiar. Delton narra como conseguiu convencer esse senhor, que atualmente é cliente fiel do café da barraca, de que ele não precisava ter medo das pessoas que frequentam o Parque Halfeld. Quando diz que aquele senhor tinha apenas *uma* visão do Parque, que só queria ver *uma* coisa, nos debruçamos em

uma perspectiva unilateral que se fecha a outras possibilidades de escutas, encontros, aprendizagens. Por medo do desconhecido e baseado em concepções prévias, esse senhor experimentou o perigo que há em uma história única, e nós, professores, se não nos mantivermos atentos, podemos cometer no mesmo erro. No começo deste trabalho, descrevo minha inquietação inicial de pesquisa como sendo buscar os motivos para que os jovens não desenvolvessem uma relação de pertencimento com a história da cidade onde vivem. Essa pergunta poderia ser respondida hoje, a partir dessa pesquisa: enquanto o patrimônio considerado digno de ser preservado for escolhido por uma minoria, não só os jovens, mas muitos dos habitantes não se identificarão com aquele bem cultural. Os projetos atuais de Educação Patrimonial, em sua maioria, privilegiam apenas *uma* história, *uma* camada de tempo, e, assim, congelam o patrimônio em uma determinada época, em um determinado tempo, para um determinado grupo. Com isso, acaba por criar espaços vedados, citado por Bauman no livro *Confiança e Medo na Cidade*:

Existe portanto nas cidades essa dupla pressão e a tendência a construir muros. Já falei de fronteiras, de demarcar fronteiras, de criar áreas seguras dentro da cidade, áreas distantes daquelas em que “não se deve ir”, para as quais Steven Flusty (...) cunhou um termo muito feliz: “espaços vedados”. Vedados porque desencorajam as pessoas a ficar por perto ou impedem sua entrada. (BAUMAN, 2009: 84).

Bauman se utiliza dessa categoria para dizer sobre os espaços da cidade não percorridos, e no trecho da fala de Delton temos um exemplo disso; contudo, aproprio-me do termo para que se possa pensar também em áreas de preservação patrimonial que se tornam espaços vedados, que exclui e cria a sensação de que, naquele lugar, apenas algumas pessoas são bem-vindas. Com isso, como fazer para que políticas públicas de preservação, que são necessárias, sejam executadas de maneira a integrar o patrimônio à vida daqueles que o fazem ter a importância histórica que tem em uma cidade, e tornam o patrimônio vivo? Quando Delton diz que aquele senhor só via o que queria no Parque Halfeld, nos dá uma pista fundamental no que diz respeito ao tratamento necessário que se faça com relação ao patrimônio material: a mudança de olhar muda o tratamento e proporciona uma nova possibilidade metodológica para a Educação Patrimonial. Uma “arte de fazer” que priorize as relações do sujeito com o patrimônio, e que não tenha o bem cultural

como protagonista, tão pouco as histórias de vida por elas mesmas, mas justamente a interseção entre os *praticantes ordinários* com o patrimônio, suas impressões e percepções a partir das camadas temporais que se apresentam na cidade. Ao mesmo tempo, temos que considerar que encontros que vão acontecendo pela cidade, como esse, permitem permeabilidades educativas, com a mudança de concepção sobre uma rua, ou um bairro, ou um lugar. O compartilhamento de experiências, através de narrativas, aliado à experiência pessoal com o lugar permite a ampliação de visão e a mudança de perspectiva de determinado lugar. No espaço escolar, a cidade é também um grande dispositivo educativo, na medida em que potencializa o desenvolvimento de categorias necessárias para a compreensão da História: a **permanência** de edificações de outros tempos que não o presente; a **mudança**, com novas construções ou novos usos para prédios usados para outras finalidades; a **simultaneidade**, na junção de tempos passado, presente e com perspectivas para o futuro; a **sequência**, problematizando quais seriam as primeiras construções e quais viriam depois; a **transformação**, para que o aluno possa compreender quais elementos do presente podem não ter existido no passado.

Além disso, as diferentes camadas de tempo existentes em uma cidade, e manifestas material e imaterialmente, constituem um manancial constante para a educação escolar. Nesse sentido, mais uma vez afirmo a necessidade da problematização dessas diversas camadas de tempo e, para isso, ações nas quais apenas um tempo é destacado no patrimônio se tornam pequenas diante da imensidão de possibilidades existentes.

Assim, destaco novamente que o processo educacional deverá partir do sujeito em direção ao patrimônio, e não em sentido contrário, fazendo com que os diferentes fios de pertencimento – e, por que não, os laços de esquecimento e ressentimento – que permitem que o sujeito se identifique com o patrimônio, que saiba que também faz parte daquele *lugar de memória* (NORA, 1993) da cidade. Na escolha de cada entrevistado, na observação atenta de cada palavra ouvida, por pessoas envolvidas na pesquisa ou não, procurei perceber pistas, vestígios de todas as sensações provocadas por um patrimônio material, repleto de histórias e amplamente presente na vida da população de Juiz de Fora. Foi baseada nesses pressupostos de ausculta, estranhamento daquilo que é familiar (CERTEAU, 1994) e

na disposição para conhecer e entender outras pessoas, com visões diferentes das minhas em relação ao patrimônio instituído que esta Dissertação de Mestrado se deu.

* * *

Ao final de uma pesquisa, temos a resposta a várias de nossas perguntas. No entanto, na constante experiência contida em saborear o saber, quando algumas questões são solucionadas, outras aparecem. Talvez por isso seja tão difícil colocar um ponto final em uma Dissertação de Mestrado. Guardar todas as anotações para um outro momento, reorganizar os livros na estante, não jogar fora nem um papelzinho, nem uma pequena anotação em tom de devaneio e, ao mesmo tempo, desejar colocar tudo escrito aqui. Descobri que não é possível nem escrever sobre tudo e todos ao mesmo tempo, tão pouco deixar de ter inquietações e angústias. Para o final desta escrita, deixo minhas reflexões surgidas em um ônibus urbano, que percorre boa parte de Juiz de Fora – tempo gasto é suficiente para que muitas perguntas aflorem. Esta nova angústia inclina-se mais diretamente a questionar políticas públicas de preservação do patrimônio material. Sabe-se que o IPHAN apresenta, há algum tempo, a categoria de patrimônio imaterial, que

é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.²⁰

Diferentemente do bem material, a política de preservação do patrimônio imaterial se dá através de um registro, e as constantes atualizações são aprovadas e aceitas. Me questiono, pois, se para o patrimônio material, visto como um signo (BAKHTIN, 1988) e, portanto, com suas dimensões material e simbólica, a legislação não poderia tomar um pouco daquilo que está para o bem imaterial, permitindo e viabilizando não só constantes atualizações como também deixando de procurar uma originalidade distante e fazendo, no presente, as “correções” necessárias para

²⁰ Disponível no Portal do IPHAN: <<http://portal.iphan.gov>>. Acesso em 05 abr 2011.

que o patrimônio volte a ser o que era. Assim, proponho uma reflexão na qual as diversas camadas de tempo existentes e as diferentes percepções possíveis de um mesmo bem cultural possam funcionar para que ele seja um patrimônio vivo, protegido de um fim completo.

Por fim, um recomeço. Agora, efetivamente como professora, percebo como a sala de aula ampliou minha visão e me fez perceber novos elementos dentro das propostas desta Dissertação de Mestrado. As percepções e as constantes perguntas de duas turmas de 6º ano de uma instituição privada localizada no Centro de Juiz de Fora, unidas aos meus contatos com alunos da Rede Municipal, em um programa de Educação de Jovens e Adultos em diferentes bairros (em sua maioria periféricos) e com alunos do 8º ano de um bairro humilde da cidade me fazem refletir sobre o Ensino de História *com a cidade*, agora no espaço escolar. Ter alunos com perfis tão diferentes, e escolas com propostas didáticas também distintas, me desafiam e me inquietam. Ao final da escrita dessa Dissertação, me localizo em um outro lugar: o lugar de professora, efetivamente, e não apenas pesquisadora. Acredito que aprendi muito na academia, mas aprendo a cada dia com todos os alunos. A constituição de uma identidade docente e a mudança de postura gerada por isso só me fizeram confirmar minhas perspectivas de ser possível a utilização da cidade como dispositivo didático, e enriquecer ainda mais a finalização desse trabalho. Agora, como professora, recebo todos os dias uma infinidade de fios que me guiam e orientam pelos labirintos da Educação, proporcionando novas experiências, novos sons, cores, olhares e vozes. E, assim, buscarei em novos olhares, novas formas de ensinar e de aprender Histórias.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rita de Cássia M. de. *As crianças e a cidade: laços, nós e fios narrativos*. Monografia de Conclusão do Curso de História. UFJF, 2008.
- ALDEROQUI, Silvia. **Enseñar a pensar la ciudad**. In: ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei (orgs.). *Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas, v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989a.
- BENJAMIN, Walter.----- . *Infância em Berlim por volta de 1900*. Obras Escolhidas, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1989b.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter.----- . *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BLANCO, Jorge; GUREVICH, Raquel. **Una Geografía de las ciudades contemporáneas: nuevas relaciones entre actores y territorios**. In: ALDEROQUI, Silvia; PENCHANSKY, Pompei (orgs.). *Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BLANCK, G.; SILVESTRI, A. *Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CASTRO, Lucia Rabello de et al. **A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro**. *Psicol. estud.* [online], vol.11, n.2, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio (orgs.) *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *A cidade como espaço de aprendizagem da história: em foco um projeto de educação patrimonial*. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOLOBOVANTE, Maria da Conceição; PEIXOTO, Elane. *Comunicação e espaço urbano: entrevista com o antropólogo francês Marc Augé*. In: **E-compós**: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v. 11, n.1, jan./abr., 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Os museus e a cidade*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

KNAUSS, Paulo. *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

KNAUSS, Paulo. *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MEIRIEU, Philippe. *Apprendre de la ville: à l'intersection de l'espace et du temps*. In: **Rencontre nationale des classes de ville**. Paris, le 30 mai 2001.

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 1990.

MIRANDA, Sonia Regina.----- *HISTÓRIA E HISTÓRIAS NO PRESENTE: Configurações do saber histórico escolar em um currículo em mudança*. Relatório de pesquisa apresentado à FAPEMIG como conclusão do projeto SHA 1836/06. Juiz de Fora, 2009.

MIRANDA, Sonia Regina. *Olhares sobre a cidade, atravessados pelo tempo: o urbano em seus subterrâneos educativos*. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro

Paixão (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MIRANDA, Sonia Regina.----- . *Sob o signo da memória: conhecimento histórico dos professores das séries iniciais*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2004.

MUSSE, Christina Ferraz. *A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940)*. Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – Juiz de Fora – MG, 2007.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, Cultura e Imaginário Urbano: exercício de memória sobre os anos 60-70 em Juiz de Fora*. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2008.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, dez. 1993, nº 10.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. *O Tempo, a Criança e o Ensino de História*. In: ZAMBONI, Ernesta (org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: **Dossiês: Cidades**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV vol. 8, n. 16, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. (2004), *Plano Estratégico Setorial do Turismo*. Juiz de Fora.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. **Revista História da Historiografia**. n. 02, mar 2009.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANT'ANNA, Marcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v.26, n.91, maio/ago. 2005.

SERRA, João B. *Manifesto pela cidade imaginária*. Disponível em: <<http://oqueeuandei.blogspot.com/2010/06/manifesto-pela-cidade-imaginaria.html>>. Acesso em 23 nov. 2010.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VOGEL, Arno et alli. *Como as crianças vêem a cidade*. Rio de Janeiro: Pallas; Flasco; UNICEF, 1995.

Fontes virtuais:

<<http://caderno.josesaramago.org/2008/09/17/palavras-para-uma-cidade/>>. Acesso em 19 nov 2010.

<http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000013141>. Acesso em 06 mar 2011.

<http://www.pjf.mg.gov.br/patrimonio/parque_halfeld.htm>. Acesso em 04 mar 2011.

<<http://oqueeuandei.blogspot.com/2010/06/manifesto-pela-cidade-imaginaria.html>>. Acesso em 21 nov 2010.

<<http://www.pjf.mg.gov.br/funalfa/mulheres/galeria/slides/elizahalfeldclark.html>>. Acesso em 15 mar 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 - Roteiro de Entrevista

O roteiro de entrevista foi dividido em seis blocos, buscando compreender pontos essenciais para a pesquisa. Ao lado dos títulos, é apresentado um breve resumo com a justificativa para a escolha das perguntas.

1º bloco: *apresentação do sujeito de pesquisa.*

Nome.

Idade.

Cidade natal.

Em que bairro mora.

Estuda? Trabalha? Onde?

Se você pudesse escolher alguns lugares de Juiz de Fora para que fossem protegidos, guardados, que lugares você escolheria? Por quê?

2º bloco: *Percepção espacial do consumo do Parque Halfeld; lugar e território, ou melhor, territorialidades.*

Em sua opinião, a quem pertence esse lugar?

Você já viveu momentos marcantes aqui?

3º bloco: *Percepção temporal do consumo do Parque Halfeld; fazer com que ele se movimente no sentido de pensar nos diferentes tempos em que esteve ali.*

Há quanto tempo você vem ao Parque Halfeld? Por que você vem aqui?

Você se lembra da primeira vez que esteve aqui?

Você já fez amigos aqui?

4º bloco: *Percepção espaço temporal do consumo do Parque Halfeld, agora em proporções coletivas. Parque Halfeld como lugar de memória, atravessando diversos tempos da cidade.*

Na sua opinião, há quanto tempo o Parque Halfeld existe?

Você acha que, nessa época, a forma como as pessoas ficavam aqui é igual ou diferente do que é hoje?

Como era aqui antes? Alguma coisa não mudou?

Como você chegou a essa conclusão?

5º bloco: *Perguntas com ênfase na compreensão de como o Parque Halfeld é visto em termos de violência.*

O Parque Halfeld é um lugar seguro?

Sua opinião baseia-se em alguns momentos do dia ou no dia inteiro?

Você acha que sempre foi assim?

Como você acha que isso pode ser mudado?

6º bloco: *Compreensão de como o Parque Halfeld é percebido e seus aspectos patrimoniais.*

Imagine o Parque Halfeld sendo derrubado para, no lugar, construir um estacionamento. O que você sentiria?

O Parque Halfeld é um lugar tombado. Você sabe o que isso significa?

O que você acha desse tombamento?

Em alguns lugares tombados, por vezes acontece uma grande “reforma geral” (revitalização): algumas árvores podem ser trocadas de lugar, ou até retiradas; o piso poderia ser trocado; os bancos substituídos; retirariam os ambulantes, entre outras medidas. Qual a sua opinião caso isso acontecesse aqui?

E se, nessa situação, você pudesse salvar alguma coisa para que continuasse igual após essa “reforma geral”, o que você guardaria? Por quê?

Você acha que sua escolha poderia ser a escolha de outras pessoas, sejam elas conhecidas suas ou não?

ANEXO 2 – Mapa Parque Halfeld

O mapa *Parque Halfeld: percursos e territorialidades* foi elaborado com a intenção de permitir ao leitor, mais que uma simples localização, uma leitura analítica dos diversos territórios existentes naquele lugar. Maiores informações sobre a construção do mapa são apresentadas em sua legenda.